

Statkraft Energias Renováveis S.A. e Controladas

Informações Financeiras Intermediárias
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Trimestre Findo em
30 de Setembro de 2021 e
Relatório sobre a Revisão das
Informações Trimestrais

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.



Divulgação de Resultados

Press Release 3T21



Statkraft

Statkraft atinge receita líquida R\$ 425,3 milhões e EBITDA de R\$ 318,3 milhões no 9M21

Florianópolis, 10 de novembro de 2021 – A Statkraft Energias Renováveis S.A. (“Statkraft” ou “Companhia”), listada na B3 (STKF3), no segmento Básico, geradora de energia elétrica através de fontes renováveis, anuncia hoje seu resultado do 3T21 e 9M21. As informações financeiras e operacionais a seguir se referem aos resultados consolidados da Statkraft Energias Renováveis S.A. Tais informações estão apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e estão apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (IFRS). As informações estão apresentadas em Reais (R\$) e as comparações, exceto onde indicado, referem-se aos resultados do 3T20 e 9M20.

1) Destaques do período

- No 9M21 a receita operacional líquida somou R\$ 425,3 milhões, aumento de 20,0%.
- EBITDA totalizou R\$ 318,3 milhões no 9M21, aumento 42,9%, apresentando margem EBITDA de 74,8%.
- As usinas detentoras de concessão de geração de energia hidrelétrica do Grupo aderiram à repactuação do risco hidrológico que trata a lei 14.052/2020, REN nº895/2020, REN nº2.919/2021 e REN nº2.932/2021. Desta forma, foi reconhecido o ativo intangível no montante consolidado de R\$96,4 milhões correspondente ao direito de extensão da concessão, em contrapartida da rubrica de custos operacionais (Repactuação do risco hidrológico) da demonstração do resultado. Adicionalmente, a controlada em conjunto Passos Maia reconheceu o montante de R\$10,4 milhões nas mesmas tratativas, impactando, portanto, o resultado da Companhia através da equivalência patrimonial deste investimento.
- A produção de energia elétrica no 9M21 totalizou 957,2 GWh, representando uma queda de 17,1% (1.154,1 de 9M20). A variação foi influenciada pela pior hidrologia e indisponibilidade da PCH São João, compensada em parte pela maior geração dos parques eólicos devido a maior disponibilidade e a melhores condições de vento.
- Aumento na compra de energia alinhado com a estratégia de proteção contra o risco hidrológico “GSF” em decorrência da situação da hidrologia, bem como para fins de recomposição de lastro da PCH São João.
- As atividades de recuperação do túnel da PCH São João foram concluídas no mês de outubro de 2021 e o retorno das atividades operacionais é esperada ainda para o ano corrente.
- Atividades de construção do Complexo Eólico Ventos de Santa Eugenia (518,7 MW), na Bahia, em andamento. R\$ 540 milhões de capital social já foram integralizados até outubro de 2021 e R\$ 366 milhões de financiamento de longo prazo desembolsados pelo Banco do Nordeste do Brasil SA – BNB.
- Em 30 de setembro de 2021, a Companhia participou do 35º Leilão de Energia Nova A-5 com os projetos eólicos Morro do Cruzeiro I e Morro do Cruzeiro II, onde consagrou-se vencedora vendendo 30% da energia às distribuidoras de energia por meio de contratos fechados no ambiente regulado (CCEAR), com prazo contratual de 15 anos e início de suprimento para 1º de janeiro de 2026.

Principais Indicadores	3T20	3T21	Var %	9M20	9M21	Var %
Receita Líquida (R\$ mil)	130.665	181.885	39,2%	354.509	425.268	20,0%
EBITDA ICVM 527(R\$ mil)	68.083	171.903	152,5%	222.715	318.263	42,9%
Margem EBITDA (%)	52,1%	94,5%	42,4 p.p	62,8%	74,8%	12,0 p.p
Lucro Líquido (R\$ mil)	23.553	126.212	435,9%	93.162	187.975	101,8%
Dívida Líquida (R\$ milhões)	-	-	-	412,6	290,6	-29,6%
Preço bruto (R\$/MWh)	266,85	307,62	15,3%	262,24	287,84	9,8%
Energia gerada (GWh)	451,6	345,8	-23,4%	1.154,1	957,2	-17,1%
* Disponibilidade (%)	92,2	92,5	0,3 p.p	89,1	91,1	2,0 p.p

(*) Média ponderada

Sobre a Statkraft Energias Renováveis S.A.

A Statkraft Energias Renováveis S.A., constituída em 19 de maio de 1995, tem por objeto (i) a participação em outras sociedades nas áreas de geração de energia elétrica originada de fontes renováveis e operação e manutenção de usinas de geração de energia elétrica, (ii) a prestação de serviços de assessoria, consultoria, administração, gerenciamento e supervisão, nas suas áreas de atuação; e (iii) a implementação, propriedade, financiamento e operação de projetos de energia renovável, com foco naqueles de geração de energia hidrelétrica, eólica e solar.

A Companhia atua de maneira integrada, possuindo experiência em todo o ciclo de negócio, desde a execução de inventários, passando pelo licenciamento, modelagem econômico-financeira, financiamento, acompanhamento da construção, até a operação de empreendimentos de geração de energia, nas fontes de energia renovável em que atua.

Além da operação e implantação de seus empreendimentos, as atividades da Statkraft Energias Renováveis S.A. buscam o constante desenvolvimento de novos projetos, visando garantir o crescimento futuro da empresa.

Atualmente os ativos da Companhia incluem 14 usinas hidrelétricas, participações minoritárias em 4 usinas hidrelétricas, 1 complexo eólico no estado da Bahia formado por 3 usinas, 1 usina eólica no estado de Sergipe, perfazendo capacidade instalada própria de 449,31 MW, além de possuir portfólio de projetos relacionados à energia hidráulica, eólica e solar.

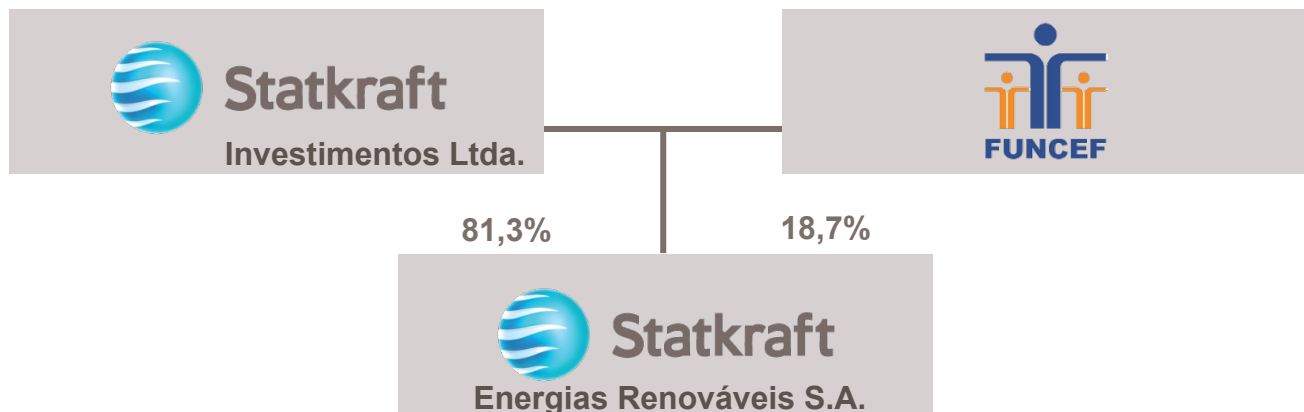
A Companhia iniciou em janeiro de 2021 a construção do Complexo Eólico Ventos de Santa Eugenia o qual adicionará 518,7 MW a sua capacidade instalada de geração de energia.

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia participou do 35º Leilão de Energia Nova A-5 com os projetos eólicos Morro do Cruzeiro I e Morro do Cruzeiro II, com capacidade instalada total de 79,8 MW. Como resultado do leilão, os projetos vencedores tiveram 30% da energia vendida às distribuidoras de energia por meio de contratos fechados no ambiente regulado (CCEAR), com prazo contratual de 15 anos e início de suprimento para 1º de janeiro de 2026, conforme as diretrizes do Ministério de Minas e Energia (MME).

Morro do Cruzeiro I e Morro do Cruzeiro II configuram como a ampliação do atual complexo eólico da Statkraft em operação, localizados no município de Brotas, estado da Bahia. Atualmente os projetos estão em fase final de desenvolvimento.

1) Nossos acionistas

A Statkraft Energias Renováveis S.A possui uma sólida base acionária, responsável pela orientação dos negócios, bem como pelo aporte de capital e investimentos necessários para a manutenção das atividades.



GRUPO STATKRAFT

No capital da Companhia desde Março de 2012

A Statkraft é uma empresa líder em energia hidrelétrica internacionalmente e a maior geradora de energia renovável da Europa. O grupo produz energia hidrelétrica, energia eólica, energia solar, energia a gás e fornece aquecimento urbano. A Statkraft é uma empresa global em operações no mercado de energia. A Statkraft tem 4.500 funcionários em 17 países.

O governo da Noruega (Rating AAA – S&P e Aaa – Moody's) detém 100% das ações da Statkraft e confere ao grupo forte solidez financeira e visão de longo prazo.

FUNCEF

No capital da Companhia desde setembro de 2009

Terceiro maior fundo de pensão do país, com R\$ 66 bilhões em ativos e 135 mil participantes, a Fundação dos Economiários Federais (FUNCEF) é uma entidade fechada de previdência e seus participantes são empregados da Caixa Econômica Federal. Tem entre seus valores a transparência, ética, gestão participativa, equidade, profissionalismo, comprometimento e sustentabilidade.

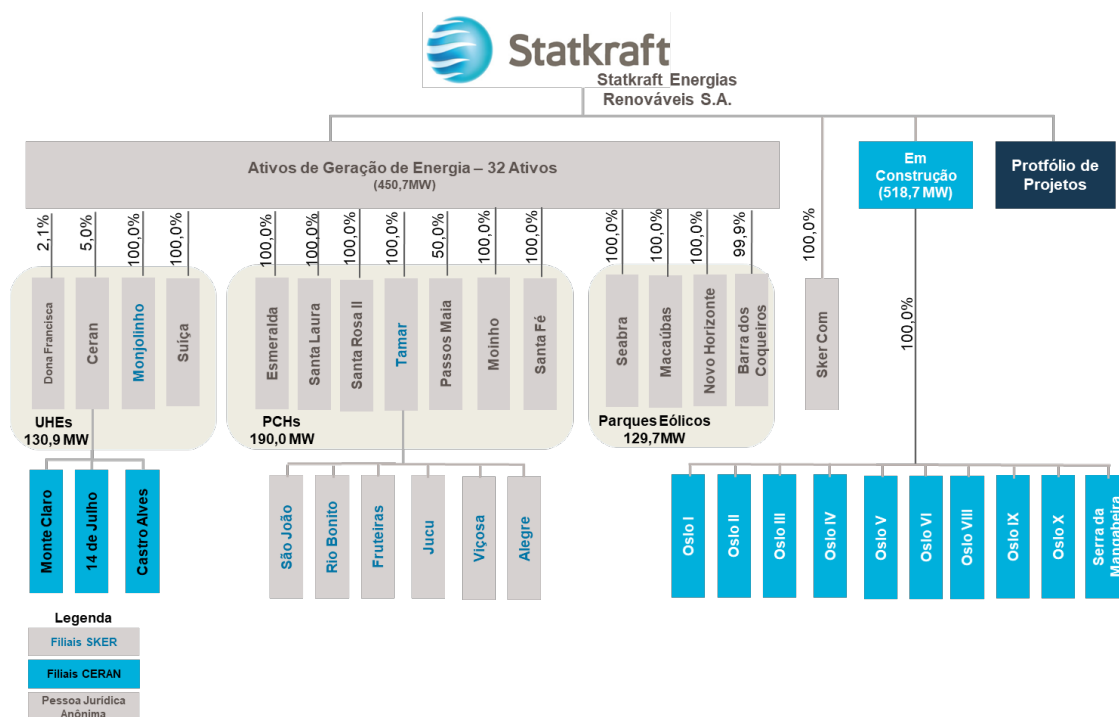
O foco de sua atuação está em garantir a seus participantes e assistidos o pagamento de seus benefícios. Para isto, investe de maneira criteriosa seus recursos, em áreas diversas que se dividem em: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, imóveis e operações com participantes. Esses investimentos garantem o pagamento dos benefícios de seus participantes e ocorrem sempre de acordo com a sua Política de Investimentos.

Criada em 1977, a FUNCEF tem a Caixa como única patrocinadora. A Fundação é regida pela legislação específica do setor, por seu Estatuto, pelos regulamentos dos Planos de Benefícios e por atos de gestão.

A FUNCEF foi o primeiro fundo de pensão do país a aderir o Código Stewardship. O código reúne um conjunto de princípios e recomendações de governança para investidores institucionais – os stewards, no jargão de mercado -, responsáveis por administrar recursos de terceiros. Ainda sem tradução em português, Stewardship resume o conceito de dever fiduciário: a obrigação assumida por esses investidores em atuar no melhor interesse de seus clientes/investidores.

2) Estrutura Societária da Holding e suas participações

A Statkraft Energias Renováveis S.A. é uma holding de Sociedades de Propósito Específico (SPEs) que possui uma matriz energética com capacidade instalada de 449,31 MW, compreendendo 22 ativos em operação. Em janeiro de 2021, a Companhia iniciou a construção do Complexo Eólico Ventos de Santa Eugenia o qual adicionará 518,7 MW a sua capacidade instalada de geração de energia, compreendendo 10 ativos. Adicionalmente, no mês de junho foram estabelecidas 6 novas SPEs que serão responsáveis pela implantação e operação de novos ativos de geração de energia através de fonte eólica, atualmente em estágio avançado de desenvolvimento. Recentemente foi constituída a Statkraft Comercialização de Energia S.A. (SKER COM) criado para facilitar a gestão do portfólio atual de projetos e futuros do pipeline, representando-os contra o mercado, realizando hedges e otimizando o resultado.



Ventos de Santa Eugênia assegurou a comercialização de 75,30 MW médios, o que representa 55% da garantia física, com preço de venda de 97,90 por MWh. Serra da Mangabeira teve 12,1 MW médios vendidos, o que representa 30% da sua garantia física, com preço de venda de R\$ 99,88 por MWh. (preços com data base de outubro de 2019).

Os projetos vencedores tiveram parte da energia vendida às distribuidoras de energia elétrica, por meio de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEARs), com início de suprimento em 1º de janeiro de 2025, conforme as diretrizes do Ministério de Minas e Energia MME. Como estratégia comercial, a Statkraft comercializará o saldo remanescente da garantia física dos projetos vendidos no leilão, no mercado livre e leilões futuros.

O resultado está alinhado com a estratégia da Statkraft de ser detentora de portfólios flexíveis de geração renovável por meio do desenvolvimento dos seus próprios projetos, bem como via aquisições seletivas em mercados priorizados.

No terceiro trimestre de 2020 foi concluída a transferência da concessão da Monel Monjolinho Energética S.A. para a Statkraft Energias Renováveis S.A., que havia sido autorizada pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica no dia 30 de julho de 2020 por meio da Resolução Autorizativa 9.094/2020, publicada no Diário Oficial da União.

3) Governança corporativa

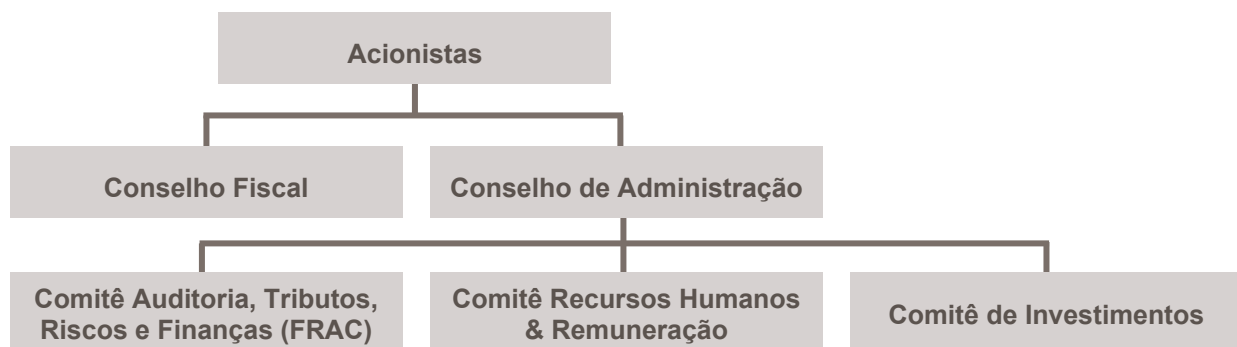
A Companhia adota elevado padrão de governança corporativa, em consonância com Companhias abertas e listadas, contando com Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitês de Assessoramento, Auditoria Externa, Área de Relações com Investidores e Área de Compliance com linha de reporte para a Matriz.

A governança corporativa da Statkraft Energias Renováveis S.A. está refletida nas suas práticas de gestão e em seu Estatuto Social, que tem como principais destaques a vedação ao registro de voto de representantes de partes relacionadas em reuniões de Conselho ou em Assembleias, sempre que a deliberação envolver potencial conflito de interesses, a adoção de Conselho Fiscal permanente e o capital Social composto exclusivamente por Ações Ordinárias. A Companhia também está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula Compromissória constante no Estatuto Social.

Adicionalmente, através da celebração de Acordo de Acionistas, foram constituídos comitês de assessoramento à Administração. O objetivo dos comitês é auxiliar o Conselho de Administração, de forma a conferir rapidez, transparência e exatidão às decisões do Conselho de Administração. Os comitês também fornecem uma análise prévia dos assuntos relevantes para deliberação do Conselho de Administração.

Os comitês se reúnem periodicamente para discutir assuntos financeiros, estratégicos e operacionais levantados pelo Conselho de Administração, pela Administração Executiva ou por seus membros. Tais discussões resultam em recomendações formais para suportar as decisões, políticas e estratégias.

O organograma a seguir mostra a estrutura de governança da Statkraft Energias Renováveis S.A.



AÇÕES DE COMPLIANCE

Nos últimos anos, esforços significativos têm sido feitos para construir um programa de *compliance* global forte, visando promover uma cultura ética e assegurar controles internos efetivos. O nosso Programa de Compliance é adaptado ao perfil de risco do Grupo Statkraft, orientado por padrões internacionais (incluindo o *UK Bribery Act*) e aplicado na Statkraft Energias Renováveis S.A. O Programa de Compliance abrange as seguintes áreas: Anticorrupção e Fraude, Lavagem de Dinheiro, Sanções Econômicas e Controle de Exportação, Proteção de Dados Pessoais e Direito da Concorrência.

A atuação de Compliance é a força condutora para uma entrega de excelência e conformidades no Grupo Statkraft. O Programa de Compliance garante um constante desenvolvimento, implementação e melhoria de políticas e procedimento, assessorando e apoiando a sua implementação, com um amplo e robusto *framework* de Compliance, contendo entre outro – análise de riscos de Compliance, avaliações de integridade de terceiros, treinamentos e comunicação, e monitoramento e avaliação contínuos. Esta unidade atua de maneira independente das áreas de negócio e seu reporte é direto para a Matriz Global. No Brasil, a Statkraft Energias Renováveis S.A. conta com uma Gerência Regional de Compliance baseado no escritório de Florianópolis, responsável pelas atividades de Compliance também na região da América Latina.

O nosso Código de Conduta e o Manual de Anticorrupção são um dos documentos mais importantes da área de Compliance. Eles não só estabelecem nosso compromisso fundamental com a integridade empresarial e as expectativas da gestão sobre os empregados da Statkraft, como também encoraja a discussão ativa e aberta sobre os desafios éticos. Estabelecem a nossa prioridade à integridade empresarial e dão suporte aos empregados. No último ano esforços importantes foram implementados na área de Compliance com treinamentos anticorrupção obrigatórios anuais que atingiram a marca de 100% dos empregados da Statkraft Energias Renováveis S.A. Os esforços de treinamento e comunicação são atividades contínuas do Programa de Compliance da Statkraft.

RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIOS

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Como parte do processo de integração ao Grupo Statkraft, após a aquisição pelo Grupo do controle majoritário da Companhia SKER, em 13 de julho de 2015, o Grupo realizou uma investigação interna relacionada a esta subsidiária, sendo que o verificado durante a mesma foi informado às autoridades competentes durante o exercício de 2016 e nesse estágio não é possível prever o resultado final.

Como evento subsequente ao trimestre, em 15 de outubro de 2021 a Companhia firmou um Acordo de Leniência com o poder público federal para um dos casos denunciados nos processos investigativos da qual faz parte e pagou R\$ 18,019 milhões em multas e ressarcimento de vantagens indevidas obtidas antes da aquisição do controle acionário pela Statkraft. No atual estágio não é possível prever o resultado para os outros casos relatados.

A Companhia e diversos outros réus são Parte em ação civil pública ajuizada pela Associação Nacional Independente dos Participantes e Assistidos da FUNCEF (“ANIPA”) que tem por objetivo reconhecer supostos prejuízos causados aos participantes da citada Associação por má administração dos recursos pela FUNCEF. O montante requerido na ação é de R\$ 8,2 bilhões, inexistindo individualização de valores por réu. Neste momento, fase inicial de instrução processual, não é possível estimar se haverá qualquer impacto para a Companhia, tampouco o valor aproximado de condenação, caso haja. Desta forma o processo remanesce classificado com a avaliação de risco possível, e ilíquida.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Companhia e suas controladas adotam como procedimento formal consultar os auditores independentes Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, no sentido de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha a afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente. As práticas da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes asseguram que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.

No período findo em 30 de setembro de 2021, a Deloitte não prestou serviços outros além daqueles relacionados à auditoria independente da Companhia.

IMPACTOS DO COVID-19 NAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

No final de 2019 os casos de coronavírus (“COVID-19”) foram reportados mundialmente e, desde então, se multiplicaram, com relatos de fatalidade, por diversos países.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou a COVID-19 com um surto pandêmico. Durante o mesmo mês, as autoridades governamentais de várias jurisdições impuseram confinamentos ou outras restrições para conter o vírus e diversas empresas suspenderam ou reduziram suas operações. O impacto final na economia global e nos mercados financeiros ainda é incerto, mas imagina-se que seja significativo.

Desta forma, a Companhia e suas subsidiárias continuam operando (exceto pela PCH São João, cuja geração está interrompida em função da recuperação do túnel) e parques eólicos, sendo capaz de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal dos negócios e manter, com isso, sua continuidade operacional.

- A receita líquida consolidada auferida até o 3º trimestre de 2021 no montante de R\$ 425.268 superou em 20% a realizada no mesmo período do ano anterior (R\$ 354.509).
- Não ocorreram demissões nem reduções salariais na Companhia e suas controladas.
- Não houve inadimplência de clientes e nem perdas de contratos.
- A tesouraria da SKER gerencia o fluxo de caixa para ter dinheiro suficiente para passar pelo processo da Covid-19.

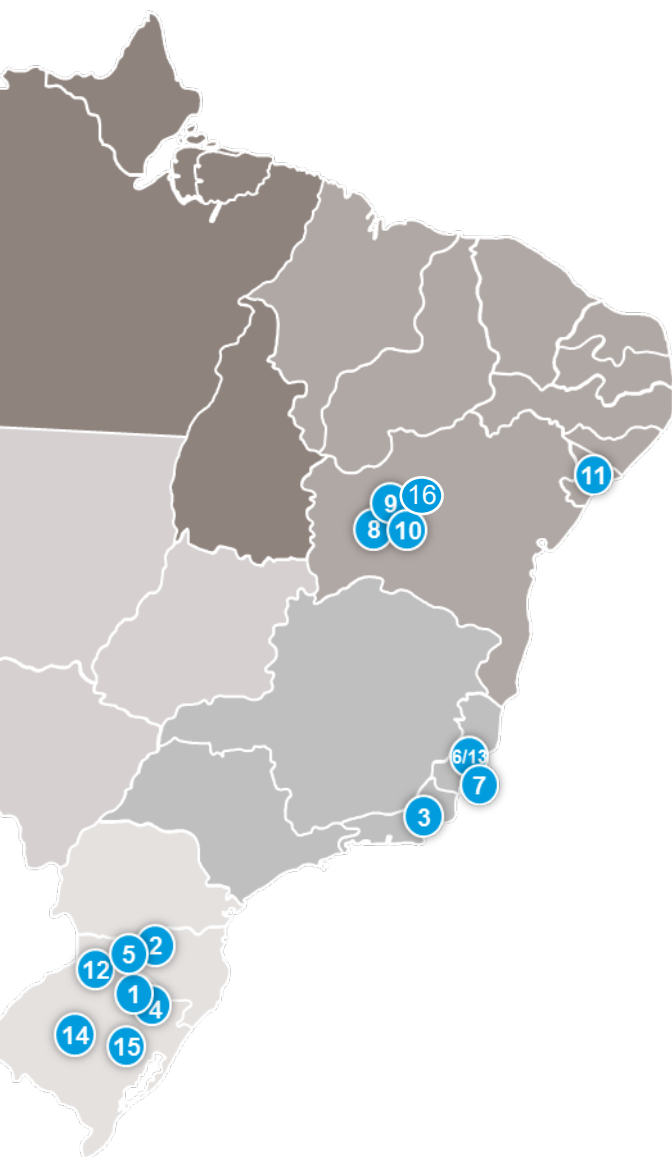
Um dos valores fundamentais da Companhia é a segurança, dessa forma, estamos adotando todas as recomendações da Organização Mundial da Saúde. As principais medidas já adotadas pela Companhia destacamos:

- Reuniões mensais de acompanhamento e acompanhamento semanal com a liderança.
- Aplicação do “Home Office” para as atividades administrativas, com retorno em formato híbrido previsto para o mês de janeiro de 2022, dependendo da evolução de alguns indicadores da pandemia.
- Cancelamento de todas as viagens não essenciais.
- Disponibilização de apoio psicológico para os colaboradores de forma “on-line”.
- Disponibilização de boas práticas ligadas a gestão da emoção, ergonomia, gerenciamento de tarefas e administração do tempo para os colaboradores da organização.

A Companhia analisou os impactos da COVID-19 e não identificou quaisquer mudanças nas circunstâncias que indiquem *impairment* de ativos, descontinuidade operacional, nem que requeiram ajustes nas suas demonstrações financeiras encerradas em 30 de setembro de 2021. A Administração da Companhia tem analisado e tomado ações efetivas para preservar a integridade de suas pessoas e de seus ativos.

4) Empreendimentos em operação e construção

Conforme quadro abaixo, a Companhia possui atualmente 22 empreendimentos em operação (exceto pela PCH São João cuja geração está interrompida em função da recuperação do túnel), com uma capacidade instalada própria de 449,31 MW. No dia 4 de janeiro de 2021 a Companhia iniciou a construção do Complexo Eólico Ventos de Santa Eugenia o qual adicionará 518,7 MW a sua capacidade instalada de geração de energia, compreendendo 10 ativos.



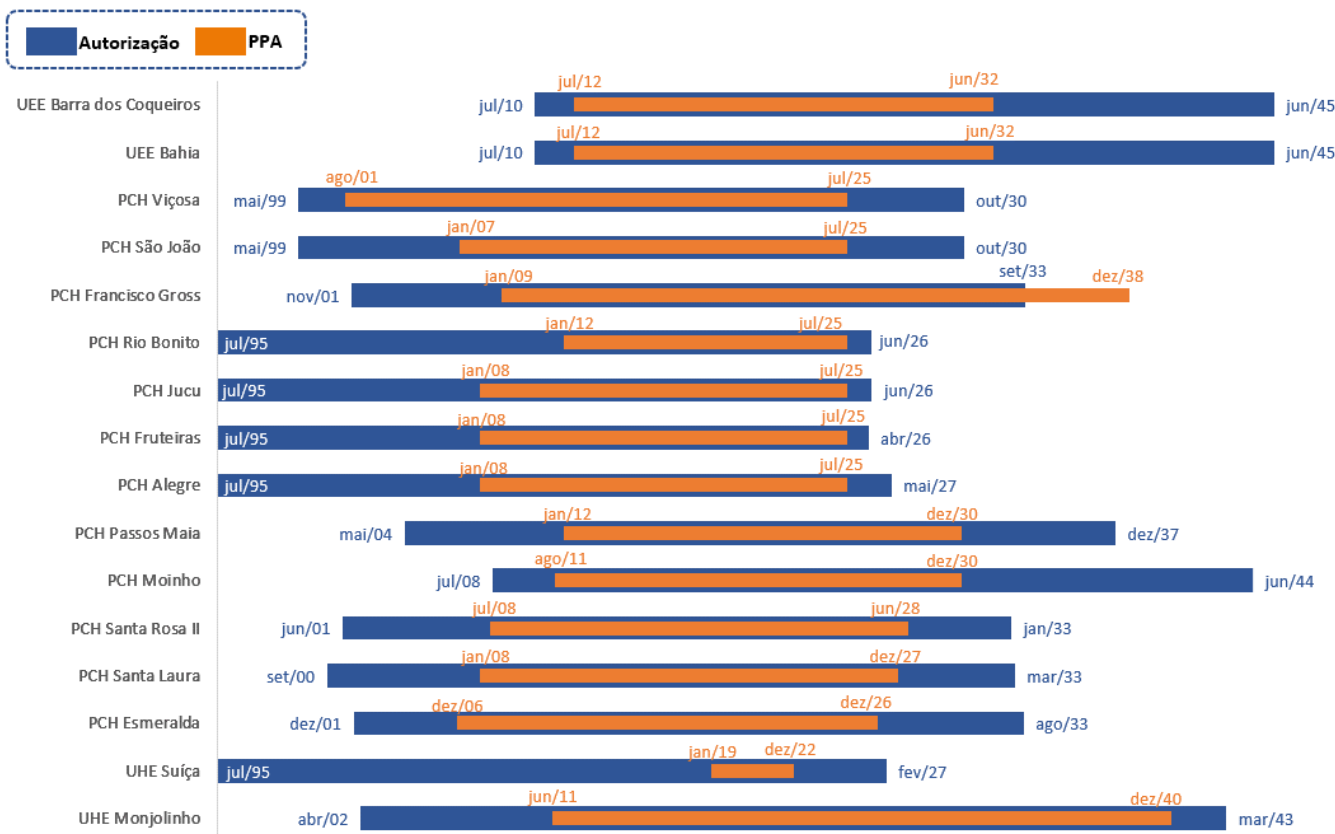
Planta	Participação Statkraft	Potência Instalada (MW)	Potência Instalada Statkraft (MW)
1. PCH Esmeralda	100%	22,2	22,2
2. PCH Santa Laura	100%	15,0	15,0
3. PCH Santa Rosa II	100%	30,0	30,0
4. PCH Moinho	100%	13,7	13,7
5. PCH Passos Maia	50%	25,0	12,5
6. Tamar			
- PCH Viçosa	100%	4,5	4,5
- PCH São João	100%	25,0	25,0
- PCH Alegre	100%	2,06	2,056
- PCH Fruteiras	100%	8,74	8,74
- PCH Jucu	100%	4,84	4,84
- PCH Rio Bonito	100%	22,5	22,5
7. PCH Santa Fé	100%	29,0	29,0
Geração PCH		202,5	190,04
8. UEE Macaúbas	100%	35,07	35,07
9. UEE Seabra	100%	30,06	30,06
10. UEE Novo Horizonte	100%	30,06	30,06
11. UEE Barra dos Coqueiros	100%	34,5	34,498
Geração UEE		129,7	129,69
12. UHE Monjolinho	100%	74,0	74,0
13. Tamar – UHE Suíça	100%	35,34	35,337
14. CERAN			
- UHE Monte Claro	5%	130,0	6,5
- UHE Castro Alves	5%	130,0	6,5
- UHE 14 de Julho	5%	100,0	5,0
15. UHE Dona Francisca	1,803%	125,0	2,254
Geração UHE		594,3	129,60
Em operação		926,6	449,31
16. Complexo Eólico Ventos de S. Eugenia		518,7	518,7
Em construção		518,7	518,7
Total operação + construção		1.445,3	968,0

COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

Comercializamos energia através de Contratos de Compra e Venda de Energia (PPA) de longo prazo. Esses PPAs são reajustados anualmente por inflação e firmados com clientes com sólida classificação de crédito, proporcionando fluxo de caixa previsível e crescente.

Parte relevante da garantia física dos nossos empreendimentos em operação está comercializada.

A figura a seguir demonstra a energia contratada pelas subsidiárias da Statkraft Energias Renováveis S.A. por concessão / autorização, já considerando o período de extensão garantido pela lei nº14.052/2020, REN nº895/2020, REN nº2.919/2021 e REN nº2.932/2021:

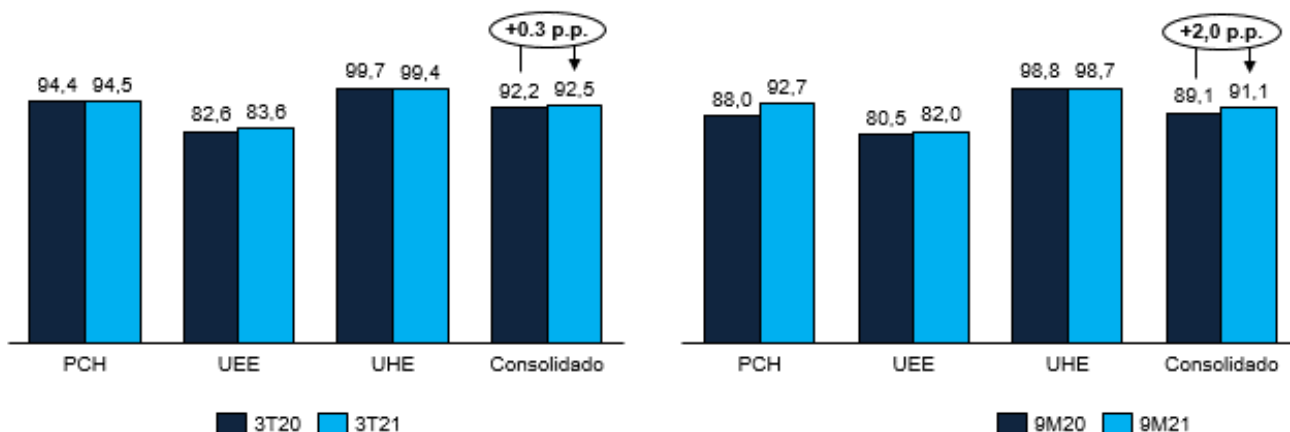


Em sinergia com a empresa comercializadora do Grupo Statkraft no Brasil, a Companhia desenvolve estratégias comerciais visando capturar as oportunidades de curto prazo com base no perfil do fornecimento da energia contratada, hidrologia e os preços do mercado.

DISPONIBILIDADE MÉDIA GERAL NO SISTEMA INTEGRADO NACIONAL

No 3T21 as usinas controladas e operadas integralmente pela Statkraft alcançaram índice de disponibilidade ponderado de 92,5%, representando um aumento de 0,3 p.p. em comparação com o 3T20. No 9M21 a disponibilidade apurada foi de 91,1%, aumento de 2,0 p.p. na comparação com o mesmo período do ano anterior, quando alcançaram disponibilidade de 89,1%. O aumento observado nos períodos citados deve-se, essencialmente, à maior disponibilidade nas pequenas centrais hidrelétricas (PCH), mesmo com a indisponibilidade da PCH São João desde agosto de 2020 em função da recuperação do túnel e também devido a maior disponibilidade do Parque Eólico da Bahia.

Disponibilidade Média Geral no Sistema Integrado Nacional(%)

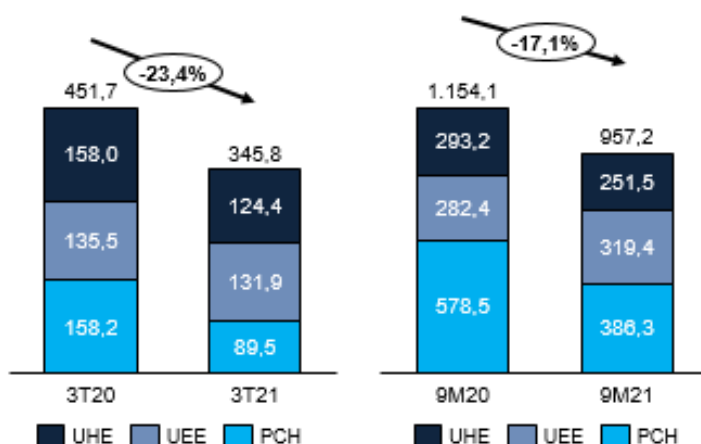


PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

A produção de energia elétrica das usinas controladas e operadas integralmente pela Statkraft foi de 345,8 GWh no 3T21, apresentando queda de 23,4%, na comparação com o 3T20, principalmente por conta do pior cenário hidrológico e da indisponibilidade da PCH São João, atenuado pela maior disponibilidade e maior vento nas eólicas.

No acumulado do ano a produção de energia elétrica das usinas ficou 17,1% abaixo, em função dos mesmos fatores mencionados acima.

Produção de Energia Elétrica (GWh)

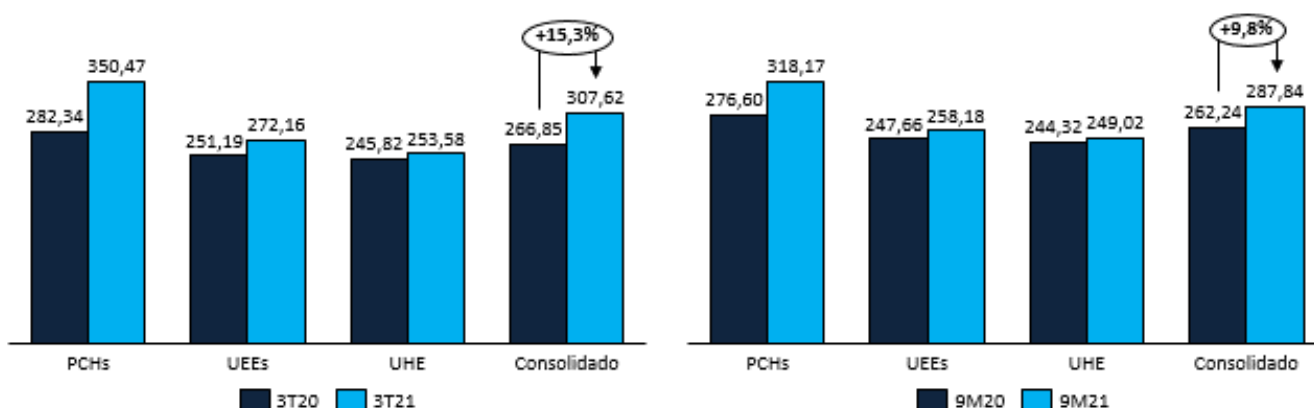


5) Desempenho econômico-financeiro

PREÇO BRUTO MÉDIO DA ENERGIA COMERCIALIZADA

No 3T21 o preço bruto médio da energia comercializada foi de R\$ 307,62/MWh, aumento de 15,3% na comparação com o 3T20, quando o preço bruto médio foi de R\$ 266,85/MWh. No acumulado do ano o preço bruto teve variação positiva de 9,8%. O aumento no preço bruto médio da energia comercializada reflete os reajustes contratuais vinculados aos índices de inflação, conforme Contratos de Compra e Venda de Energia dos nossos empreendimentos, os quais são basicamente IPCA e IGP-M.

Preço Bruto Médio da Energia Comercializada* (R\$/MWh)



*ponderado pela energia comercializada do período.

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

No 3T21 a receita operacional líquida somou R\$ 181,9 milhões, 39,2% maior do que a receita líquida apurada no mesmo período de 2020, quando o valor foi de R\$ 130,7 milhões. No 9M21, a receita operacional líquida somou R\$ 425,3 milhões, 20% maior do que a receita líquida apurada no mesmo período de 2020.

Os componentes da receita operacional líquida e suas variações são tratados a seguir:

Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	3T20	3T21	Var %	9M20	9M21	Var %
Receita Líquida Total	130.665	181.885	39,2%	354.509	425.268	20,0%
Fornecimento de energia	130.533	181.459	39,0%	354.123	424.598	19,9%
- Contrato de energia de reserva – CER	33.080	31.000	-6,3%	69.500	79.031	13,7%
- Contrato de compra de energia regulada (CCEAR)	32.842	34.815	6,0%	98.437	103.324	5,0%
- Programa de Incentivo às Fontes Al. de Energia Elétrica (PROINFA)	24.761	40.117	62,0%	73.445	96.158	30,9%
- Contrato ambiente de contratação livre (ACL)	26.784	41.404	54,6%	72.190	73.059	1,2%
- Contrato Bilateral Regulado (CBR)	22.553	48.073	113,2%	67.454	104.204	54,5%
- Tributos sobre a venda de energia elétrica	(9.487)	(14.180)	49,5%	(26.903)	(31.408)	16,7%
- Outras Receitas (venda de certificados de energia renovável)	0	230	N/A	0	230	N/A
Outros serviços	132	426	222,7%	386	670	73,6%

Contrato de Energia de Reserva (CER)

Quando comparado com o mesmo período do ano anterior, em 3T21 houve uma diminuição de R\$ 2,1 milhões devido a menor geração de energia nos parques eólicos. Já no acumulado de 9M21 houve um incremento de R\$ 9,5 milhões, quando comparado com o mesmo período do ano anterior, devido a resultado da maior geração advinda dos parques eólicos no acumulado do ano e de reajuste contratual por inflação vinculado ao IPCA.

As receitas decorrentes do contrato de energia de reserva (CER) são provenientes das usinas Eólicas: Energen, Macaúbas, Novo Horizonte e Seabra.

Contrato de Compra de Energia Regulada (CCEAR)

Os aumentos de R\$ 1,7 milhão no 3T21 e de R\$ 4,9 milhões no 9M21 quando comparados com os mesmos períodos de 2020 são, em sua maior parte, decorrentes do reajuste contratual por inflação vinculado ao IPCA.

As receitas decorrentes do CCEAR são provenientes da UHE Monjolinho, PCH Santa Fé e SKER (ativos Tamar).

Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA)

O aumento de R\$ 15,4 milhões no 3T21 e de R\$ 22,6 milhões no 9M21 quando comparados com os mesmos períodos de 2020 deve-se essencialmente ao reajuste vinculado ao IGP-M.

As receitas decorrentes do PROINFA são provenientes das PCHs Esmeralda, Santa Laura e Santa Rosa, as quais aderiram ao seguro regulatório (Resolução Normativa nº 684/ANEEL), optando pelo produto SP100 o qual transfere 100% do risco hidrológico à distribuidora.

Contrato Ambiente de Contratação Livre (ACL)

O aumento de R\$ 14,7 milhões no 3T21 quando comparado com o 3T20 e o aumento de R\$ 0,9 milhão no acumulado do 9M21 deram-se devido a questões comerciais, estratégia de mercado, operações de hedge além da menor sazonalidade em setembro 2021.

As receitas decorrentes do ACL são provenientes da PCH Moinho, UHE Suíça e SKER (ativos Tamar).

Contrato Bilateral Regulado (CBR)

Os aumentos de R\$ 25,5 milhões no 3T21 e de R\$ 36,7 milhões no 9M21, quando comparados com os mesmos períodos de 2020, devem-se a questões comerciais e de estratégia de mercado e ao reajuste de inflação vinculados ao IGP-M e IPCA.

As receitas decorrentes do CBR são provenientes da SKER (ativos Tamar).

LUCRO BRUTO DE ENERGIA

No 3T21 o Lucro Bruto de Energia somou R\$ 165,5 milhões, representando um aumento de 140,0% na comparação com o 3T20, quando o valor foi de R\$ 69,0 milhões. No acumulado do 9M21 o lucro bruto foi de R\$ 291,7 milhões, um crescimento de 48,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. O aumento no Lucro Bruto de Energia é explicado pela repactuação do risco hidrológico que gerou um montante de R\$96,4 milhões 3T21 e no 9M21, conforme explicado a seguir, reduzindo assim o custo do fornecimento de energia.

As usinas detentoras de concessão de geração de energia hidrelétrica do Grupo aderiram à repactuação do risco hidrológico que trata a lei 14.052/2020, REN nº895/2020, REN nº2.919/2021 e REN nº2.932/2021. Desta forma, foi reconhecido o ativo intangível no montante consolidado de R\$96,4 milhões correspondente ao direito de extensão da concessão, em contrapartida da rubrica de custos operacionais (Repactuação do risco hidrológico) da demonstração do resultado. Adicionalmente, a controlada em conjunto Passos Maia reconheceu o montante de R\$10,4 milhões nas mesmas tratativas, impactando, portanto, o resultado da Companhia através da equivalência patrimonial deste investimento.

As operações de compra de energia estão relacionadas à estratégia de proteção contra o risco hidrológico “GSF” em decorrência da situação hidrológica que afeta grande parte dos geradores, bem como para fins de recomposição de lastro de São João, devido a perda da operação comercial.

Lucro Bruto de Energia (R\$ mil)	3T20	3T21	Var %	9M20	9M21	Var %
Lucro Bruto de Energia	68.969	165.534	140,0%	196.073	291.749	48,8%
- Receita Líquida	130.665	181.885	39,2%	354.509	425.268	20,0%
- Custo do Fornecimento de Energia	(60.281)	(14.873)	-75,3%	(154.235)	(129.603)	-16,0%
- Custo dos Serviços Prestados	(1.415)	(1.478)	4,5%	(4.201)	(3.916)	-6,8%
Geração (GWh)	451,6	345,8	-23,4%	1.154,1	957,2	-17,1%
Lucro Bruto de Energia / Geração	152,7	478,7	213,4%	169,9	304,8	79,4%

COMPRA DE ENERGIA

A seguir a abertura das necessidades de compra de energia realizadas em 2021:

Compra de Energia	3T21	9M21
Total de Compra de Energia	(76.196)	(124.058)
- Suprir usina São João	(12.822)	(17.625)
- Mitigar resultado negativo na CCEE	(63.374)	(106.433)

CUSTOS OPERACIONAIS (excluindo a compra de energia)

No 3T21 os custos operacionais, excluindo a compra de energia, somaram R\$ 36,5 milhões, aumento 0,5% na comparação com o 3T20, quando o valor foi de R\$ 36,3 milhões. No 9M21 os custos operacionais totalizaram R\$ 105,8 milhões, uma diminuição de 1,3% em relação ao mesmo período de 2020.

Os componentes do custo dos serviços prestados e suas variações são apresentados na tabela abaixo:

Custos Operacionais (R\$ mil)	3T20	3T21	Var %	9M20	9M21	Var %
Custo Total	36.339	36.519	0,5%	107.260	105.825	-1,3%
Custo do fornecimento de energia elétrica	34.924	35.041	0,3%	103.059	101.909	-1,1%
- Depreciação e amortização	25.827	25.583	-0,9%	77.407	76.688	-0,9%
- Encargos setoriais	4.632	5.694	22,9%	11.508	15.730	36,7%
- Seguro regulatório	1.077	1.473	36,8%	3.877	4.381	13,0%
- Outros custos de fornecimento de energia elétrica	3.388	2.291	-32,4%	10.267	5.110	-50,2%
Custo dos serviços prestados	1.415	1.478	4,5%	4.201	3.916	-6,8%
- Outros serviços	1.415	1.478	4,5%	4.201	3.916	-6,8%

Encargos Setoriais

O aumento de 22,9% em 3T21 quando comparado com 3T20 deu-se, essencialmente, devido ao reajuste das tarifas CCD e CUSD pelo IGP-M. Já o aumento de 36,7% em 9M21 na comparação com o acumulado do ano de 2020 deve-se, principalmente, à diferença no tratamento entre custos e despesas, adotada a partir do 2T20 e ao reajuste do IGP-M nas tarifas de CCD e CUSD, bem como a revisão tarifária sobre a TUSD.

Outros custos de fornecimento de energia elétrica

No 3T21 e acumulado do ano esta rubrica era composta essencialmente pelo prêmio do seguro contra risco operacional, de responsabilidade civil e construção. A variação observada deve-se essencialmente ao encerramento do contrato de O&M dos parques eólicos da Bahia, cuja atividade foi internalizada ao final de 2020.

Outros Serviços

Neste grupo são apresentados os gastos relacionados a salários dos mantenedores das plantas e aos serviços de O&M prestados pela Controladora para suas subsidiárias.

DESPESAS (RECEITAS) GERAIS

No 3T21 as despesas gerais somaram R\$ 25,2 milhões, diminuição de 19% na comparação com o 3T20. No 9M21 o total de despesas foi de R\$ 65,5 milhões, uma diminuição de 3,6% em relação ao mesmo período de 2020.

Despesas Gerais (R\$ mil)	3T20	3T21	Var %	9M20	9M21	Var %
Despesas Totais	31.143	25.240	-19,0%	67.987	65.529	-3,6%
- Gerais e Administrativas totais	28.759	27.150	-5,6%	69.590	80.851	16,2%
- Salários e encargos	10.008	12.569	25,6%	25.206	32.683	29,7%
- Gerais e administrativas	12.878	9.123	-29,2%	26.607	32.632	22,6%
- Remuneração dos administradores	1.879	1.906	1,4%	6.661	6.634	-0,4%
- Encargos setoriais	1.265	759	-40,0%	4.791	1.624	-66,1%
- Depreciação e amortização	665	832	25,1%	1.894	2.497	31,8%
- Com estudos em desenvolvimento	2.064	1.961	-5,0%	4.431	4.781	7,9%
- Outras despesas (receitas)	2.384	(1.910)	-180,1%	(1.603)	(15.322)	855,8%

Os componentes das despesas (receitas) operacionais e suas variações são tratados a seguir:

Salários e encargos

As variações observadas no 3T21 e no acumulado do ano devem-se, essencialmente, ao crescimento do total de funcionários, ao acordo coletivo e a revisão no cálculo da participação de lucros e resultados.

Gerais e administrativas

No 3T21 houve uma diminuição de R\$ 3,7 milhões em relação à 3T20 devido à redução dos gastos com terceiros, materiais e com taxas. Já no acumulado do 9M21 houve um aumento de R\$ 6,0 milhões, quando comparado com 9M20, devido às obras para recuperação do túnel da PCH São João e as despesas com licenças e permissões ambientais para a construção do Complexo Eólico Ventos de Santa Eugênia.

Remuneração dos Administradores

Nesta rubrica estão contabilizadas as despesas relativas à remuneração dos Administradores da Companhia, Conselheiros de Administração e Conselheiros Fiscais. No 3T21 os valores apurados, apresentaram aumento de 1,4% decorrente do reajuste de inflação, parcialmente compensando pelo menor número de diretores estatutários, na comparação com mesmo período do ano anterior. No acumulado do ano a variação negativa de 0,4%.

Encargos Setoriais

A variação observada no trimestre e no acumulado do ano devem-se, essencialmente por menores despesas com CFURH na Monel e Tamar, em linha com a menor produção. O acumulado 9M21, além da explicação acima, é também impactado pela diferença no tratamento entre custos e despesas, adotada a partir do 2T20.

Estudos e Desenvolvimento

No 3T21 a Companhia incorreu em gastos com o desenvolvimento de negócios, em linha com o plano estratégico da Companhia.

Outras despesas (receitas)

O resultado decorrente de outras despesas ou receitas totalizou uma receita de R\$1,9 milhão no 3T21 e R\$15,3 milhões no 9M21, este último composto sobretudo por R\$ 8,8 milhões de receitas não recorrentes referentes a acordos com terceiros e pelo reconhecimento de R\$ 7,7 milhões referentes a reembolsos de sinistros e indenizações.

RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

No 3T21 o resultado de participação societárias totalizou ganho de R\$ 5,2 milhões, enquanto no mesmo período de 2020 o valor apurado foi equivalente a um ganho de R\$ 3,8 milhões. No 9M21 o resultado de participações societárias totalizou ganho de R\$ 12,9 milhões contra um ganho de R\$ 15,3 milhões para o mesmo período em 2020. Os componentes do resultado de participações societárias e suas variações são tratados a seguir:

Ganho (perda) provenientes participações societárias (R\$ mil)	3T20	3T21	Var %	9M20	9M21	Var %
- Equivalência patrimonial	3.553	4.918	38,4%	13.314	12.115	-9,0%
- Dividendos auferidos	212	276	30,2%	2.014	743	N/A
Resultado de participações	3.765	5.194	38%	15.328	12.858	-16%

Equivalência Patrimonial

Composto pelo resultado da subsidiária Passos Maia Energética S.A. (50%), sendo as variações decorrentes dos efeitos do cenário hidrológico além de positivamente afetada pela da adesão a lei 14.052/2020 (repactuação do Risco Hidrológico).

Dividendos auferidos

Composto pelos dividendos recebidos de CERAN (5%) e Donas Francisca (2,12%).

RESULTADO FINANCEIRO

No 3T21 o resultado financeiro correspondeu a uma despesa líquida de R\$ 6,7 milhões, diminuição de R\$ 9,7 milhões na comparação com o mesmo período de 2020, quando o resultado financeiro correspondeu a uma despesa líquida de R\$ 16,4 milhões. No 9M21 o resultado financeiro correspondeu a uma despesa líquida de R\$ 28,7 milhões que representa uma diminuição de 23% em relação ao mesmo período de 2020.

Os componentes do resultado financeiro e suas variações são tratados a seguir:

Resultado Financeiro (R\$ mil)	3T20	3T21	Var %	9M20	9M21	Var %
Receitas financeiras	3.092	8.076	161,2%	10.352	23.910	131,0%
- Com aplicações financeiras	2.957	7.612	157,4%	8.895	14.409	62,0%
- Variação monetária ativa	76	179	135,5%	1.382	285	-79,4%
- Juros sobre contrato de mútuo	61	0	-100,0%	61	95	55,7%
- Juros e correções monetárias sobre provisão para contingências	0	0	N/A	0	8.814	N/A
- Outras receitas financeiras	(2)	285	14350,0%	14	307	2092,9%
Despesas financeiras	(19.472)	(14.782)	-24,1%	(47.564)	(52.565)	10,5%
- Com financiamentos	(3.429)	(8.876)	158,9%	(22.307)	(24.733)	10,9%
- Comissão de fiança e garantias	0	0	N/A	(13)	0	-100,0%
- IOF, multa e juros sobre tributos	(283)	(482)	70,3%	(856)	(1.031)	20,4%
- Variação monetária passiva	(253)	(17)	-93,3%	(352)	(151)	-57,1%
- Concessões a pagar e outras despesas	(10.563)	(3.514)	-66,7%	(17.260)	(21.924)	27,0%
- Juros sobre contrato de mútuo	15	(291)	2040,0%	(217)	(359)	65,4%
- Juros sobre arrendamento mercantil	(276)	(309)	12,0%	(853)	(955)	12,0%
- Provisão para perda ao valor recuperável de ativos financeiros	(1.147)	(337)	-70,6%	(1.524)	(958)	-37,1%
- Outras despesas financeiras	(3.536)	(956)	-73,0%	(4.182)	(2.454)	-41,3%
Resultado Financeiro	(16.380)	(6.706)	-59,1%	(37.212)	(28.655)	-23,0%

Receitas Financeiras

No 3T21 as receitas financeiras atingiram R\$ 8,1 milhões, representando aumento de R\$ 5,0 milhões na comparação com o 3T20. Tal variação é decorrente, principalmente, do maior rendimento sobre aplicações financeiras em função do maior saldo médio de caixa e CDI apurado no período. No 9M21 a variação positiva de R\$ 13,6 milhões é explicada, sobretudo, pelo reconhecimento da atualização monetária do resultado arbitral da PCH Moinho, em R\$ 8,8 milhões e pelo rendimento sobre aplicações financeiras.

Despesas Financeiras

No 3T21 as despesas financeiras totalizaram R\$14,8 milhões (queda de 24,1% na comparação com 3T20) devido a diminuição da linha de concessões a pagar (diminuição de R\$ 7,0 milhões), também puxada para baixo na queda de outras despesas financeiras (diminuição de R\$ 2,6 milhões). Em contrapartida a despesa com financiamentos teve aumento de R\$ 5,4 milhões. No 9M21 as despesas financeiras atingiram R\$ 52,6 milhões apresentando aumento de R\$ 5,0 milhões na comparação com o mesmo período do ano anterior, devido à variação sobre concessões a pagar em função da curva de IGP-M apurado no período e o aumento das despesas com financiamentos.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Statkraft optou pela apuração do resultado tributável observando a sistemática do lucro real nas empresas SKER, SKER COM e Enex. As demais empresas controladas optaram pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidente sobre o resultado tributável.

No acumulado do ano o imposto de renda e a contribuição social somaram saldo negativo de R\$ 22,3 milhões, sendo R\$ 4,5 milhões referente ao resultado arbitral da PCH Moinho, além de renegociação do risco hidrológico - GSF (- R\$ 22,7 milhões), parcialmente compensado pelo imposto diferido ao ajuste pelo valor justo do CERAN e DFESA (R\$ 12,1 milhões) e a mais valia de Santa Fé (R\$ 2,9 milhões).

OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

No acumulado do ano as operações descontinuadas somaram perda de R\$ 173 mil, representando o resultado da subsidiária Enex.

LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO

No 3T21 foi registrado lucro líquido de R\$ 126,2 milhões, comparado ao resultado de R\$ 23,5 milhões registrados no 3T20, houve um aumento de 435,9%. No 9M21 o lucro líquido foi de R\$ 188,0 milhões contra R\$ 93,2 milhões de 2020, um aumento de 101,8%.

EBITDA E MARGEM EBITDA – conforme Instrução CVM 527

O EBITDA alcançou R\$ 172,0 milhões no 3T21, apresentando um crescimento de 152,6% em relação ao mesmo período do ano anterior, em função dos efeitos apresentados anteriormente. A margem EBITDA apresentou aumento de 42,4 p.p. na comparação entre os períodos, passando de 52,1% para 94,5% da receita operacional líquida. No 9M21 o EBITDA alcançou R\$ 318,3 milhões, um aumento de 42,9% em relação aos R\$ 222,7 milhões alcançados no mesmo período de 2020.

EBITDA (R\$ mil)	3T20	3T21	Var %	9M20	9M21	Var %
Lucro (prejuízo) líquido do período	23.553	126.212	435,9%	93.162	187.975	101,8%
(+) Tributos sobre o lucro (IR/CSLL)	1.579	12.404	685,6%	12.883	22.275	72,9%
(+) Despesas financeiras líquidas	16.380	6.706	-59,1%	37.212	28.655	-23,0%
(+) Depreciação, amortização	26.492	26.415	-0,3%	79.301	79.185	-0,1%
(+) Operação descontinuada	79	166	110,1%	157	173	N/A
EBITDA – ICVM nº 527	68.083	171.903	152,5%	222.715	318.263	42,9%
Receita Líquida	130.665	181.885	39,2%	354.509	425.268	20,0%
Margem EBITDA (%)	52,1%	94,5%	42,4 p.p	62,8%	74,8%	12,0 p.p

A Administração da Companhia entende que o acompanhamento do EBITDA e da margem EBITDA, é uma das métricas adequadas para análise do desempenho da Companhia, pois, ao excluir despesa financeira e depreciação de seus resultados, permitem a comparação da Companhia com outras empresas do mesmo setor de atuação.

6) Perfil do endividamento

A Companhia prioriza financiamentos de longo prazo, em moeda nacional, com custos competitivos, com o objetivo de fazer frente aos elevados investimentos requeridos na implantação dos seus projetos de geração de energia, na categoria *project finance* com receita e estrutura de garantias atreladas ao período da sua amortização.

Para suportar aquisições de ativos já em operação, a Companhia também poderá optar por financiamentos de médio prazo.

No 2T20 a Companhia concluiu importantes iniciativas relacionadas à melhoria de sua estrutura de capital (*liability management*), efetuando o pagamento antecipado dos financiamentos de suas subsidiárias (i) UHE Monel Monjolinho, (ii) PCH Moinho, (iii) PCH Passos Maia e (iv) Complexo Eólico da Bahia. O total da operação de pré-pagamento somou R\$ 360 milhões, sendo o valor uma combinação de recursos próprios utilizados (R\$ 105 milhões) e recursos de terceiros (R\$ 255 milhões).

Adicionalmente, em setembro de 2020, a Companhia captou R\$ 145 milhões em um empréstimo ponte para financiamento do início das obras do Complexo Eólico Ventos de Santa Eugênia.

A Administração entende que tais iniciativas fortalecem ainda mais a estrutura de capital da Companhia, tornando um perfil de endividamento adequado ao futuro ciclo de investimentos que é esperado.

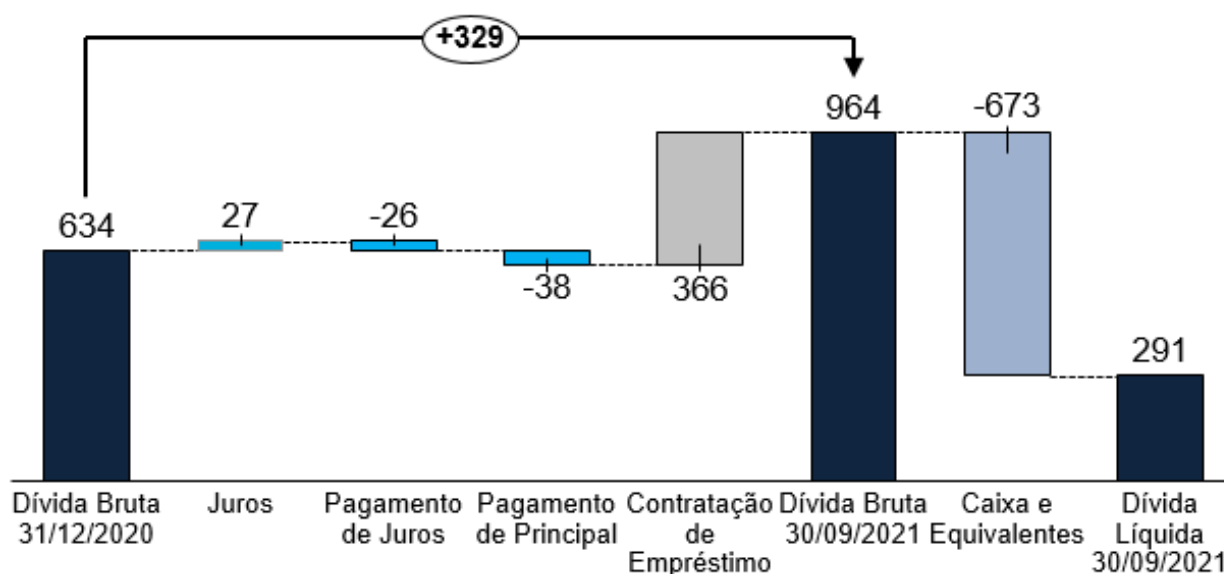
Em dezembro de 2020, a Companhia celebrou junto ao Banco do Nordeste (BNB) contratos de financiamento de até R\$1.063 milhões, no nível das investidas constituídas para o projeto do Complexo Eólico Ventos de Santa Eugênia. Os contratos possuem carência de 3 anos com juros capitalizados e prazo total de 24 anos. O custo médio dessa captação é de 1,25% a.a. adicionado ao IPCA. Os dois primeiros desembolsos no total de R\$ 366 milhões foram recebidos em junho e setembro de 2021.

Em 30 de setembro de 2021 a dívida líquida somava R\$ 290,6 milhões, cuja abertura é demonstrada na tabela abaixo.

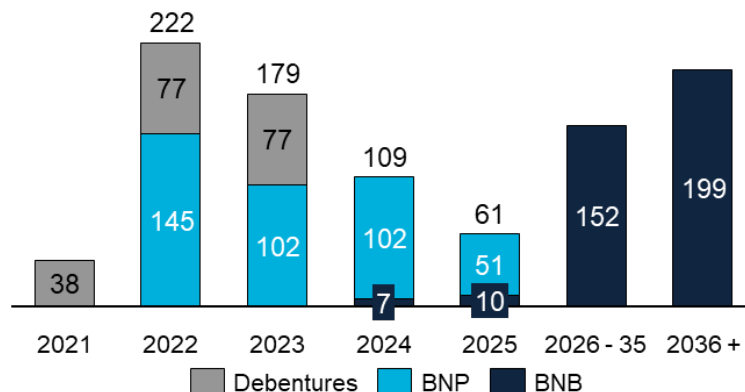
Dívida Líquida (R\$ mil)	31 de dezembro 2020	30 de setembro de 2021	Diferença nominal	Var. %
Endividamento	634.448	963.661	329.213	51,9%
- Financiamento de Obras - BNB	0	368.388	368.388	N/A
- Debêntures	228.233	193.311	(34.922)	-15,3%
- Outros Empréstimos	406.215	401.962	(4.253)	-1,0%
Caixa e aplicações financeiras	235.645	673.092	437.447	185,6%
Dívida líquida	398.803	290.569	(108.234)	-27,1%
EBITDA (últimos 12 meses)	236.101	331.715	95.614	40,5%
Dívida líquida / EBITDA	1,7	0,9	-0,8	-48,1%

Alguns destaques do comportamento do endividamento a seguir:

Endividamento: entre os períodos em análise o endividamento bancário da Companhia cresceu em R\$ 329 milhões, crescimento explicado pelo recebimento de dois desembolsos junto ao BNB, atenuado pela amortização da primeira parcela do principal da debênture no valor de R\$ 38 milhões e pelo pagamento de juros.

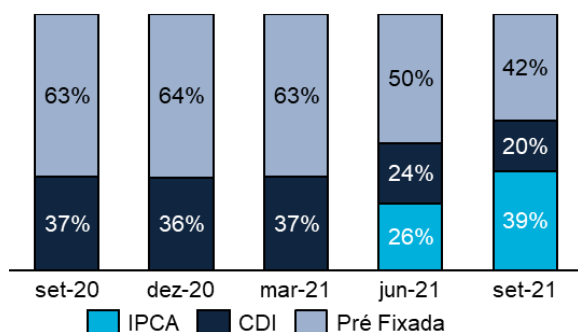


O cronograma de amortização do endividamento, em 30 de setembro de 2021, é apresentado a seguir (em R\$ milhões):

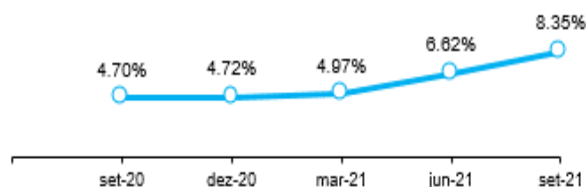


Em setembro de 2021, a participação do dívida atrelada ao CDI era de 20%, representada pelas debêntures, ante a 42% da pré-fixada, representada pelas dívidas contratadas no 1T20 e no 3T20 junto ao BNP e 39% atreladas ao IPCA, representados pelas dívidas contratadas no 2T21 e 3T21 junto ao BNB.

Evolução da Composição da Dívida Bancária por Indexador

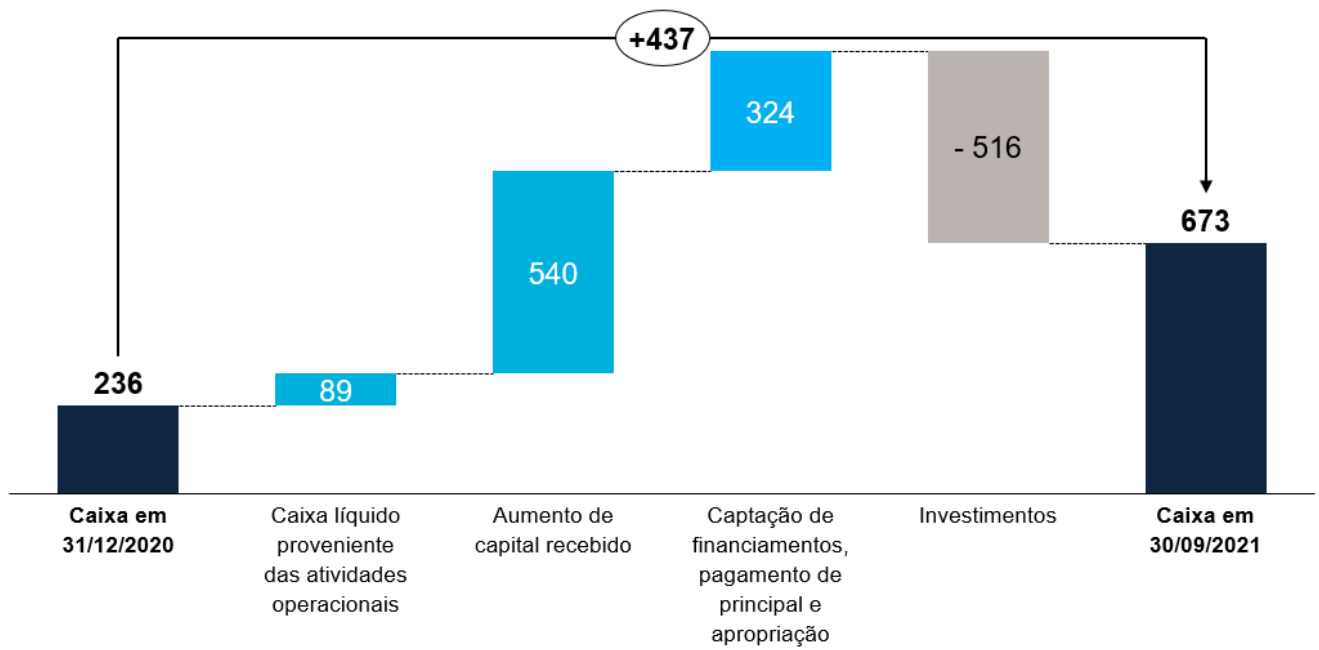


Custo Médio Ponderado da Dívida Bancária



Caixa e aplicações financeiras: entre os períodos em análise houve aumento do saldo de caixa e aplicações financeiras de R\$ 437 milhões, sendo R\$ 8,9 milhões em saldo de aplicação financeira restrita vinculado ao financiamento do BNB, encerrando o período findo em 30 de setembro com caixa e equivalentes de R\$ 673,1 milhões.

A geração líquida de caixa proveniente das atividades operacionais de R\$ 89,5 milhões, os aumentos de capital recebidos no montante de R\$ 540 milhões e o recebimento dos desembolsos do BNB para o aumento da posição de caixa, atenuados pelos investimentos em imobilizado realizados no período no valor de R\$ 516 milhões, especialmente para as obras do Complexo Eólico Ventos de Santa Eugênia, na Bahia.



7) Demonstrações financeiras consolidadas

BALANÇO PATRIMONIAL – Ativo (R\$ MIL):

Ativo (R\$ mil)	31 de dezembro de 2020	30 de setembro de 2021	Var. %
Circulante	324.871	771.893	137,6%
Caixa e equivalentes de caixa	235.645	664.141	181,8%
Contas a receber	54.730	65.916	20,4%
Dividendos a receber	3.604	0	-100,0%
Estoques	2.179	4.770	118,9%
Tributos a recuperar	17.297	19.883	15,0%
Repactuação do risco hidrológico	884	948	7,2%
Outros ativos	10.532	16.235	54,1%
Não Circulante	2.022.921	2.639.341	30,5%
Aplicação financeira restrita	0	8.951	N/A
Contas a receber	9.550	20.363	113,2%
Partes relacionadas	0	0	N/A
Imposto de renda e contribuição social diferidos	180	180	0,0%
Repactuação do risco hidrológico	3.668	2.949	-19,6%
Outros ativos	5.995	5.286	-11,8%
Propriedades para investimento	19.092	19.092	0,0%
Operações descontinuadas	1.992	1.820	-8,6%
Investimentos ao valor justo	40.476	93.133	130,1%
Investimentos	48.714	51.933	6,6%
Imobilizado	1.561.815	2.023.644	29,6%
Intangível	331.439	411.990	24,3%
Total Ativo	2.347.792	3.411.234	45,3%

• **BALANÇO PATRIMONIAL – Passivo/Patrimônio líquido (R\$ MIL):**

Passivo (R\$ mil)	31 de dezembro de 2020	30 de setembro de 2021	Var. %
Circulante	306.640	397.595	29,7%
Fornecedores	124.009	42.620	-65,6%
Financiamentos e debêntures	82.413	232.278	181,8%
Partes relacionadas	58.972	67.410	14,3%
Concessões a pagar	11.537	14.468	25,4%
Salários e encargos sociais	8.556	13.122	53,4%
Arrendamentos	3.796	4.278	12,7%
Tributos a recolher	4.032	6.147	52,5%
Imposto de renda e contribuição social	1.816	4.474	146,4%
Dividendos a pagar	2.826	0	-100,0%
Outros passivos	8.683	12.798	47,4%
Não Circulante	720.050	926.982	28,7%
Financiamentos e debêntures	552.035	731.383	32,5%
Concessões a pagar	85.050	97.153	14,2%
Tributos a recolher	349	743	112,9%
Imposto de renda e contribuição social	294	627	113,3%
Provisão para remoção de imobilizado	10.866	11.532	6,1%
Arrendamentos	13.275	12.933	-2,6%
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	38.216	26.684	-30,2%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.544	43.125	145,8%
Outros passivos	2.421	2.802	15,7%
Total Passivo	1.026.690	1.324.577	29,0%
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas da controladora	1.321.102	2.086.657	57,9%
Capital social	1.131.910	1.671.910	47,7%
Reservas de Lucros	158.036	160.863	1,8%
Ajuste de avaliação patrimonial	31.149	65.902	111,6%
Lucros acumulados	0	187.975	N/A
Participação de não controladores	7	7	0,0%
Total do passivo e patrimônio líquido	2.347.792	3.411.234	45,3%

• **DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO – (R\$ MIL):**

R\$ mil	3T20	3T21	Var %	9M20	9M21	Var %
Receita líquida	130.665	181.885	39,2%	354.509	425.268	20,0%
Custo do fornecimento de energia elétrica	(60.281)	(14.873)	-75,3%	(154.235)	(129.603)	-16,0%
Custo dos serviços prestados	(1.415)	(1.478)	4,5%	(4.201)	(3.916)	-6,8%
Lucro bruto	68.969	165.534	140,0%	196.073	291.749	48,8%
Gerais e administrativas	(28.759)	(27.150)	-5,6%	(69.590)	(80.851)	16,2%
Outras (despesas) receitas	(2.384)	1.910	-180,1%	1.603	15.322	855,8%
Equivalência patrimonial	3.553	4.918	38,4%	13.314	12.115	-9,0%
Dividendos auferidos	212	276	30,2%	2.014	743	-63,1%
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro	41.591	145.488	249,8%	143.414	239.078	66,7%
Resultado financeiro	(16.380)	(6.706)	-59,1%	(37.212)	(28.655)	-23,0%
Despesas financeiras	(19.472)	(14.782)	-24,1%	(47.564)	(52.565)	10,5%
Receitas Financeiras	3.092	8.076	161,2%	10.352	23.910	131,0%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	25.211	138.782	450,5%	106.202	210.423	98,1%
Imposto de renda e contribuição social	(1.579)	(12.404)	685,6%	(12.883)	(22.275)	72,9%
Resultado proveniente de operações descontinuadas	(79)	(166)	110,1%	(157)	(173)	10,2%
Lucro líquido do período	23.553	126.212	435,9%	93.162	187.975	101,8%
Acionistas da Controladora	23.553	126.212	435,9%	93.162	187.975	101,8%
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Statkraft Energias Renováveis S.A.
Florianópolis - SC

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Statkraft Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido (“DTTL”), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada “Deloitte Global”) não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Ênfase

Processos investigativos


Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 30 às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, a qual descreve que: (i) como parte do processo de integração ao Grupo Statkraft, após a aquisição pelo Grupo do controle majoritário da Companhia e de suas controladas, em 13 de julho de 2015, o Grupo realizou uma investigação interna relacionada à Companhia, sendo que o verificado durante essa foi informado às autoridades competentes durante o exercício de 2016 e, no atual estágio, não é possível prever o resultado final. Adicionalmente, conforme descrito na nota explicativa nº 32 às informações financeiras intermediárias, em 15 de outubro de 2021, a Companhia firmou um acordo de leniência com as autoridades federais para um desses casos reportados em 2016, comprometendo-se a pagar, a título de indenização e multa, o valor de R\$ 18 milhões e implementar melhorias no seu sistema de conformidade, de forma a assegurar que a Companhia continue a operar no País de acordo com os mais elevados padrões éticos, com tolerância zero para a corrupção; (ii) a Companhia, entre outras pessoas físicas e jurídicas relacionadas aos fundos de participação detidos pela Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF e outros fundos de pensão, foi arrolada como parte em uma ação civil pública ajuizada pela Associação Nacional Independente dos Participantes e Assistidos da FUNCEF - ANIPA, cujo objetivo é reconhecer supostos prejuízos causados aos participantes da citada Associação por alegada má administração dos recursos pela FUNCEF, o que, atualmente, vem sendo classificado com avaliação de risco possível. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esses assuntos.


Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações financeiras intermediárias anteriormente referidas incluem as demonstrações do valor adicionado ("DVA"), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais - ITR, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e com os registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 10 de novembro de 2021


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RS


Renato Vieira Lima
Contador
CRC nº 1 SP 257330/O-5

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020			30.09.2021	31.12.2020		
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	350.652	174.942	664.141	235.645	Fornecedores	16	8.200	102.926	42.620	124.009
Contas a receber	6	62.071	33.295	65.916	54.730	Financiamentos e debêntures	17	226.068	82.413	232.278	82.413
Dividendos a receber	10	-	29.239	-	3.604	Partes relacionadas	10	66.373	57.940	67.410	58.972
Estoques		4.770	2.179	4.770	2.179	Concessões a pagar	18	14.468	11.537	14.468	11.537
Tributos a recuperar		18.507	16.138	19.883	17.297	Salários e encargos sociais		11.729	7.443	13.122	8.556
Repactuação do risco hidrológico	7	760	709	948	884	Arrendamentos	19	3.054	2.733	4.278	3.796
Outros ativos		4.102	2.057	16.235	10.532	Tributos a recolher	20	1.992	1.867	6.147	4.032
Total do ativo circulante		<u>440.862</u>	<u>258.559</u>	<u>771.893</u>	<u>324.871</u>	Imposto de renda e contribuição social	26	-	-	4.474	1.816
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Aplicação financeira restrita	9	-	-	8.951	-	Dividendos a pagar	10	-	2.826	-	2.826
Contas a receber	6	-	-	20.363	9.550	Outros passivos	21	8.252	7.170	12.798	8.683
Partes relacionadas	10	-	180	-	-	Total do passivo circulante		<u>340.136</u>	<u>276.855</u>	<u>397.595</u>	<u>306.640</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25	-	-	180	180	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Repactuação do risco hidrológico	7	1.204	1.780	2.949	3.668	Capital social	22	1.671.910	1.131.910	1.671.910	1.131.910
Propriedades para investimento	15	19.092	19.092	19.092	19.092	Reservas de Lucros	22	160.863	158.036	160.863	158.036
Operações descontinuadas	8	1.820	1.992	1.820	1.992	Ajuste de avaliação patrimonial	22	65.902	31.149	65.902	31.149
Investimentos ao valor justo	11	93.133	40.476	93.133	40.476	Lucros acumulados		187.975	-	187.975	-
Outros ativos		3.995	2.975	5.286	5.995	Total do patrimônio líquido		<u>2.086.650</u>	<u>1.321.095</u>	<u>2.086.650</u>	<u>1.321.095</u>
Investimentos	12	1.630.270	1.245.523	51.933	48.714	Participação de não controladores		-	-	7	7
Imobilizado	13	513.406	509.360	2.023.644	1.561.815	Total do patrimônio líquido		<u>2.086.650</u>	<u>1.321.095</u>	<u>2.086.650</u>	<u>1.321.102</u>
Intangível	14	271.785	215.754	411.990	331.439	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Total do ativo não circulante		<u>2.534.705</u>	<u>2.037.132</u>	<u>2.639.341</u>	<u>2.022.921</u>	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		<u>2.975.567</u>	<u>2.295.691</u>	<u>3.411.234</u>	<u>2.347.792</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>2.975.567</u>	<u>2.295.691</u>	<u>3.411.234</u>	<u>2.347.792</u>						

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30.09.2021	30.09.2020	30.09.2021	30.09.2020
RECEITA					
Receita líquida do fornecimento de energia elétrica	23	204.510	117.887	424.598	354.123
Receita líquida da prestação de serviços	23	7.735	7.898	670	386
Receita líquida da revenda de mercadorias	23	340	-	-	-
Receita líquida		212.585	125.785	425.268	354.509
Custo do fornecimento de energia elétrica					
Custo do fornecimento de energia elétrica	24.a)	(151.776)	(67.546)	(225.967)	(154.235)
Repactuação do risco hidrológico	24.a)	66.618	-	96.364	-
Custo dos serviços prestados	24.a)	(4.709)	(3.694)	(3.916)	(4.201)
Custo da revenda de mercadorias		(340)	-	-	-
LUCRO BRUTO		122.378	54.545	291.749	196.073
Despesas e receitas					
Gerais e administrativas	24.b)	(47.161)	(45.482)	(80.851)	(69.590)
Equivalência patrimonial	12	158.557	96.553	12.115	13.314
Dividendos auferidos	12	743	2.014	743	2.014
Outras (despesas) receitas	24.c)	2.833	3.547	15.322	1.603
		114.972	56.632	(52.671)	(52.659)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		237.350	111.177	239.078	143.414
RESULTADO FINANCEIRO					
Despesas financeiras	25	(51.049)	(24.218)	(52.565)	(47.564)
Receitas financeiras	25	9.535	4.538	23.910	10.352
Total do resultado financeiro		(41.514)	(19.680)	(28.655)	(37.212)
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS		195.836	91.497	210.423	106.202
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	26	(7.688)	1.822	(22.275)	(12.883)
LUCRO DO PERÍODO PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE		188.148	93.319	188.148	93.319
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS					
Resultado proveniente de operações descontinuadas	8	(173)	(157)	(173)	(157)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		187.975	93.162	187.975	93.162
ATRIBUÍVEL A					
Acionistas da controladora				187.975	93.162
Participação de não controladores				-	-
				187.975	93.162
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$					
De operações continuadas		0,67650	0,42734		
De operações descontinuadas		(0,00062)	(0,00072)		
	31	<u>0,67588</u>	<u>0,42662</u>		

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2021	30.09.2020	30.09.2021	30.09.2020
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	187.975	93.162	187.975	93.162
Outros componentes do resultado abrangente, líquido de impostos:				
Variação de investimentos ao valor justo	34.753	(1.862)	34.753	(1.862)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>222.728</u>	<u>91.300</u>	<u>222.728</u>	<u>91.300</u>
ATRIBUÍVEL A				
Acionistas da controladora	-	-	222.728	91.300
Participação de não controladores	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>222.728</u>	<u>91.300</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

PARA O PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2021

(Valores expresso em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total Controladora	Participação de não controladores	Total Consolidado
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros					
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2020		1.131.910	6.413	94.945	44.581	-	1.277.849	7	1.277.856
Ajuste de avaliação patrimonial	11	-	-	-	(1.862)	-	(1.862)	-	(1.862)
Lucro líquido do período		-	-	-	-	93.162	93.162	-	93.162
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020		1.131.910	6.413	94.945	42.719	93.162	1.369.149	7	1.369.156
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2021		1.131.910	9.388	148.648	31.149	-	1.321.095	7	1.321.102
Aumento de capital	22.a)	540.000	-	-	-	-	540.000	-	540.000
Ajuste de avaliação patrimonial	11	-	-	-	34.753	-	34.753	-	34.753
Reversão de dividendos	22. b)	-	-	2.827	-	-	2.827	-	2.827
Lucro líquido do período		-	-	-	-	187.975	187.975	-	187.975
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021		1.671.910	9.388	151.475	65.902	187.975	2.086.650	7	2.086.657

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30.09.2021	30.09.2020	30.09.2021	30.09.2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro antes dos tributos		195.836	91.497	210.423	106.202
Ajustes para reconciliar o lucro antes dos tributos:					
Rendimento sobre aplicação financeira restrita	9	-	-	(96)	(281)
Equivalência patrimonial	12	(158.557)	(96.553)	(12.115)	(13.314)
Valor justo de propriedades para investimento	15	-	(3.969)	-	(3.969)
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	13 e 14	6.894	956	8.890	4.923
Repactuação do risco hidrológico	7 e 14	(66.618)	-	(96.364)	-
Depreciação e amortização	13 e 14	39.174	35.526	79.185	79.301
Encargos financeiros de debêntures, financiamentos e empréstimos	17	24.734	17.603	30.945	21.127
Juros sobre arrendamento mercantil	25	648	591	955	853
Atualização monetária da provisão para remoção de imobilizado	13.a)	-	-	666	179
Provisão (reversão) de provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	30	(3.387)	(1.439)	(11.532)	1.779
Dividendos de investidas ao valor justo	11	(743)	(2.014)	(743)	(2.014)
Variações nos ativos e passivos:					
Contas a receber		(28.776)	(2.677)	(21.999)	19.846
Tributos a recuperar		(2.369)	1.674	(2.586)	(1.873)
Outras movimentações em ativos		(5.131)	(1.151)	(6.931)	(2.355)
Fornecedores		(94.726)	7.632	(81.389)	11.717
Salários e encargos sociais		4.286	2.518	4.566	2.966
Tributos a recolher		115	(4.298)	166	(12.837)
Outras movimentações em passivos		12.417	1.593	13.264	6.448
Encargos pagos de debêntures, financiamentos e empréstimos	17	(25.592)	(13.640)	(25.592)	(17.775)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(1.035)	(9.263)	(5.952)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		<u>(101.795)</u>	<u>32.814</u>	<u>80.450</u>	<u>194.971</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aplicação financeira a longo prazo	9	-	-	(8.855)	-
Resgates de aplicação financeira restrita	9	-	-	-	44.099
Aquisição de bens do imobilizado e intangível	13 e 14	(36.829)	(9.574)	(528.640)	(311.774)
Partes relacionadas	10	8.613	5.487	8.438	5.489
Redução (aumento) de capital em investidas	12	(4.185)	(571.989)	-	(20.000)
Dividendos recebidos	12	106.744	113.764	13.243	7.564
Caixa e equivalentes de caixa proveniente de incorporação de investida		-	88.920	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital em investidas	12	(298.819)	-	-	-
Outras movimentações em investimentos		299	(16)	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(224.177)</u>	<u>(373.408)</u>	<u>(515.814)</u>	<u>(274.622)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Aumento de capital recebido	22.a)	540.000	-	540.000	-
Captação de empréstimos e financiamentos	17	-	400.000	366.442	400.000
Pagamentos de financiamentos e debêntures - principal	17	(38.318)	-	(38.318)	(318.799)
Custos de empréstimos a apropriar	17	-	-	(4.264)	-
Dividendos pagos		-	(2.149)	-	(2.149)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		<u>501.682</u>	<u>397.851</u>	<u>863.860</u>	<u>79.052</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>175.710</u>	<u>57.257</u>	<u>428.496</u>	<u>(599)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5	174.942	85.992	235.645	219.702
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	5	350.652	143.249	664.141	219.103
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>175.710</u>	<u>57.257</u>	<u>428.496</u>	<u>(599)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
 PARA O PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2021
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30.09.2021	30.09.2020	30.09.2021	30.09.2020
RECEITAS	23	<u>237.480</u>	<u>139.044</u>	<u>456.836</u>	<u>380.756</u>
Venda de energia elétrica		228.001	130.094	455.776	379.318
Venda de serviços		8.839	8.950	830	1.438
Outras receitas		640	-	230	-
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		<u>(57.972)</u>	<u>(46.472)</u>	<u>(76.784)</u>	<u>(115.022)</u>
Custo da geração de energia	24.a)	(115.955)	(30.441)	(149.729)	(73.817)
Repactuação do risco hidrológico	24.a)	66.618	-	96.364	-
Custo dos serviços prestados	24.a)	(313)	(3.694)	(1.355)	(4.201)
Despesas gerais e administrativas	24.b)	(11.155)	(15.884)	(37.386)	(38.607)
Outros resultados operacionais	24.c)	2.833	3.547	15.322	1.603
VALOR ADICIONADO BRUTO		<u>179.508</u>	<u>92.572</u>	<u>380.052</u>	<u>265.734</u>
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	13 e 14	<u>(39.174)</u>	<u>(35.526)</u>	<u>(79.185)</u>	<u>(79.301)</u>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA		<u>140.334</u>	<u>57.046</u>	<u>300.867</u>	<u>186.433</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		<u>168.661</u>	<u>102.948</u>	<u>36.595</u>	<u>25.523</u>
Resultado de equivalência patrimonial	12	158.557	96.553	12.115	13.314
Receitas financeiras	25	9.534	4.538	23.910	10.352
Resultado das operações descontinuadas	8	(173)	(157)	(173)	(157)
Dividendos auferidos	11	743	2.014	743	2.014
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		<u>308.995</u>	<u>159.994</u>	<u>337.462</u>	<u>211.956</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Pessoal:		<u>30.398</u>	<u>21.972</u>	<u>35.208</u>	<u>29.517</u>
Remuneração direta		24.073	17.014	28.076	23.081
Benefícios		4.539	3.881	5.176	4.906
FGTS		1.786	1.077	1.956	1.530
Impostos, taxas e contribuições:		<u>39.098</u>	<u>19.889</u>	<u>60.958</u>	<u>40.756</u>
Federais		38.184	19.004	60.303	40.085
Estaduais		628	661	544	661
Municipais		286	224	111	10
Remuneração de capitais de terceiros:		<u>51.524</u>	<u>24.971</u>	<u>53.321</u>	<u>48.521</u>
Juros	25	25.811	17.820	26.196	23.377
Aluguéis	24.b)	474	753	756	957
Despesa financeira - uso do bem público	25	22.690	3.139	22.690	17.260
Outras despesas financeiras	25	2.549	3.259	3.679	6.927
Remuneração de capitais próprios:		<u>187.975</u>	<u>93.162</u>	<u>187.975</u>	<u>93.162</u>
Lucro do período		187.975	93.162	187.975	93.162
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO		<u>308.995</u>	<u>159.994</u>	<u>337.462</u>	<u>211.956</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

PARA O PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Statkraft Energias Renováveis S.A. (“Companhia” ou “SKER”), com sede social em Florianópolis, Santa Catarina, tem por atividade principal a participação no capital social de empresas nas áreas de geração de energia elétrica, além da implementação e operação de projetos de energia renovável e prestação de serviço de operação e manutenção. Seus ativos em operação atuam na geração de energia eólica e hídrica, compreendendo uma capacidade instalada total de 449,31 MW.

Em linha com a perspectiva de expansão no mercado, na data de 8 de outubro de 2019, a Companhia adquiriu 100% de participação nas empresas Ventos de Santa Eugênia Energias Renováveis S.A. e Ventos de São Vitorino Energias Renováveis S.A., ambas detentoras de projetos eólicos “greenfield” em desenvolvimento, ampliando a representatividade do Grupo Statkraft no setor de energia do Brasil.

Em 18 de outubro de 2019, a Statkraft Energias Renováveis S.A. participou do 30º Leilão de Energia Nova do tipo A-6 e sagrou-se vencedora com parte dos projetos eólicos Ventos de Santa Eugênia e Serra de Mangabeira, com capacidade instalada total de 420MW e 75,6MW, respectivamente. Os 11 projetos vencedores tiveram parte da energia vendida às distribuidoras de energia elétrica. Ventos de Santa Eugênia assegurou a comercialização de 75,3 MW médios e Serra da Mangabeira teve 12,1 MW médios vendidos, com prazo contratual de 20 anos e início de suprimento em 1º de janeiro de 2025, conforme as diretrizes do Ministério de Minas e Energia (MME).

Para viabilizar os projetos eólicos supracitados, foram constituídas onze Companhias, que conterão os ativos de geração eólica, bem como os respectivos financiamentos necessários à sua construção.

Visando melhorar o desempenho financeiro e administrativo da Companhia, em 4 de setembro de 2020, foi aprovada a incorporação da investida Monel Monjolinho Energética S.A. (“Monel”) nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação. Como resultado desta incorporação, a Monel foi extinta de pleno direito e a Companhia tornou-se sua sucessora. O patrimônio líquido da Monel na data base do laudo de incorporação e com base no valor contábil, representava o montante de R\$182.346. Para atendimento dos requisitos legais, a Companhia contratou uma empresa especializada para emissão do laudo de avaliação do patrimônio líquido com data de 30 de junho de 2020, de acordo com as normas contábeis vigentes. Os saldos de ativos adquiridos e passivos assumidos estão representados na nota explicativa nº 11.1.

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia participou do 35º Leilão de Energia Nova A-5 com os projetos eólicos Morro do Cruzeiro I e Morro do Cruzeiro II, com capacidade instalada total de 79,8 MW. Como resultado do leilão, os projetos citados acima foram vencedores e tiveram 30% da energia vendida à distribuidoras de energia por meio de contratos fechados no ambiente regulado (CCEAR), com prazo contratual de 15 anos e início de suprimento em 1º de janeiro de 2026, conforme as diretrizes do Ministério de Minas e Energia (MME) de acordo com as diretrizes do Ministério de Minas e Energia (MME). Como estratégia, a Statkraft comercializará a energia remanescente dos projetos vendidos no leilão no mercado livre.

Foram constituídas duas sociedades de propósito específicos para as quais serão direcionados os ativos de geração eólica dos projetos de complexo Morro do Cruzeiro.

1.1. Inspeção e reforma da PCH São João:

Em 24 de agosto de 2020, a PCH São João foi desligada para realização da substituição das válvulas das unidades geradoras, dentro de uma atividade de manutenção programada com estimativa de conclusão em 05 de novembro de 2020. Para realizar esta manutenção o túnel de adução da usina foi esvaziado e, como recomenda a boa prática de engenharia, procedeu-se imediatamente à sua inspeção. Durante a inspeção do túnel de adução foram encontrados cartuchos explosivos não detonados e danos materiais com regiões instáveis. As atividades de recuperação do túnel serão concluídas no mês de outubro de 2021 e o retorno das atividades operacionais é esperada ainda para o ano corrente. A Companhia reconheceu uma provisão para perda ao valor recuperável conforme mencionado na nota explicativa nº 13, a qual será atualizada conforme conclusão da avaliação técnica contendo a mensuração do comprometimento efetivo do túnel.

1.2. Participações societárias

A Companhia possui participação societária nas seguintes companhias operacionais, e também na Enx O&M de Sistemas Elétricos Ltda. ("Enx"), que foi descontinuada em 2016:

Companhia	Tipo	Participação Societária		
		2021	2020	
<u>Eólicas operacionais</u>				
Energen Energias Renováveis S.A. ("Energen")	(a)	Controlada direta	99,99%	99,99%
Macaúbas Energética S.A. ("Macaúbas")	(a)	Controlada direta	100,00%	100,00%
Novo Horizonte Energética S.A. ("Novo Horizonte")	(a)	Controlada direta	100,00%	100,00%
Seabra Energética S.A. ("Seabra")	(a)	Controlada direta	100,00%	100,00%
<u>Eólicas não operacionais</u>				
Ventos de Santa Eugênia Energias Renováveis S.A. ("Santa Eugênia")	(g)	Controlada direta	100,00%	100,00%
Oslo I S.A.	(h)	Controlada direta	100,00%	99,99%
Oslo II S.A.	(h)	Controlada direta	100,00%	99,99%
Oslo III S.A.	(h)	Controlada direta	100,00%	99,99%
Oslo IV S.A.	(h)	Controlada direta	100,00%	99,99%
Oslo V S.A.	(h)	Controlada direta	100,00%	99,99%
Oslo VI S.A.	(h)	Controlada direta	100,00%	99,99%
Oslo VII S.A.	(h)	Controlada direta	100,00%	99,99%
Oslo VIII S.A.	(h)	Controlada direta	100,00%	99,99%
Oslo IX S.A.	(h)	Controlada direta	100,00%	99,99%
Oslo X S.A.	(h)	Controlada direta	100,00%	99,99%
Serra da Mangabeira S.A.	(h)	Controlada direta	100,00%	100,00%
Ventos de São Vitorino Energias Renováveis S.A. ("São Vitorino")	(g)	Controlada direta	100,00%	100,00%
Oslo XI S.A.	(g)	Controlada direta	100,00%	-
Oslo XII S.A.	(g)	Controlada direta	100,00%	-
Oslo XIII S.A.	(g)	Controlada direta	100,00%	-
Oslo XIV S.A.	(g)	Controlada direta	100,00%	-
Morro do Cruzeiro I S.A.	(i)	Controlada direta	100,00%	-
Morro do Cruzeiro II S.A.	(i)	Controlada direta	100,00%	-
<u>Pequenas Centrais Hidrelétricas</u>				
Esmeralda S.A. ("Esmeralda")	(b)	Controlada direta	100,00%	100,00%
Santa Laura S.A. ("Santa Laura")	(b)	Controlada direta	100,00%	100,00%
Santa Rosa S.A. ("Santa Rosa")	(b)	Controlada direta	100,00%	100,00%
Moinho S.A. ("Moinho")	(c)	Controlada direta	100,00%	100,00%
Santa Fé Energia S.A. ("Santa Fé")	(c)	Controlada direta	100,00%	100,00%
Passos Maia Energética S.A. ("Passos Maia")	(c)	Controlada em conjunto	50,00%	50,00%

Companhia	Tipo	Participação Societária		
		2021	2020	
<u>Usinas Hidrelétricas</u>				
Monel Monjolinho Energética S.A. (“Monel”)	(d)	Controlada direta	-	100,00%
		Outras participações	20,00%	20,00%
Usina Hidrelétrica Cubatão S.A. (“Cubatão”)	(e)	participações	5,00%	5,00%
Ceran - Companhia Energética Rio das Antas (“Ceran”)	(e)	participações	2,12%	2,12%
Dona Francisca Energética S.A. (“Dfesa”)	(e)	participações		
<u>Serviços de Operação e Manutenção (O&M)</u>				
		Oper. descontinuada	100,00%	100,00%
Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda. (“Enex”)	(f)			
<u>Comercialização de energia elétrica</u>				
Statkraft Comercialização de Energia S.A.	(j)	Controlada direta	100,00%	-

- (a) Referem-se a controladas diretas da Companhia, sociedades por ações de capital fechado, que têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parques eólicos específicos, localizado no Estados da Bahia e do Sergipe. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva - 2009 (“LER 2/2009”).
- (b) Referem-se a controladas diretas da Companhia, sociedades por ações de capital fechado, que têm por objeto social exclusivo a geração e comercialização de energia elétrica de Pequenas Centrais Hidrelétricas (“PCHs”) localizadas nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Rio de Janeiro, respectivamente. Em regime de autorização, estes complexos têm toda a sua produção contratada com a Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás, no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA.
- (c) Referem-se a controladas diretas e controlada em conjunto da Companhia, respectivamente, sociedades por ações de capital fechado, que têm por objeto social exclusivo a geração e comercialização de energia elétrica de Pequenas Centrais Hidrelétricas (“PCHs”) localizadas nos Estados do Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Santa Catarina, respectivamente, atuando sobre o regime de autorização.
- (d) Refere-se a controlada direta da Companhia, sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social exclusivo a geração e comercialização de energia elétrica em Usina Hidrelétrica (“UHE”) localizada no Estado de Santa Catarina. Em regime de concessão, este complexo possui a sua produção contratada com as distribuidoras que declararam demanda no Leilão de Energia Nova - 2011 (“LEN 2011 (A-3)”. A Controlada foi incorporada à Companhia em 4 de setembro de 2020.
- (e) Referem-se a investimentos sem influência significativa, os quais são registrados a valor justo.
- (f) Refere-se a investimento descontinuado em 20 de dezembro de 2016, sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social a prestação de serviços a terceiros em contratos de Operação e Manutenção (nota explicativa nº 8)
- (g) Referem-se a controladas diretas com projetos “greenfield” do segmento eólico em fase de desenvolvimento.
- (h) Companhias constituídas para viabilização do projeto Ventos de Santa Eugênia, por meio do qual a Companhia sagrou-se vencedora no Leilão de Energia Nova (A-6) que ocorreu em 18 de outubro de 2019.
- (i) Companhias constituídas para viabilização do projeto Morro do Cruzeiro, por meio do qual a Companhia sagrou-se vencedora no Leilão de Energia Nova (A-5) que ocorreu em 30 de setembro de 2021.
- (j) Controlada direta com atividade principal de comercialização de energia elétrica no âmbito do mercado brasileiro e/ou de outros países.

1.3. Principais características dos empreendimentos de geração

A seguir encontram-se detalhes sobre as geradoras controladas, controlada em conjunto e empreendimentos minoritários do Grupo:

Usina	Contratos	Portaria MME/Resolução ANEEL	Prazo de autorização	Fim do período de concessão*	Capacidade de produção instalada MW	Capacidade de produção instalada Statkraft MW	Garantia física MW médio
Eólicas ("EOL"):							
EOL Barra dos Coqueiros (Energen)	LER 2/2009	Portaria MME nº 617/2010	35 anos	jul-45	34,5	34,5	10,5
EOL Macaúbas	LER 2/2009	Portaria MME nº 580/2010	35 anos	mai-45	35,07	35,07	13,4
EOL Novo Horizonte	LER 2/2009	Portaria MME nº 673/2010	35 anos	mai-45	30,06	30,06	10,97
EOL Seabra	LER 2/2009	Portaria MME nº 671/2010	35 anos	mai-45	30,06	30,06	11,33
Hídricas:							
PCH Esmeralda	PROINFA	Res. ANEEL nº 605/2001	30 anos	ago-33	22,2	22,2	12,32
PCH Santa Laura	PROINFA	Res. ANEEL nº 379/2000	30 anos	mar-33	15	15	7,99
PCH Santa Rosa	PROINFA	Res. ANEEL nº 197/2001	30 anos	jan-33	30	30	17,07
PCH Moinho	Cemig	Res. Autoriz. ANEEL nº 1.451/2008	30 anos	jun-44	13,7	13,7	6,98
PCH Victor Batista Adami (Passos Maia)	Cemig	Res. Autoriz. ANEEL nº 68/2004	30 anos	dez-37	25	12,5	13,7
UHE Monel Monjolinho	LEN 4/2006	Contrato de Concessão nº 18/2002	35 anos	mar-43	74,4	74,4	41,7
UHE Suíça (SKER)	EDP Com.	Contrato de Concessão nº 1/2014	30 anos	fev-27	33,9	33,9	21,61
PCH Viçosa (SKER)	ESCELSA	Res. ANEEL nº 111/1999	30 anos	out-30	4,5	4,5	2,52
PCH São João (SKER)	ESCELSA	Res. ANEEL nº 110/1999	26 anos	out-30	25	25	12,95
PCH Alegre (SKER)	ESCELSA	Contrato de Concessão nº 4/2013	30 anos	mai-27	2,06	2,06	1,16
PCH Fruteiras (SKER)	ESCELSA	Contrato de Concessão nº 4/2013	30 anos	abr-26	8,74	8,74	5,56
PCH Jucu (SKER)	ESCELSA	Contrato de Concessão nº 4/2013	30 anos	jun-26	4,84	4,84	2,62
PCH Rio Bonito (SKER)	CBR - ESCELSA/ CCEAR ⁽¹⁾	Contrato de Concessão nº 4/2013	30 anos	jun-26	22,5	22,5	9,4
PCH Francisco Gros (Santa Fé)	CCEAR	Res. ANEEL nº 482/2001	30 anos	set-33	29	29	15,58
UHE Monte Claro (CERAN)	CPFL /CCEAR / CCEAL	Contrato de Concessão nº 8/2001	35 anos	nov-39	130	6,5	69
UHE Castro Alves (CERAN)	CPFL /CCEAR / CCEAL	Contrato de Concessão nº 8/2001	35 anos	nov-39	130	6,5	64
UHE 14 de Julho (CERAN)	CPFL /CCEAR / CCEAL	Contrato de Concessão nº 8/2001	35 anos	nov-39	100	6,0	50
UHE Dona Francisca		Contrato de Concessão nº 188/1998	35 anos	set-37	125	2,6	80

¹ A PCH Rio Bonito possui contrato bilateral regulado ("CBR") firmado com a contraparte Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. ("ESCELSA") e também transações formalizadas por Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ("CCEAR") firmado com diversas distribuidoras.

* Prazo de concessão considerando a extensão aderida pela repactuação do risco hidrológico abordado na nota explicativa nº 1.4.

1.4. Liminar GSF (“Generation Scalling Fator”)

A retração de geração hidrelétrica do sistema brasileiro elevou significativamente os pagamentos feitos pelos geradores hidrelétricos devido ao agravamento do GSF. Esse fato fez com que as usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE ajuizassem ações judiciais para suspensão dos pagamentos desta natureza. Por conta das liminares favoravelmente concedidas a essas ações judiciais, os saldos no mercado de curto prazo referentes aos períodos entre julho de 2015 e fevereiro de 2018 das controladas UHE Monjolinho e PCH Moinho encontravam-se protegidos do efeito controverso do MRE.

Em 23 de outubro de 2018, ocorreu a modulação da liminar associada a ação judicial que protegia essas usinas (ação judicial GSF APINE), resultando no fim da proteção desde 08 de fevereiro de 2018, porém, mantendo-se represados os valores entre 01 de julho de 2015 e 7 de fevereiro de 2018. São esses valores, atualizados por IGPM, que estão devidamente provisionados pela Companhia no seu balanço e divulgados na nota explicativa nº 16.

Em 8 de setembro de 2020, foi sancionada a Lei nº 14.052, que trata do GSF e estabelece o ressarcimento às usinas integrantes do MRE, por meio de extensão de outorga decorrente dos impactos ocasionados pela Geração Térmica Fora da Ordem de Mérito - GFOM, antecipação de garantia física dos empreendimentos estruturantes e pelas restrições de transmissão, criando, assim, as bases para destravar o Mercado de Curto Prazo. Os termos dessa Lei foram regulamentados pela Aneel por meio da REN nº 895/2020.

Após a decisão do Conselho de Administração da Companhia de aderir ao Acordo e assinar o Contrato (Termo de Aceitação), a dívida na CCEE no montante de R\$115.330 relativa aos ativos Monel e Moinho, foi paga em 20 de agosto de 2021, conforme divulgado na nota explicativa nº 16. Além disso, a Companhia retirou todas as ações judiciais e renunciará de direitos a novas ações judiciais sobre o GSF.

Em 03 de agosto de 2021 e 14 de setembro de 2021, foram publicadas pela ANEEL, respectivamente, as REH Nº 2.919 e REN Nº 2.932, com os valores finais das extensões calculadas pela CCEE com base na REN Nº 895/20. O quadro abaixo descreve o impacto dessas extensões em cada usina do Grupo:

Usina	Vencimento concessão original	Extensão garantida por lei (em anos)	Novo prazo de vencimento da concessão
UHE Monjolinho	abri-37	5,94	mar-43
UHE Suíça	jul-25	1,58	fev-27
PCH Esmeralda	dez-31	1,65	ago-33
PCH Santa Laura	set-31	1,46	mar-33
PCH Santa Rosa II	mai-31	1,67	Jan-33
PCH Moinho	jul-38	5,97	jun-44
PCH Passos Maia	mar-34	3,81	dez-37
PCH Alegre	jul-25	1,85	mai-27
PCH Fruteiras	jul-25	0,76	abr-26
PCH Jucu	jul-25	0,93	jun-26
PCH Rio Bonito	jul-25	0,95	jun-26
PCH Francisco Gross	nov-31	1,85	set-33
PCH São João	mai-29	1,45	out-30
PCH Viçosa	mai-29	1,43	out-30

As etapas finais do processo de adesão à repactuação correspondem ao preenchimento dos formulários e a assinatura dos Termos de Aceitação do Termo de Extensão da Outorga, que foram concluídos em 08 de outubro de 2021.

1.5. Impactos do COVID-19 nas informações financeiras

No final de 2019, os casos de coronavírus (“COVID-19”) foram reportados mundialmente e desde então se multiplicaram, com relatos de fatalidade, por diversos países.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou a COVID-19 como um surto pandêmico. Durante o mesmo mês, as autoridades governamentais de várias jurisdições impuseram confinamentos ou outras restrições para conter o vírus e diversas empresas suspenderam ou reduziram suas operações. O impacto final na economia global e nos mercados financeiros ainda é incerto, mas imagina-se que seja significativo.

Dessa forma, a Companhia e suas subsidiárias continuam operando com todas as suas usinas e parques eólicos, exceto a PCH São João conforme mencionado na nota explicativa nº 1.1, sendo capaz de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal dos negócios e manter, com isso, sua continuidade operacional.

- A receita líquida consolidada auferida até o 3º trimestre de 2021 no montante de R\$425.268 superou em 17% a realizada no mesmo período do ano anterior (R\$354.509).
- Não ocorreram demissões nem reduções salariais na Companhia e suas controladas.
- Não houve inadimplência de clientes e nem perdas de contratos.
- Recorremos a diferimentos no pagamento de impostos e tributos de acordo com as Medidas Provisórias liberadas pelo Governo (Federal, Estadual e Municipal).
- Estamos preservando os recursos de caixa, para atravessarmos o processo da COVID-19.
- Durante as operações do mês de outubro de 2021, os resultados ocorreram dentro das expectativas da Administração, não havendo impactos adversos decorrentes do cenário da pandemia que requeiram ajustes como “impairment” de ativos ou divulgações nessas demonstrações financeiras.

Um dos valores fundamentais da Companhia é a segurança, dessa forma, estamos adotando todas as recomendações da Organização Mundial da Saúde. As principais medidas já adotadas pela Companhia destacamos:

- Criação de Comitê de Crise com reuniões diárias e acompanhamento semanal com a liderança.
- Aplicação do “Home Office” para as atividades administrativas, com retorno em formato híbrido previsto para o mês de Janeiro de 2022, dependendo da evolução de alguns indicadores da pandemia.
- Cancelamento de todas as viagens não essenciais.
- Disponibilização de apoio psicológico para os colaboradores de forma “on-line”.
- Disponibilização de boas práticas ligadas a gestão da emoção, ergonomia, gerenciamento de tarefas e administração do tempo para os colaboradores da organização.

A Companhia analisou os impactos da COVID-19 e não identificou quaisquer mudanças nas circunstâncias que indiquem “impairment” de ativos, descontinuidade operacional, nem que requeiram ajustes nas suas demonstrações financeiras encerradas em 30 de setembro de 2021. A Administração da Companhia tem analisado e tomado ações efetivas para preservar a integridade de suas pessoas e de seus ativos.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas que correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pela “International Accounting Standards Board - IASB” e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. A base de preparação e as políticas contábeis são as mesmas que as utilizadas nas demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Assim, e como descrito no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia optou por apresentar as notas explicativas nessa ITR de forma resumida nos casos em que não haja mudanças em relação ao apresentado nas demonstrações anuais. Portanto, as correspondentes informações financeiras intermediárias devem ser lidas em conexão àquelas demonstrações financeiras.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, em 04 de setembro de 2020, foi aprovada a incorporação da investida Monel Monjolinho Energética S.A. (“Monel”) na controladora Statkraft Energias Renováveis S.A., motivo pelo qual as informações comparativas da controladora apresentadas nas demonstrações individuais do resultado, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2020 estão impactadas pela incorporação da Monel à partir da respectiva data de incorporação. Dessa forma, as informações financeiras individuais da Companhia devem ser avaliadas considerando a situação acima descrita.

Estas informações financeiras intermediárias foram aprovadas pela Administração em 04 de novembro de 2021.

2.1. Intangível

Adicionalmente às práticas contábeis utilizadas nas demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o Grupo reconheceu o direito de extensão da concessão conforme aderência às tratativas da Lei 14.052/2020 a qual formaliza a repactuação do risco hidrológico em forma de compensação pelos custos incorridos no passado, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.4.

O direito de extensão foi reconhecido pelo valor justo equivalente ao valor definido e disponibilizado pela ANEEL em contrapartida da rubrica de custos operacionais (Repactuação do risco hidrológico).

2.2. Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

- CPC 06 (R2) (IFRS 16) – “Arrendamentos”: Em 28 de maio de 2020, o IASB alterou a norma IFRS 16 estabelecendo medidas práticas para arrendatários na contabilização de concessões de aluguel decorrentes de resultados diretamente relacionados à COVID-19. Tais alterações consideram que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionada à COVID-19 é uma modificação de arrendamento, reconhecendo os efeitos da concessão de forma apropriada em cada caso. Estas tratativas devem ser aplicadas apenas se todas as condições a seguir forem atendidas:
 - a) A mudança nos pagamentos de arrendamento resulta na contraprestação revisada de arrendamento que é substancialmente a mesma que, ou menor que, a contraprestação de arrendamento imediatamente anterior à mudança.
 - b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de setembro de 2021.
 - c) Não há nenhuma mudança substantiva nos outros termos e condições do arrendamento.

Até o fechamento do período corrente, o Grupo não teve alterações em seus contratos de arrendamentos que refletissem benefícios ou concessões decorrentes do COVID-19 e, portanto, não aplicou as alterações previstas na IFRS 16 (conforme emitidas pelo IASB em maio de 2020).

- CPC 48 (IFRS 9) – “Instrumentos Financeiros”: A norma foi revisada incluindo o termo ‘Reforma da taxa de juros de referência’ que refere-se à uma taxa de juros de referência, reformada em todo o mercado, levando à necessidade de mudança na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais que geram os ativos e passivos financeiros ou instrumentos de “hedge”. A remensuração de ativos e passivos financeiros decorrente da alteração da taxa de juros de referência é exigida somente se ambas as condições forem atendidas:
 - a) a mudança é necessária como consequência direta da reforma da taxa de juros de referência.
 - b) a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente à base anterior (ou seja, a base imediatamente antes da mudança).

O Grupo não identificou alterações em taxas de juros de referência que impactem os fluxos de caixa que geram seus ativos e passivos financeiros até o fechamento deste período.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência da Administração e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas contábeis das demonstrações financeiras anuais. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que possuem grau elevado de julgamento e complexidade, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas abaixo.

a) Vida útil do ativo imobilizado

Até setembro de 2019, o Grupo reconhecia a despesa de depreciação com base no método linear, considerando seus custos e seus valores residuais durante a vida útil técnica estimada para cada grupo de ativos imobilizados, limitados ao prazo de autorização/concessão.

A partir de outubro de 2019, o Grupo realizou mudanças nas estimativas de vida útil do ativo imobilizado das usinas hídricas onde a depreciação passou a ser calculada utilizando as taxas de depreciação que representam o valor residual do imobilizado ao fim da concessão, de acordo com as taxas de depreciação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em função do entendimento da Administração da Companhia no sentido de haver direito à indenização dos valores residuais ao final da concessão/autorização. Caso haja alteração no cenário regulatório ou à medida que fatos novos relacionados ao tema ocorram, referidas taxas poderão ser revistas, para refletir a adequada vida útil econômica dos bens integrantes do ativo imobilizado.

Anualmente, o grupo avalia se há indícios de mudança da vida útil técnica esperada para os grupos de ativos, e a cada três anos é formalizado um novo estudo técnico, independentemente da existência de evidências de mudança da expectativa adotada de vida útil.

b) Teste de redução do valor de recuperação dos ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar o valor recuperável dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado. O Grupo realiza, a cada emissão de demonstrações financeiras, ou sempre que houver indicativos, uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pelo Grupo.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre:

- (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Quando o valor contábil de um ativo excede o seu montante recuperável, o Grupo reconhece uma redução no saldo contábil desses ativos, quando aplicável.

O processo de revisão do valor recuperável de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos por meio da realização de análises.

Os saldos de imobilizado e intangível de longa duração estão nas rubricas “Imobilizado”, “Intangível” e “Propriedades para investimento”.

c) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e análise de fluxos de caixa descontados.

O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

d) Custos de desmobilização dos parques eólicos

As principais atividades a serem concluídas no processo de desmontagem são a remoção de: (i) pás; (ii) eixo; (iii) motor; (iv) seções de torre de aço; e (v) painéis elétricos e outros.

Devido à falta de custos históricos de desmobilização no mercado (o segmento eólico no Brasil é bastante novo), bem como da própria empresa, foi necessário considerar os custos dos serviços de instalação para avaliar o custo do desmantelamento de usinas eólicas.

Para o custo de montagem de um parque eólico foi considerado o custo de mobilização de guindaste e mão de obra, além do custo diário para executar o serviço.

e) Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

Estas estimativas são mensuradas com base em avaliação e qualificação dos riscos com probabilidade de perda provável. Estas avaliações são suportadas pelo julgamento dos seus assessores jurídicos e da administração, considerando as jurisprudências e o histórico de eventuais acordos e decisões, bem como outros aspectos aplicáveis.

f) Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais

Os ativos diferidos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais são reconhecidos com base na expectativa de lucro futuro das companhias que geram tais prejuízos. As expectativas são realizadas pela Administração, e os tributos diferidos desta natureza recuperáveis em até 10 anos são reconhecidos.

g) Alocação de preço de compra advindo de combinações de negócios

Em uma transação de combinação de negócios é requerido que os ativos e passivos dos negócios adquiridos sejam registrados pelo seu valor justo. Para alguns ativos e passivos, é necessário fazer o uso de técnicas de mensuração que envolvem o uso de julgamento e estimativas. As técnicas utilizadas e ajustes a valor justo são apresentados em nota explicativa específica quando uma combinação de negócios é realizada.

4. GESTÃO DE CAPITAL

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das empresas para oferecer retorno aos seus acionistas e outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal, adequada para tal fim.

As relações dívida líquida / patrimônio líquido podem ser verificadas conforme seguem:

	Controladora	
	<u>30.09.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Total dos financiamentos	595.272	634.448
(-) caixa e equivalentes de caixa	<u>(350.652)</u>	<u>(174.942)</u>
Dívida líquida	244.620	459.506
Total do patrimônio líquido	<u>2.086.650</u>	<u>1.321.095</u>
Dívida líquida / patrimônio líquido - %	11,72	34,78

	Consolidado	
	<u>30.09.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Total dos financiamentos	963.661	634.448
(-) caixa e equivalentes de caixa	(664.141)	(235.645)
(-) aplicação financeira restrita	<u>(8.951)</u>	-
Dívida líquida	<u>290.569</u>	<u>398.803</u>
Total do patrimônio líquido	<u>2.086.657</u>	<u>1.321.102</u>
Dívida líquida / patrimônio líquido - %	13,93	30,19

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	<u>30.09.2021</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>30.09.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Contas bancárias em moeda funcional	33	3.621	30.418	6.278
Aplicações financeiras com liquidez imediata	<u>350.619</u>	<u>171.321</u>	<u>633.723</u>	<u>229.367</u>
	<u>350.652</u>	<u>174.942</u>	<u>664.141</u>	<u>235.645</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs e Operações Compromissadas, com rentabilidade referenciada no CDI em condições competitivas de mercado, emitidos por instituições financeiras no Brasil. Estas aplicações financeiras podem ser resgatadas a qualquer momento sem quaisquer restrições.

6. CONTAS A RECEBER

		Controladora		Consolidado	
		30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
Fornecimento de energia elétrica	(i)	16.791	24.542	49.062	47.415
Saldo de mercado de curto prazo	(ii)	11.685	-	14.371	2.284
Geração excedente aos contratos CER	(iii)	-	-	20.683	13.358
Contas a receber partes relacionadas	(iv)	33.595	8.753	2.163	1.223
Total		62.071	33.295	86.279	64.280
Ativo circulante		62.071	33.295	65.916	54.730
Ativo não circulante		-	-	20.363	9.550

- (i) Saldo de recebíveis de clientes pelo fornecimento de energia elétrica em contratos firmados no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e outros terceiros, com prazo médio de vencimento de 35 dias.
- (ii) Saldo de recebíveis de fornecimento de energia elétrica liquidado no mercado de curto prazo.
- (iii) Saldo mantido no ativo não circulante referente ao excedente de geração de energia entre 100% e 130% ao montante contratado pelo Contrato de Energia de Reserva - CER mantido com a CCEE nas subsidiárias que compõem os parques eólicos em operação do Grupo Statkraft, que é recebido ao final da apuração de cada quadriênio, quando os saldos são transferidos gradativamente para o curto prazo, conforme expectativa de realização de caixa e atualizados pelo índice IPCA. Já a geração acima de 130% é classificada no curto prazo, conforme expectativa de realização nos próximos 12 meses.
- (iv) Saldos de contas a receber com partes relacionadas referente a venda de energia e saldos a receber decorrente de redução de capital, serviço de administração do proprietário e serviços de O&M (operação e manutenção) das controladas e controlada em conjunto com vencimento médio de 28 dias.

7. REPACTUAÇÃO DO RISCO HIDROLÓGICO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

Por conta do período de hidrologia adverso de 2015, em 11 de dezembro de 2015 a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 684, que estabelece os critérios para anuência e demais condições para repactuação do risco hidrológico de geração hidrelétrica por agentes participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE. Em 17 de Dezembro de 2015, o Conselho de Administração da Companhia decidiu pela adesão à proposta para as PCHs Esmeralda, Santa Laura e Santa Rosa II, todas contratadas no âmbito do PROINFA. A classe de produto optado foi o SP100 que transfere 100% do risco hidrológico à distribuidora.

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
Ativo circulante	760	709	948	884
Ativo não circulante	1.204	1.780	2.949	3.668
	1.964	2.489	3.897	4.552

As usinas PCH Jucu, PCH Rio Bonito, PCH São João e PCH Francisco Gros também aderiram às condições de repactuação do risco hidrológico protegendo-se de 94% e 92% respectivamente da exposição ao risco do GSF. Os saldos que representam essa repactuação podem ser assim apresentados:

Em 08 de setembro de 2020, foi aprovada a Lei 14.052 que regulamenta novas condições de repactuação do risco hidrológico para o ressarcimento às usinas integrantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, por meio de extensão de outorga decorrente dos impactos ocasionados pela Geração Térmica Fora da Ordem de Mérito – GFOM, dentre outros fatores conforme mencionado na nota explicativa nº 1.4. Em consonância com a aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia realizada, as usinas detentoras de concessão de geração de energia hidrelétrica do Grupo aderiram à repactuação do risco hidrológico que trata a lei 14.052/2020. Desta forma, foi reconhecido o ativo intangível no montante consolidado de R\$96.364 correspondente ao direito de extensão da concessão, em contrapartida da rubrica de custos operacionais (Repactuação do risco hidrológico), na demonstração do resultado, além da constituição do imposto de renda e contribuição social diferidos passivos, em virtude da diferença temporária estabelecida, conforme demonstrado na nota explicativa nº 26 (b). Adicionalmente, a controlada em conjunto Passos Maia reconheceu o montante de R\$10.439 nas mesmas tratativas, impactando, portanto, o resultado da Companhia por meio da equivalência patrimonial deste investimento.

8. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

O Grupo Statkraft não possui como “core business” a prestação de serviços a terceiros, sendo o foco deste apenas geração de energia elétrica por meio de fontes renováveis. Neste sentido, a Companhia entendeu por bem realizar a cessão dos contratos de Operação e Manutenção da subsidiária Enex a terceiros (sob anuência de seus clientes), a fim de que as atividades de operação e manutenção passassem a ser realizadas exclusivamente para as usinas deste Grupo Econômico. Desta forma, após processo seletivo, foi firmado em 20 de dezembro de 2016 contrato com empresa do setor, contemplando a: (i) transferência de contratos de O&M firmados com terceiros; (ii) a transferência de empregados da Companhia para a cessionária; e (iii) a venda dos bens e equipamentos alocados nas usinas para a prestação de serviços à terceiros, passando a Enex a não mais deter qualquer relação comercial com terceiros.

As análises do resultado de operações descontinuadas, representadas unicamente pelos resultados da subsidiária Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda., são apresentadas a seguir:

	<u>30.09.2021</u>	<u>30.09.2020</u>
Despesas gerais e administrativas	(357)	(163)
Provisões e condenações judiciais	200	(32)
Resultado financeiro	(14)	60
Outras despesas	<u>(2)</u>	<u>(22)</u>
Lucro (Prejuízo) do período	<u>(173)</u>	<u>(157)</u>

O saldo de valor justo destas operações está apresentado no balanço patrimonial na rubrica “Operações descontinuadas” no valor de R\$1.820 (em 31 de dezembro de 2020, R\$1.992).

9. APLICAÇÃO FINANCEIRA RESTRITA

Por força dos contratos de financiamentos firmados com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“BNB”) para o custeio das obras das usinas eólicas das controladas pertencentes ao projeto Ventos de Santa Eugênia (vide nota explicativa nº 1.2), tais empresas devem manter saldos em conta corrente remunerada, ou de aplicação financeira, denominada “conta reserva”, que visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o banco. As aplicações financeiras restritas são constituídas prévia e proporcionalmente a cada desembolso, mantido por todo o prazo do financiamento e possuem rentabilidade referenciada no CDI. As movimentações das aplicações financeiras restritas do ativo não circulante podem ser assim demonstradas:

	Consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020
No início do período	-	43.818
Aplicação	8.855	-
Rendimentos líquidos de impostos	96	281
Resgates	-	(44.099)
No final do período	8.951	-

10. PARTES RELACIONADAS

As operações são prestadas em condições específicas acordadas entre as partes. Os saldos patrimoniais são assim demonstrados:

		Controladora		Consolidado	
		30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
<u>Ativo circulante</u>					
Contas a receber:					
Energen Energias Renováveis S.A.	(i)	62	287	-	-
Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda.	(i)	300	300	300	300
Esmeralda S.A.	(i)	42	207	-	-
Macaúbas Energética S.A.	(i)	9.873	904	-	-
Moinho S.A.	(i)	6.679	824	-	-
Novo Horizonte Energética S.A.	(i)	5.260	599	-	-
Oslo I S.A.	(i)	10	306	-	-
Oslo II S.A.	(i)	14	247	-	-
Oslo III S.A.	(i)	3.643	804	-	-
Oslo IV S.A.	(i)	14	266	-	-
Oslo V S.A.	(i)	2	234	-	-
Oslo VI S.A.	(i)	7	194	-	-
Oslo VII S.A.	(i)	62	62	-	-
Oslo VIII S.A.	(i)	14	186	-	-
Oslo IX S.A.	(i)	10	183	-	-
Oslo X S.A.	(i)	12	243	-	-
Passos Maia Energética S.A.	(i)	31	173	31	172
Santa Laura S.A.	(i)	42	224	-	-
Santa Rosa S.A.	(i)	42	253	-	-
Seabra Energética S.A.	(i)	4.203	590	-	-
Santa Fé Energia S.A.	(i)	666	327	-	-

	Controladora		Consolidado		
	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020	
<u>Ativo circulante</u>					
Contas a receber:					
Serra da Mangabeira S.A.	(i)	33	158	-	-
Ventos de Santa Eugênia S.A.	(i)	228	228	-	-
Ventos de São Vitorino S.A.	(i)	591	203	-	-
Statkraft Investimentos Ltda	(ii)	11	40	11	40
Statkraft Energia do Brasil Ltda.	(ix)	1.364	351	1.441	351
Statkraft AS	(ii)	176	168	176	168
NSL Tidong Power Generation	(ii)	14	13	14	13
Statkraft Chile Inversiones Electricas Ltda	(ii)	190	179	190	179
		<u>33.595</u>	<u>8.753</u>	<u>2.163</u>	<u>1.223</u>
Dividendos a receber:					
Esmeralda S.A.		-	5.321	-	-
Macaúbas Energética S.A.		-	669	-	-
Moinho S.A.		-	473	-	-
Novo Horizonte Energética S.A.		-	1.569	-	-
Passos Maia Energética S.A.		-	3.604	-	3.604
Seabra Energética S.A.		-	1.508	-	-
Santa Laura S.A.		-	3.200	-	-
Santa Rosa S.A.		-	7.436	-	-
Santa Fé Energia S.A.		-	5.459	-	-
		<u>-</u>	<u>29.239</u>	<u>-</u>	<u>3.604</u>
<u>Ativo não circulante</u>					
Mútuos:					
Energen Energias Renováveis S.A.	(iii)	-	180	-	-
Água Quente Ltda.	(iv)	5.714	5.027	5.714	5.027
Bom Retiro S.A.	(iv)	3.893	3.622	3.893	3.622
Provisão para perdas estimadas com créditos	(v)	(9.607)	(8.649)	(9.607)	(8.649)
		<u>-</u>	<u>180</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do Ativo		<u>33.595</u>	<u>38.172</u>	<u>2.163</u>	<u>4.827</u>

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
<u>Passivo circulante</u>				
Partes relacionadas:				
Statkraft AS	(vi) 320	214	946	1.251
Macaúbas Energética S.A.	(viii) -	5	-	-
Statkraft Energia do Brasil Ltda.	(ix) 10.396	2.851	10.807	2.851
Statkraft investimentos Ltda.	(vii) 55.657	54.870	55.657	54.870
	<u>66.373</u>	<u>57.940</u>	<u>67.410</u>	<u>58.972</u>
Dividendos a pagar:				
Statkraft investimentos Ltda.	-	2.298	-	2.298
FUNCEF	-	528	-	528
Total dividendos a pagar	-	2.826	-	2.826
Total do Passivo	<u>66.373</u>	<u>60.766</u>	<u>67.410</u>	<u>61.798</u>

- (i) Saldos a receber pela prestação de serviços compartilhados e serviços de O&M (operação e manutenção) entre controladora e suas investidas no Brasil.
- (ii) Saldos a receber de partes relacionadas no Brasil e no exterior.
- (iii) Saldo a receber de venda de créditos tributários pela controladora às suas subsidiárias conforme previsão do Programa de Regularização Tributária.
- (iv) Saldo de mútuos mantidos com as partes relacionadas Água Quente e Bom Retiro, com prazo indeterminado e juros vinculados aos índices de IPCA e IGPM, respectivamente.
- (v) Provisão para perda ao valor recuperável de saldos de mútuos com as partes relacionadas Água Quente e Bom Retiro.
- (vi) Saldos a pagar referente serviços tomados de partes relacionadas no exterior.
- (vii) Saldo de mútuo devido pela Companhia à acionista Statkraft Investimentos Ltda., conforme aprovado em reunião prévia de acionistas na data 2 de agosto de 2017, com prazo indeterminado e juros remuneratórios vinculados ao CDI. A liquidação deste mútuo está sendo avaliada pelos acionistas representantes dessas companhias. Adicionalmente, este saldo contempla valores a pagar relacionados a garantias financeiras tomadas.
- (viii) Saldo a pagar referente a prestação de serviços compartilhados com partes relacionadas no Brasil.
- (ix) Saldo a pagar referente a operações de compra de energia para “hedge” comercial.

A seguir, as transações ocorridas no resultado do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2021	30.09.2020	30.09.2021	30.09.2020
Receita de serviços com partes relacionadas:				
Energen Energias Renováveis S.A.	1.233	867	-	-
Esmeralda S.A.	826	549	-	-
Macaúbas Energética S.A.	2.234	1.957	-	-
Moinho S.A.	760	467	-	-
Novo Horizonte Energética S.A.	2.008	1.693	-	-
Oslo I S.A.	-	162	-	-
Oslo II S.A.	-	104	-	-
Oslo III S.A.	7.717	104	-	-
Oslo IV S.A.	-	122	-	-
Oslo V S.A.	-	93	-	-
Oslo VI S.A.	1	94	-	-
Oslo VII S.A.	-	37	-	-
Oslo VIII S.A.	-	92	-	-
Oslo IX S.A.	-	91	-	-
Oslo X S.A.	-	106	-	-
Passos Maia Energética S.A.	732	568	732	568
Santa Fé Energia S.A.	2.188	1.224	-	-
Santa Laura S.A.	752	477	-	-
Santa Rosa S.A.	1.086	676	-	-
Seabra Energética S.A.	1.948	1.693	-	-
Serra da Mangabeira S.A.	-	65	-	-
Ventos de Santa Eugênia S.A.	-	228	-	-
Ventos de São Vitorino S.A.	808	114	-	-
Statkraft Investimentos Ltda	76	46	76	46
Statkraft Energia do Brasil Ltda.	123	-	123	-
Statkraft AS	-	77	-	77
NSL Tidong Power Generation	-	5	-	5
Statkraft Chile Inversiones Electricas Ltda	-	192	-	192
	<u>22.492</u>	<u>11.903</u>	<u>931</u>	<u>888</u>

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2021	30.09.2020	30.09.2021	30.09.2020
Receita na venda de energia elétrica:				
Statkraft Energia do Brasil Ltda.	15.187	3.104	15.187	3.104
Moinho S.A.	216	284	-	-
	<u>15.403</u>	<u>3.388</u>	<u>15.187</u>	<u>3.104</u>

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2021	30.09.2020	30.09.2021	30.09.2020
Custo na compra de energia elétrica:				
Statkraft Energia do Brasil Ltda.	(64.701)	(5.178)	(64.701)	(5.178)
Santa Fé Energia S.A.	-	-	(347)	-
	<u>(64.701)</u>	<u>(5.178)</u>	<u>(65.048)</u>	<u>(5.178)</u>

As transações acima referem-se a receitas de O&M, compartilhamento de custos e compra e venda de energia para “hedge” comercial. As receitas de O&M são reconhecidas no grupo de receita líquida na controladora e a recuperação dos custos compartilhados é reconhecida como redutora no grupo de despesas gerais e administrativas.

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2021	30.09.2020	30.09.2021	30.09.2020
Despesas com prestação de serviços:				
Esmeralda S.A.	(36)	-	-	-
Santa Rosa S.A.	-	(12)	-	-
Statkraft AS	(110)	(3.969)	(110)	(3.969)
Statkraft Sverige AB	-	(219)	-	(219)
Macaúbas Energética S.A.	(261)	-	-	-
Passos Maia Energética S.A.	(3)	(6)	-	(6)
	<u>(410)</u>	<u>(4.206)</u>	<u>(110)</u>	<u>(4.194)</u>

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2021	30.09.2020	30.09.2021	30.09.2020
<u>Receitas financeiras</u>				
Com garantias financeiras:				
Moinho S.A.	-	15	-	-
	<u>-</u>	<u>15</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<u>Despesas financeiras</u>				
Com garantias financeiras:				
Statkraft Investimentos Ltda.	-	(5)	-	(5)
Com mútuos:				
Statkraft Investimentos Ltda.	(359)	(217)	(359)	(217)
	<u>(359)</u>	<u>(222)</u>	<u>(359)</u>	<u>(222)</u>

10.1. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração, que inclui os conselheiros e diretores estatutários, totalizou R\$6.634 no período findo em 30 de setembro de 2021, e R\$6.661 no período findo em 30 de setembro de 2020, correspondendo a benefícios de curto prazo e encargos previdenciários. A Companhia não possui pessoal-chave que não seja estatutário, e também não possui planos de remuneração pós-emprego, de rescisão, ou baseada em ação ou outros benefícios de longo prazo.

11. INVESTIMENTOS AO VALOR JUSTO

Os respectivos investimentos abaixo estão relacionados a entidades sobre as quais a Companhia não possui influência significativa nos seus respectivos negócios e são reconhecidos a valor justo:

<u>Outras participações</u>	<u>Participação %</u>	<u>30.09.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Companhia Energética Rio das Antas - CERAN	5,00	83.092	35.282
Dona Francisca Energética S.A. - DFESA	2,12	10.041	5.194
		<u>93.133</u>	<u>40.476</u>

A Companhia também possui 20% de participação na Usina Hidrelétrica Cubatão S.A. que também é mensurada ao valor justo. A empresa constituída para este investimento encontra-se atualmente em fase de encerramento pelos acionistas tendo seu projeto de desenvolvimento devolvido para ANEEL. Os valores justos mensurados para os períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 30 de setembro de 2020 são zero.

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 30 de setembro de 2020, foram recebidos dividendos no montante de R\$743 e R\$2.014 respectivamente, reconhecidos no resultado do período. A movimentação dos investimentos ao valor justo é assim demonstrada:

	<u>Controladora e Consolidado</u>
Em 1 de janeiro de 2020	60.827
Ajuste de avaliação patrimonial (*)	<u>(20.351)</u>
Em 31 de dezembro de 2020	40.476
Ajuste de avaliação patrimonial (*)	<u>52.657</u>
Em 30 de setembro de 2021	<u><u>93.133</u></u>

(*) A movimentação do ajuste de avaliação patrimonial apresentada nesta nota explicativa está bruta dos tributos diferidos, sendo o montante líquido, em 30 de setembro de 2021, R\$34.753 positivo (em 31 de dezembro de 2020, R\$13.432 negativo).

12. INVESTIMENTOS

A composição e movimentação dos investimentos em empresas controladas e controladas em conjunto são assim demonstradas:

	Resultado de equivalência patrimonial									
	31.12.2020	Resultado do período	Amortização de juros capitalizados e lucros não realizados (i)	Amortização de mais valia de ativos	Aporte de capital	Redução de capital	Dividendos destinados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Outras movimentações em Investimentos (ii)	30.09.2021
Passos Maia Energética S.A. (controlada em conjunto)	48.714	12.115	-	-	-	-	(8.896)	-	-	51.933
Total consolidado	48.714	12.115	-	-	-	-	(8.896)	-	-	51.933
Passos Maia Energética S.A. (controlada em conjunto)	52.255	12.115	-	-	-	-	(8.896)	-	-	55.474
Energen Energias Renováveis S.A.	105.011	(5.303)	(43)	-	-	-	-	-	-	99.665
Esmeralda S.A.	38.403	27.670	9	-	-	-	(12.679)	-	-	53.403
Macaúbas Energética S.A.	101.440	9.286	(45)	-	-	(15.000)	(2.031)	-	-	93.650
Moinho S.A.	71.632	24.033	32	-	-	(14.000)	(1.427)	-	-	80.270
Novo Horizonte Energética S.A.	86.567	11.668	(51)	-	-	(8.000)	(4.731)	-	-	85.453
Oslo I S.A.	71.282	(544)	-	-	1.533	-	-	9.110	-	81.381
Oslo II S.A.	39.677	(359)	-	-	1.706	-	-	9.806	-	50.830
Oslo III S.A.	117.625	(943)	-	-	820	-	-	11.791	-	129.293
Oslo IV S.A.	7.367	(864)	-	-	4.691	-	-	49.022	-	60.216
Oslo V S.A.	7.364	(1.050)	-	-	5.956	-	-	56.150	-	68.420
Oslo VI S.A.	4.050	(485)	-	-	7.483	-	-	22.706	-	33.754
Oslo VII S.A.	47	(47)	-	-	-	-	-	-	-	-
Oslo VIII S.A.	28.616	(522)	-	-	6.225	-	-	9.915	-	44.234
Oslo IX S.A.	5.571	(707)	-	-	6.750	-	-	30.891	-	42.505
Oslo X S.A.	5.429	(588)	-	-	5.918	-	-	30.438	-	41.197
Santa Fé Energia S.A.	287.944	26.450	-	(8.385)	-	-	(16.542)	-	-	289.467
Santa Laura S.A.	38.264	17.650	12	-	-	-	(8.300)	-	-	47.626
Santa Rosa S.A.	81.297	39.992	60	-	-	-	(17.564)	-	-	103.785
Seabra Energética S.A.	86.113	12.660	(38)	-	-	(8.000)	(4.592)	-	-	86.143
Serra da Mangabeira S.A.	9.460	(1.037)	-	-	6.433	-	-	67.531	-	82.387
Ventos de Santa Eugênia Energias Renováveis S.A.	109	(3)	-	-	-	-	-	-	-	106
Ventos de São Vitorino Energias Renováveis S.A.	-	(2.077)	-	-	670	-	-	1.459	(52)	-
Statkraft Comercialização de Energia S.A.	-	11	-	-	1.000	-	-	-	-	1.011
Total controladora	1.245.523	167.006	(64)	(8.385)	49.185	(45.000)	(76.762)	298.819	(52)	1.630.270

(i) Amortização de serviços e juros capitalizados durante o período de implantação das subsidiárias, realizada conforme vida útil dos ativos.

(ii) Reclassificação das variações que compõem o patrimônio líquido negativo apurado para o período da controlada Ventos de São Vitorino no montante de R\$52.

	Resultado de equivalência patrimonial									
	31.12.2019	Resultado do exercício	Amortização de juros capitalizados e lucros não realizados (i)	Amortização de mais valia de ativos	Aporte de capital	Redução de capital	Dividendos destinados	Incorporação de investida (iii)	Outras movimentações em Investimentos (ii)	31.12.2020
Passos Maia Energética S.A. (controlada em conjunto)	27.198	15.177	-	-	20.000	(6.000)	(7.661)	-	-	48.714
Total consolidado	27.198	15.177	-	-	20.000	(6.000)	(7.661)	-	-	48.714
Passos Maia Energética S.A. (controlada em conjunto)	30.739	15.177	-	-	20.000	(6.000)	(7.661)	-	-	52.255
Energen Energias Renováveis S.A.	106.608	(1.540)	(57)	-	-	-	-	-	-	105.011
Esmeralda S.A.	41.620	21.283	12	-	-	-	(24.512)	-	-	38.403
Macaúbas Energética S.A.	58.766	2.819	(60)	-	57.000	(5.000)	(12.085)	-	-	101.440
Moinho S.A.	46.373	1.990	42	-	28.000	-	(4.773)	-	-	71.632
Monel Monjolinho Energética S.A.	103.990	11.503	61	-	71.000	-	(4.865)	(181.689)	-	-
Novo Horizonte Energética S.A.	48.242	6.607	(68)	-	49.500	(10.000)	(7.714)	-	-	86.567
Oslo I S.A.	20	(1.473)	-	-	72.185	-	-	-	550	71.282
Oslo II S.A.	20	(1.370)	-	-	40.691	-	-	-	336	39.677
Oslo III S.A.	20	(2.654)	-	-	114.596	-	-	-	5.663	117.625
Oslo IV S.A.	20	(1.665)	-	-	8.443	-	-	-	569	7.367
Oslo V S.A.	20	(1.682)	-	-	8.332	-	-	-	694	7.364
Oslo VI S.A.	20	(1.144)	-	-	4.801	-	-	-	373	4.050
Oslo VII S.A.	20	(97)	-	-	75	-	-	-	50	48
Oslo VIII S.A.	20	(951)	-	-	29.262	-	-	-	285	28.616
Oslo IX S.A.	20	(1.014)	-	-	6.152	-	-	-	413	5.571
Oslo X S.A.	20	(1.254)	-	-	6.272	-	-	-	390	5.428
Santa Fé Energia S.A.	292.426	22.982	-	(11.179)	-	-	(16.285)	-	-	287.944
Santa Laura S.A.	37.754	13.474	16	-	-	-	(12.980)	-	-	38.264
Santa Rosa S.A.	82.315	31.308	80	-	-	-	(32.406)	-	-	81.297
Seabra Energética S.A.	48.712	6.348	(51)	-	49.500	(10.000)	(8.396)	-	-	86.113
Serra da Mangabeira S.A.	-	(2.780)	-	-	10.463	-	-	-	1.777	9.460
Ventos de Santa Eugênia Energias Renováveis S.A.	303	(309)	-	-	65	-	-	-	50	109
Ventos de São Vitorino Energias Renováveis S.A.	-	(484)	-	-	435	-	-	-	49	-
Total controladora	898.048	115.074	(25)	(11.179)	576.772	(31.000)	(131.677)	(181.689)	11.199	1.245.523

(i) Amortização de serviços e juros capitalizados durante o período de implantação das subsidiárias, realizada conforme vida útil dos ativos.

(ii) Adiantamento para futuro aumento de capital destinado a investidas no montante de R\$11.625 no período e reclassificação das variações que compõem o patrimônio líquido negativo apurado para o período da controlada Ventos de São Vitorino no montante de (R\$426).

(iii) Saldo referente ao patrimônio líquido da investida Monel líquido de lucros não realizados conforme incorporação ocorrida em 04 de setembro de 2020 (nota explicativa nº 11.1).

As principais informações das participações societárias mantidas estão resumidas a seguir:

30 de setembro de 2021	Participação no capital social - %	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do período	Amortização de mais valia de ativos	Equivalência patrimonial ajustada com os lucros realizados dos ativos
Empresas controladas							
Energen Energias Renováveis S.A.	99,99	106.828	8.489	103.643	(5.303)	-	(5.346)
Esmeralda S.A.	100	54.666	1.188	25.805	27.673	-	27.679
Macaúbas Energética S.A.	100	107.034	14.764	82.983	9.286	-	9.241
Moinho S.A.	100	90.469	9.561	56.876	24.033	-	24.065
Novo Horizonte Energética S.A.	100	93.840	9.960	72.211	11.668	-	11.617
Oslo I S.A.	100	133.894	52.513	81.925	(544)	-	(544)
Oslo II S.A.	100	89.331	38.500	51.189	(359)	-	(359)
Oslo III S.A.	100	241.790	112.512	130.220	(943)	-	(943)
Oslo IV S.A.	100	99.955	39.739	61.081	(864)	-	(864)
Oslo V S.A.	100	103.022	34.602	69.470	(1.050)	-	(1.050)
Oslo VI S.A.	100	52.113	18.059	34.539	(485)	-	(485)
Oslo VII S.A.	100	63	62	47	(47)	-	(47)
Oslo VIII S.A.	100	65.736	21.500	44.758	(522)	-	(522)
Oslo IX S.A.	100	65.867	23.362	43.211	(707)	-	(707)
Oslo X S.A.	100	70.034	28.839	41.784	(588)	-	(588)
Santa Fé Energia S.A.	100	151.669	2.273	122.947	26.450	(8.385)	18.065
Santa Laura S.A.	100	48.682	939	30.093	17.650	-	17.662
Santa Rosa S.A.	100	105.563	885	64.686	39.992	-	40.052
Seabra Energética S.A.	100	93.549	8.580	72.309	12.660	-	12.623
Serra da Mangabeira S.A.	100	139.683	57.300	83.420	(1.037)	-	(1.037)
Statkraft Comercialização de Energia S.A.	100	1.012	1	1.000	11	-	11
Ventos de Santa Eugênia Energias Renováveis S.A.	100	335	229	109	(3)	-	(3)
Ventos de São Vitorino Energias Renováveis S.A.	100	487	1.161	1.403	(2.077)	-	(2.077)
Participação nos lucros de controladas							<u>146.442</u>
Empresa controlada em conjunto							
Passos Maia Energética S.A.	50	109.111	10.244	74.637	24.229	-	<u>12.115</u>
Participação nos lucros de coligadas							<u>12.115</u>
Participação total nos lucros de coligadas e controladas							<u><u>158.557</u></u>

30 de setembro de 2020	Participação no capital social - %	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do período	Amortização de mais valia de ativos	Equivalência patrimonial ajustada com os lucros realizados dos ativos
Empresas controladas							
Energen Energias Renováveis S.A.	99,99	108.036	5.053	105.183	(2.200)	-	(2.244)
Esmeralda S.A.	100	46.773	1.599	28.520	16.654	-	16.661
Macaúbas Energética S.A.	100	111.514	5.303	102.865	3.346	-	3.301
Moinho S.A.	100	99.433	22.349	70.786	6.298	-	6.330
Monel Monjolinho Energética S.A.	100	-	-	-	-	-	11.565
Novo Horizonte Energética S.A.	100	100.499	4.572	89.904	6.024	-	5.973
Oslo I S.A.	100	71.604	183	72.005	(584)	-	(584)
Oslo II S.A.	100	40.021	122	40.419	(520)	-	(520)
Oslo III S.A.	100	111.299	129	111.981	(810)	-	(810)
Oslo IV S.A.	100	7.768	144	8.171	(547)	-	(547)
Oslo V S.A.	100	7.737	116	8.152	(530)	-	(530)
Oslo VI S.A.	100	4.223	113	4.621	(511)	-	(511)
Oslo VII S.A.	100	73	37	95	(59)	-	(59)
Oslo VIII S.A.	100	28.685	110	29.082	(507)	-	(507)
Oslo IX S.A.	100	5.562	111	5.972	(520)	-	(520)
Oslo X S.A.	100	5.682	126	6.092	(535)	-	(535)
Santa Fé Energia S.A.	100	141.465	1.342	123.964	16.159	(8.384)	7.775
Santa Laura S.A.	100	42.730	2.197	30.119	10.414	-	10.426
Santa Rosa S.A.	100	91.465	1.350	66.378	23.737	-	23.797
Seabra Energética S.A.	100	100.403	4.367	90.061	5.975	-	5.937
Serra da Mangabeira S.A.	100	9.775	122	10.263	(610)	-	(610)
Ventos de Santa Eugênia Energias Renováveis S.A.	100	288	227	368	(308)	-	(308)
Ventos de São Vitorino Energias Renováveis S.A.	100	148	478	(91)	(239)	-	(239)
							-
Participação nos lucros de controladas							<u>83.239</u>
Empresa controlada em conjunto							
Passos Maia Energética S.A.	50	118.423	5.512	86.283	26.628	-	<u>13.314</u>
Participação nos lucros de coligadas							<u>13.314</u>
Participação total nos lucros de coligadas e controladas							<u>96.553</u>

12.1. Reestruturação societária mediante incorporação de investidas

Em 4 de setembro de 2020, a investida Monel Monjolinho Energética S.A. foi incorporada à Companhia conforme laudo de avaliação de empresa independente com data base de 30 de junho de 2020. O patrimônio líquido da UHE Monel na data da incorporação com base no valor contábil representava o montante de R\$183.278. Os ativos e passivos líquidos avaliados estão apresentados como segue:

ATIVO

Caixa e equivalentes de caixa	88.920
Contas a receber	10.711
Tributos a recuperar	11.802
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.596
Imobilizado	207.145
Intangível	31.258
Outros ativos	534
Ativo total	<u>362.966</u>

PASSIVO

Fornecedores	79.945
Concessões a pagar	85.255
Salários e encargos sociais	187
Tributos a recolher	385
Imposto de renda e contribuição social	8.072
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	191
Outros passivos	5.653
Passivo total	<u>179.688</u>

Total de ativos incorporados e passivos assumidos	<u><u>183.278</u></u>
---	-----------------------

13. IMOBILIZADO

	Controladora									
	Terrenos	Reservatórios, Barragens e Adutoras	Ferramentas, Máquinas e Equipamentos	Linhas de transmissão	Veículos	Móveis e utensílios	Edifícios	Arrendamentos	Imobilizado em Andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.251	119.675	168.698	1.972	560	7.605	24.489	9.475	17.283	353.008
Custo histórico	1.206	118.023	131.344	1.906	1.244	10.896	20.726	10.936	17.283	313.564
Mais valia de imobilizado	2.387	45.989	97.699	832	69	2.030	12.621	-	-	161.627
Depreciação acumulada	(26)	(38.464)	(46.871)	(651)	(742)	(5.022)	(7.562)	(1.461)	-	(100.799)
Amortização de mais valia	(316)	(5.873)	(13.474)	(115)	(11)	(299)	(1.296)	-	-	(21.384)
Adições	-	-	974	-	-	3.651	7.523	2.444	7.755	22.347
Baixas custo	-	(393)	(144)	-	-	(606)	(26)	-	(2.037)	(3.206)
Baixas depreciação	-	198	77	-	-	517	14	-	-	806
Transferências custo	-	238	802	-	-	95	311	-	(1.446)	-
Transferências depreciação	-	(91)	104	-	-	(13)	-	-	-	-
Transferências intangível	(68)	-	-	-	-	-	-	-	(138)	(206)
Incorporação de controlada custo	5.216	247.133	61.048	57	14	738	14.110	183	335	328.834
Incorporação de controlada dep. acumulada	(1.810)	(91.667)	(24.113)	(8)	(14)	(310)	(5.298)	(103)	-	(123.323)
Amortização Mais-Valia	(317)	(7.145)	(13.478)	(114)	(10)	(301)	(1.966)	-	-	(23.331)
Depreciação	(1)	(3.263)	(6.029)	(69)	(121)	(800)	(810)	(1.796)	-	(12.889)
Provisão para redução ao valor recuperável	-	(32.680)	-	-	-	-	-	-	-	(32.680)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	6.271	232.005	187.939	1.838	429	10.576	38.347	10.203	21.752	509.360
Custo histórico	6.347	365.001	194.024	1.963	1.258	14.774	42.644	13.563	21.752	661.326
Mais valia de imobilizado	2.387	45.989	97.699	832	69	2.030	12.621	-	-	161.627
Depreciação acumulada	(1.830)	(133.287)	(76.832)	(728)	(877)	(5.628)	(13.656)	(3.360)	-	(236.198)
Amortização de mais valia	(633)	(13.018)	(26.952)	(229)	(21)	(600)	(3.262)	-	-	(44.715)
Provisão para redução ao valor recuperável	-	(32.680)	-	-	-	-	-	-	-	(32.680)
Adições	-	-	-	-	-	104	-	2.698	36.725	39.527
Baixas custo	-	-	-	-	(862)	-	-	(2.510)	(4.345)	(7.717)
Baixas depreciação	-	-	-	-	595	-	-	228	-	823
Transferências custo	-	-	736	-	-	38	158	-	(932)	-
Transferências intangível	-	-	-	-	-	-	-	-	(21)	(21)
Amortização Mais-Valia	(236)	(5.359)	(10.107)	(87)	(4)	(224)	(1.475)	-	-	(17.492)
Depreciação	(3)	(2.737)	(5.333)	(52)	(53)	(774)	(722)	(1.400)	-	(11.074)
Saldo em 30 de setembro de 2021	6.032	223.909	173.235	1.699	105	9.720	36.308	9.219	53.179	513.406
Custo histórico	6.347	365.001	194.775	1.963	451	14.916	42.802	13.751	53.179	693.185
Mais valia de imobilizado	2.387	45.989	97.684	832	14	2.030	12.621	-	-	161.557
Depreciação acumulada	(1.832)	(140.433)	(82.168)	(781)	(354)	(6.401)	(14.378)	(4.532)	-	(250.879)
Amortização de mais valia	(870)	(13.968)	(37.056)	(315)	(6)	(825)	(4.737)	-	-	(57.777)
Provisão para redução ao valor recuperável	-	(32.680)	-	-	-	-	-	-	-	(32.680)
Taxa média depreciação anual %	2,74%	1,97%	5,28%	4,97%	12,26%	5,89%	3,96%	10,18%	-	-

	Consolidado										
	Terrenos	Reservatórios, Barragens e Adutoras	Ferramentas, Máquinas e Equipamentos	Linhas de transmissão	Aerogeradores	Veículos	Móveis e utensílios	Edifícios	Arrendamentos	Imobilizado em Andamento	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2020	19.436	477.404	348.845	16.663	346.965	568	11.029	71.131	12.758	38.528	1.343.327
Custo histórico	20.702	641.568	402.143	19.760	561.410	1.271	16.271	90.980	14.761	38.528	1.807.394
Mais valia de imobilizado	5.435	73.031	114.731	2.675	-	69	2.157	14.185	-	-	212.283
Depreciação acumulada	(5.470)	(229.229)	(153.157)	(5.267)	(196.303)	(761)	(7.090)	(32.609)	(2.003)	-	(631.889)
Amortização de mais valia	(552)	(7.966)	(14.793)	(257)	-	(11)	(309)	(1.417)	-	-	(25.305)
Redução do valor recuperável dos ativos	(679)	-	(79)	(248)	(18.142)	-	-	(8)	-	-	(19.156)
Adições	-	208	2.008	-	-	-	2.783	7.523	3.764	328.276	344.584
Baixas custo	-	(3.116)	(272)	(87)	-	-	(606)	(93)	-	(5.599)	(9.773)
Baixas depreciação	-	775	112	33	-	-	517	42	-	-	1.479
Transferências Intangível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(139)	(139)
Transferências custo	-	1.297	1.537	(213)	-	-	165	914	-	(3.700)	-
Transferências depreciação	-	(91)	(367)	90	-	-	458	(90)	-	-	-
Amortização Mais-Valia	(553)	(10.565)	(14.799)	(258)	-	(10)	(311)	(2.130)	-	-	(28.626)
Depreciação	(28)	(7.492)	(10.899)	(670)	(31.927)	(123)	(1.155)	(1.686)	(2.355)	-	(56.335)
Provisão para redução do valor recuperável	-	(32.680)	-	-	-	-	-	-	-	-	(32.680)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	18.855	425.740	326.165	15.558	315.038	435	12.880	75.611	14.167	357.366	1.561.815
Custo histórico	20.702	639.957	405.416	19.460	561.410	1.271	18.613	99.324	18.525	357.366	2.142.044
Mais valia de imobilizado	5.435	73.031	114.731	2.675	-	69	2.157	14.185	-	-	212.283
Depreciação acumulada	(5.498)	(236.037)	(164.311)	(5.814)	(228.230)	(884)	(7.270)	(34.343)	(4.358)	-	(686.745)
Amortização de mais valia	(1.105)	(18.531)	(29.592)	(515)	-	(21)	(620)	(3.547)	-	-	(53.931)
Redução do valor recuperável dos ativos	(679)	(32.680)	(79)	(248)	(18.142)	-	-	(8)	-	-	(51.836)
Adições **	594	-	693	-	-	-	104	(24)	5.451	527.273	534.091
Baixas custo	-	-	-	-	-	(862)	-	-	(4.752)	(4.712)	(10.326)
Baixas depreciação	-	-	-	-	-	595	-	-	841	-	1.436
Transferências Intangível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(21)	(21)
Transferências custo	-	139	2.777	-	100	(8)	(6)	1.943	-	(4.945)	-
Amortização Mais-Valia	(414)	(7.921)	(11.096)	(193)	-	15	(233)	(1.598)	-	-	(21.440)
Depreciação	(22)	(4.846)	(8.356)	(491)	(23.947)	(69)	(908)	(1.303)	(1.969)	-	(41.911)
Saldo em 30 de setembro de 2021	19.013	413.112	310.183	14.874	291.191	106	11.837	74.629	13.738	874.961	2.023.644
Custo histórico	21.296	640.096	408.901	19.460	561.510	456	18.711	101.243	19.224	874.961	2.665.858
Mais valia de imobilizado	5.435	73.031	114.716	2.675	-	14	2.157	14.185	-	-	212.213
Depreciação acumulada	(5.520)	(240.883)	(172.667)	(6.305)	(252.177)	(358)	(8.178)	(35.646)	(5.486)	-	(727.220)
Amortização de mais valia	(1.519)	(26.452)	(40.688)	(708)	-	(6)	(853)	(5.145)	-	-	(75.371)
Redução do valor recuperável dos ativos *	(679)	(32.680)	(79)	(248)	(18.142)	-	-	(8)	-	-	(51.836)
Taxa média depreciação anual %	1,63%	1,79%	3,71%	3,09%	4,26%	11,49%	5,47%	2,51%	10,24%	-	-

(*) A provisão de perda ao valor recuperável da EOL Energen tem base nos seguintes indicativos: produção abaixo da estimada pela Administração; redução da vida útil do ativo imobilizado e revisão da taxa de desconto. Houve o reconhecimento da perda por "impairment" no ativo imobilizado desta investida no montante total de R\$19.156. Em 2020, foram identificados indicativos de redução do valor recuperável sobre o túnel de adução da planta São João, sobre o qual foi realizada provisão para perda no montante de R\$32.680.

(**) As adições no período têm como parte relevante de sua composição os valores pagos pelas subsidiárias envolvidas no projeto Ventos de Santa Eugênia ao fornecedor de turbinas para início da construção do parque eólico conforme mencionado na nota explicativa nº 1.

Abaixo é apresentada a taxa média anual de depreciação conforme alteração da estimativa da vida útil de ativos mencionada na nota explicativa nº 3.1 a):

Grupo DF	Taxa Média Ponderada
Aerogeradores	5,46%
Direito de Softwares	19,89%
Edifícios	3,58%
Ferramentas, Máquinas e Equipamentos	5,31%
Linhas de transmissão	4,29%
Móveis e utensílios	8,85%
Outros Intangíveis	5,29%
Reservatório, Barragens e Adutoras	2,79%
Terrenos	1,56%
Uso do bem público	4,15%
Veículos	14,43%

a) Custo de remoção de imobilizado

Os parques eólicos não estão sujeitos a devolução ao poder concedente e não há obrigação legal de remover os equipamentos do local onde estão instalados. Apesar disso, o departamento de desenvolvimento de negócios reavaliou a abordagem da Companhia, e a partir desta data considera que a remoção da planta de energia do local instalado é necessária com o objetivo de retornar a área o máximo possível ao status original. Os gastos de desmobilização foram mensurados com base em estimativas e tem como base as informações disponíveis para os custos de desmontagem dos equipamentos e obras civis, inflacionados e descontados à taxa média de custo de capital de cada empreendimento.

O saldo de provisão para remoção de imobilizado é apresentado da seguinte forma:

	Consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020
UEE Energen	3.559	3.354
UEE Macaúbas	2.937	2.768
UEE Novo Horizonte	2.518	2.372
UEE Seabra	2.518	2.372
Total	11.532	10.866

14. INTANGÍVEL

	Controladora					Total
	Direito de Softwares	Mais valia de contratos	Uso do bem público	Outros Intangíveis	Projetos em desenvolvimento	
Saldo em 1º de janeiro de 2020	1.738	64.357	598	126	129.994	196.813
Custo histórico	3.261	-	6.020	142	129.994	139.417
Mais valia de intangível	166	75.791	-	-	-	75.957
Amortização acumulada	(1.664)	-	(5.422)	(16)	-	(7.102)
Amortização de mais valia	(25)	(11.434)	-	-	-	(11.459)
Adições	291	-	-	3	-	294
Transferência Imobilizado	138	-	-	68	-	206
Baixas custo	(1)	-	-	-	-	(1)
Incorporação de controlada custo	756	-	50.990	564	-	52.310
Incorporação de controlada amort. acumulada	(299)	-	(20.566)	(187)	-	(21.052)
Amortização Mais-Valia	(31)	(11.660)	-	-	-	(11.691)
Amortização	(425)	-	(694)	(6)	-	(1.125)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.167	52.697	30.328	568	129.994	215.754
Custo histórico	4.445	-	57.010	784	129.994	192.233
Mais valia de intangível	166	75.791	-	-	-	75.957
Amortização acumulada	(2.388)	-	(26.682)	(216)	-	(29.286)
Amortização de mais valia	(56)	(23.094)	-	-	-	(23.150)
Adições	-	-	-	66.618	-	66.618
Transferência Imobilizado	-	(146)	1	166	-	21
Amortização Mais-Valia	(23)	(8.722)	-	(20)	-	(8.765)
Amortização	(421)	-	(1.405)	(17)	-	(1.843)
Saldo em 30 de setembro de 2021	1.723	43.829	28.924	67.315	129.994	271.785
Custo histórico	4.446	-	57.010	67.420	129.994	258.870
Mais valia de intangível	166	75.594	(3)	200	-	75.957
Amortização acumulada	(2.809)	-	(28.083)	(231)	-	(31.123)
Amortização de mais valia	(80)	(31.765)	-	(74)	-	(31.919)

	Consolidado						Total
	Direito de Softwares	Ágio	Mais valia de contratos	Uso do bem público	Outros Intangíveis	Projetos em desenvolvimento	
Saldo em 1º de janeiro de 2020	5.957	46.595	134.067	32.198	3.202	129.994	352.013
Custo histórico	9.271	3.541	-	57.010	3.469	129.994	203.285
Mais valia de intangível	160	43.054	151.337	-	434	-	194.985
Amortização acumulada	(3.449)	-	-	(24.812)	(655)	-	(28.916)
	(25)	-	(17.270)	-	(46)	-	(17.341)
Adições	456	-	-	-	-	-	456
Transferência Imobilizado	139	-	-	-	-	-	139
Baixas custo	(1)	-	-	-	-	-	(1)
Amortização Mais-Valia	(31)	-	(17.498)	-	(44)	-	(17.573)
Amortização	(1.591)	-	-	(1.870)	(134)	-	(3.595)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.929	46.595	116.569	30.328	3.024	129.994	331.439
Custo histórico	9.865	3.541	-	57.010	3.469	129.994	203.879
Mais valia de intangível	160	43.054	151.337	-	434	-	194.985
Amortização acumulada	(5.040)	-	-	(26.682)	(789)	-	(32.511)
Amortização de mais valia	(56)	-	(34.768)	-	(90)	-	(34.914)
Adições	-	-	-	-	96.364	-	96.364
Transferência Imobilizado	-	-	-	-	21	-	21
Amortização Mais-Valia	(23)	-	(13.123)	-	(34)	-	(13.180)
Amortização	(1.150)	-	-	(1.401)	(103)	-	(2.654)
Saldo em 30 de Setembro de 2021	3.756	46.595	103.446	28.927	99.272	129.994	411.990
Custo histórico	9.865	3.541	-	57.010	99.854	129.994	300.264
Mais valia de intangível	160	43.054	151.337	-	434	-	194.985
Amortização acumulada	(6.190)	-	-	(28.083)	(892)	-	(35.165)
Amortização de mais valia	(79)	-	(47.891)	-	(124)	-	(48.094)

14.1. Ágio na aquisição de controladas

O ágio registrado contabilmente no montante de R\$46.595 é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGC) Passos Maia Energética S.A. e Santa Fé Energia S.A, conforme quadro abaixo:

Passos Maia S.A.	3.541
Santa Fé Energia S.A.	43.054
	<u>46.595</u>

14.2. Aquisições do ativo intangível

Em decorrência da aderência às tratativas de repactuação do risco hidrológico previstas na Lei 14.052/2020, conforme mencionado nas notas explicativas de nº 1.4 e 7, o Grupo reconheceu o direito da extensão do prazo de concessão das usinas no ativo intangível nos montantes de R\$66.618 na controladora e R\$96.364 no consolidado.

15. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS

A Companhia possui terras adquiridas com o intuito de investimento, que podem futuramente fazer parte de projetos de usinas hidrelétricas (ou pequenas centrais hidrelétricas) quais são parte de desenvolvimentos de estudos e projetos básicos, ou ainda serem negociadas com outras partes.

As movimentações nesta rubrica podem ser verificadas conforme abaixo:

	<u>Controladora e Consolidado</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2020	15.123
Reversão parcial da provisão de valor recuperável	3.969
Saldo em 31 de dezembro de 2020 e 30 de setembro de 2021	<u>19.092</u>

Em 2020, a Companhia contratou uma empresa especializada independente a fim de avaliar o valor recuperável de suas propriedades para investimento. A partir desse estudo, e em conformidade com as normas vigentes, a Companhia identificou que R\$3.969 poderiam ser revertidos do montante reconhecido como perda de valor recuperável (“impairment”).

16. FORNECEDORES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30.09.2021</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>30.09.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Fornecedores de materiais e serviços	6.674	7.505	40.979	10.028
Mercado de curto prazo a pagar	1.526	-	1.641	-
Mercado de curto prazo a pagar protegido por liminares	-	95.421	-	112.603
Saldo a liquidar referente contratos do PROINFA	-	-	-	1.378
	<u>8.200</u>	<u>102.926</u>	<u>42.620</u>	<u>124.009</u>

Conforme mencionado no contexto operacional (nota explicativa nº 1.4), as usinas hidrelétricas PCH Moinho e UHE Monel Monjolinho perderam a proteção pelas liminares do GSF, tendo os saldos devidos de fevereiro de 2018 em diante liquidados em 11 de dezembro de 2018.

Com a adesão das diretrizes de repactuação do risco hidrológico implementadas pela Lei 14.052/2020, os saldos protegidos por liminares no montante de R\$115.329 foram liquidados em 20 de agosto de 2021 para as usinas PCH Moinho e UHE Monel Monjolinho. A Companhia retirou as ações judiciais vigentes e renunciou o direito à novas ações judiciais que façam referência ao GSF, conforme previsão legal.

17. FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Os financiamentos mantidos pelo Grupo são em sua totalidade oriundos dos financiamentos de construção das suas SPEs ou para aquisição de ativos, e têm sua composição assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
Financiamento de obras - BNB (a)	-	-	368.389	-
Debêntures (b)	193.310	228.233	193.310	228.233
Outros Empréstimos (c)	401.962	406.215	401.962	406.215
Total	595.272	634.448	963.661	634.448
Apresentados como:				
Passivo circulante	226.068	82.413	232.278	82.413
Passivo não circulante	369.204	552.035	731.383	552.035

a. Financiamento de obras - Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Em 15 de dezembro de 2020, o Grupo celebrou junto ao BNB – Banco do Nordeste do Brasil S.A. contratos de financiamento no montante de até R\$1.062.378, dos quais aproximadamente um terço já foram desembolsados no nível das investidas constituídas para a construção dos parques eólicos que compõem o projeto Ventos de Santa Eugênia. Os contratos possuem carência de 3 anos com juros capitalizados e prazo total de 24 anos. O custo médio ponderado dessa captação é de 1,2531% a.a. adicionado ao IPCA. O financiamento prevê recebimento no sistema de desembolso conforme atingimento das condições precedentes previstas em contrato. O contrato de financiamento determina a apresentação de fiança bancária em favor do banco previamente ao desembolso a cada liberação de recursos do crédito e, depois que o empreendimento entrar em operação, prevê a possibilidade de o Grupo pleitear a baixa das fianças em substituição à outras garantias reais.

b. Debêntures

Em 20 de dezembro de 2018, a Companhia emitiu 230.000 debêntures não conversíveis em ações com garantia real a ser convolada em espécie quirografária, valor nominal unitário de R\$1 (mil reais), e prazo de vencimento de 5 anos, sendo a primeira amortização liquidada em junho de 2021. A última amortização ocorrerá em dezembro de 2023. Conforme previsto na escritura de emissão, após o atingimento de algumas condições precedentes a operação passou a não possuir garantias, o que foi atingido ainda em 2018, sendo as principais características juros remuneratórios e “covenants” especificados a seguir:

(i) Juros remuneratórios

Sobre o valor nominal unitário ou o saldo do valor nominal unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada da taxa DI, acrescida de sobretaxa de 0,95% ao ano calculados de forma exponencial e cumulativa “pro rata temporis”, por dias úteis decorridos, desde a primeira taxa de integralização ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento.

(ii) Cláusulas de Eventos de Inadimplemento

A escritura de debêntures possui cláusula que requer que, durante o período de amortização do contrato, a Companhia acompanhe em bases semestrais o índice financeiro calculado por meio da dívida líquida sobre EBITDA igual ou menor do que 3,5. A Companhia se mantém em conformidade com a referida cláusula, tendo apurado índice de 0,6 para 30 de junho de 2021 (1,7 para 31 de dezembro de 2020), ou seja está adimplente para os referidos períodos.

c. Outros empréstimos

c.1) Gerenciamento de dívida

Em 20 de fevereiro de 2020, a Companhia contratou o montante de R\$255.000 com o Banco BNP Paribas Brasil. Esse contrato está amparado pela Lei 4.131 de setembro de 1962. O empréstimo foi utilizado para realizar aportes de capital nas subsidiárias da Companhia com a finalidade de liquidação de dívidas a nível das investidas junto aos bancos BNB e BNDES. A taxa de juros fixa é de 6,5% a.a., e a dívida está denominada em reais. As garantias estão atreladas aos recebíveis oriundos de alguns contratos de longo prazo de venda de energia da Companhia. Para evitar vencimento antecipado, a Companhia terá que manter seu índice de dívida líquida sobre EBITDA menor ou igual a 3,5 semestralmente, a partir de 30 de junho de 2020. A Companhia se mantém em conformidade com a referida cláusula, tendo apurado índice de 0,6 para 30 de junho de 2021 (1,7 para 31 de dezembro de 2020). As amortizações ocorrerão por meio de parcelas iguais e semestrais, com o primeiro vencimento em 27 fevereiro de 2023 encerrando em 27 de fevereiro de 2025.

c.2) Empréstimo ponte para construção

Em 8 de setembro de 2020, a Companhia contratou o montante de R\$145.000 por meio do aditamento do contrato constante do item c.1 acima. O empréstimo foi utilizado para aportes de capital nas subsidiárias da Companhia com a finalidade construção. A taxa de juros fixa foi determinada em 4,5% a.a. e condições de amortização do principal em 8 de junho de 2022 e amortização dos juros em parcelas trimestrais iniciando em 8 de dezembro de 2020 e encerrando em 8 de junho de 2022.

A movimentação dos financiamentos do Grupo pode ser assim demonstrada:

	<u>Controladora</u>
Em 1º de janeiro de 2020	<u>227.690</u>
Contratação de empréstimo	400.000
Pagamento de encargos	(18.654)
Custos e encargos financeiros apropriados ao resultado	<u>25.412</u>
Em 31 de dezembro de 2020	<u>634.448</u>
Pagamento de principal	(38.318)
Pagamento de encargos	(25.592)
Custos e encargos financeiros apropriados ao resultado	<u>24.734</u>
Em 30 de setembro de 2021	<u><u>595.272</u></u>

	<u>Consolidado</u>
Em 1º de janeiro de 2020	<u>547.100</u>
Contratação de empréstimo	400.000
Pagamento de principal	(318.799)
Pagamento de encargos	(22.789)
Custos e encargos apropriados no resultado	<u>28.936</u>
Em 31 de dezembro de 2020	<u>634.448</u>
Captação de financiamentos	366.442
Custos e encargos a apropriar	(4.264)
Pagamento de principal	(38.318)
Pagamento de encargos	(25.592)
Custos e encargos apropriados no resultado	<u>30.945</u>
Em 30 de setembro de 2021	<u>963.661</u>

Os financiamentos com o banco BNB mantidos anteriormente pelas subsidiárias Macaúbas, Seabra e Novo Horizonte foram quitados em 28 de fevereiro de 2020. Assim como os financiamentos com o banco BNDES mantidos pelas subsidiárias Monel e Moinho foram quitados em 28 de fevereiro de 2020 e 2 de março de 2020, respectivamente.

Abaixo é demonstrado o fluxo de vencimento das parcelas apresentadas no longo prazo:

<u>Em 30 de setembro de 2021</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>Após 2025</u>	<u>Total</u>
Financiamento de obras -						
Banco do Nordeste do Brasil						
S.A.	-	-	6.624	9.607	345.948	362.179
Debêntures	38.012	76.193	-	-	-	114.204
Outros Empréstimos	-	102.000	102.000	51.000	-	255.000
	<u>38.012</u>	<u>178.193</u>	<u>108.624</u>	<u>60.607</u>	<u>345.948</u>	<u>731.383</u>

18. CONCESSÕES A PAGAR

Refere-se integralmente à obrigação a pagar decorrente do contrato de concessão firmado com a ANEEL para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Monel, ajustado a valor presente, considerando a taxa de juros de 9,50% ao ano. A correspondente obrigação é paga em parcelas mensais, atualizadas anualmente com base na variação do IGPM, calculado pela Fundação Getúlio Vargas. A primeira parcela teve seu vencimento em setembro de 2009, data de início da operação comercial da usina, e a última terá seu vencimento em abril de 2037.

O saldo proveniente da aquisição da incorporada Tamar compreende a outorga concedida às PCHs Alegre, Fruteiras, Jucu e Rio Bonito, pelo prazo de cinco anos contados a partir de 17 de julho de 2014, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor de R\$647. Em relação ao potencial hidrelétrico da UHE Suíça, a Companhia recolhe à União, pelo prazo de cinco anos contados a partir de 09 de julho de 2014, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor de R\$675. Ambos são corrigidos anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA

	<u>Controladora e Consolidado</u>
Em 1º de janeiro de 2020	<u>80.284</u>
Pagamentos realizados	(9.275)
Encargos financeiros apropriados ao resultado	<u>25.579</u>
Em 31 de dezembro de 2020	96.588
Pagamentos realizados	(7.615)
Encargos financeiros apropriados ao resultado	<u>22.648</u>
Em 30 de setembro de 2021	<u><u>111.621</u></u>
Apresentados como:	
Passivo circulante	14.468
Passivo não circulante	97.153

19. ARRENDAMENTOS

A Companhia e suas controladas possuem contratos de locação de salas comerciais, veículos e terras. Esses contratos são classificados como arrendamento mercantil operacional e seus valores mínimos são reajustados anualmente, conforme índices de inflação previstos em contrato.

Em 1º de janeiro de 2019, conforme levantamento e análise dos contratos considerados no escopo da norma (CPC 06(R2)), a Companhia considerou o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo de arrendamento. A mensuração dos passivos de arrendamento compreende o fluxo futuro dos pagamentos mínimos de aluguel trazidos a valor presente pela taxa real de desconto. Tal taxa de desconto corresponde à taxa incremental sobre os empréstimos de cada empresa do Grupo com base no prazo médio de cada contrato de arrendamento.

Em 30 de setembro de 2021, os passivos de arrendamentos estão representados na rubrica de “Arrendamentos” do balanço patrimonial e são devidos como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30.09.2021</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>30.09.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Menos de 1 ano	3.054	2.733	4.277	3.796
Entre 2 e 5 anos	7.800	10.757	10.695	13.593
Mais de 5 anos	<u>4.557</u>	<u>3.105</u>	<u>8.027</u>	<u>6.206</u>
Total dos pagamentos mínimos	<u><u>15.411</u></u>	<u><u>16.595</u></u>	<u><u>22.999</u></u>	<u><u>23.595</u></u>
Encargos financeiros futuros	(2.979)	(3.611)	(5.788)	(6.524)
Valor presente dos pagamentos mínimos	12.432	12.984	17.211	17.071
Apresentados como:				
Circulante	3.054	2.733	4.278	3.796
Não circulante	9.378	10.251	12.933	13.275

A mensuração inicial do ativo de direito de uso, corresponde ao mesmo valor do passivo de arrendamento e é reconhecido ao valor presente. Os saldos estão representados na rubrica de imobilizado do balanço patrimonial e em nota explicativa nº 13 e podem ser apresentados conforme classes abaixo:

	Controladora				Consolidado			
	Salas		Veículos	Total	Salas		Veículos	Total
	Terras	Comerciais			Terras	Comerciais		
Saldo em 1º de janeiro de 2020	38	9.437	-	9.475	2.586	9.437	735	12.758
Adições	-	-	2.327	2.327	-	-	3.648	3.648
Amortização	(1)	(1.670)	(125)	(1.796)	(174)	(1.670)	(511)	(2.355)
Remensuração de ativos	-	117	-	117	-	116	-	116
Incorporação de controlada custo	-	-	183	183	-	-	-	-
Incorporação de controlada amortização acumulada	-	-	(103)	(103)	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	37	7.884	2.282	10.203	2.412	7.883	3.872	14.167
Adições	-	-	189	189	-	-	2.941	2.941
Baixas	-	-	-	-	-	-	(1.629)	(1.629)
Amortização	(1)	(732)	(668)	(1.401)	(125)	(732)	(1.112)	(1.969)
Remensuração de ativos	-	-	228	228	-	-	228	228
Saldo em 30 de setembro de 2021	36	7.152	2.031	9.219	2.287	7.151	4.300	13.738

20. TRIBUTOS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
PIS a recolher	211	194	451	365
COFINS a recolher	971	900	2.074	1.681
ISS a recolher	5	5	85	40
Tributos retidos a recolher	591	502	2.467	1.253
Tributos sobre importação	14	107	158	638
IOF a recolher	12	11	12	11
Outros tributos a recolher	188	148	1.643	393
Total	1.992	1.867	6.890	4.381
Apresentados como:				
Passivo circulante	1.992	1.867	6.147	4.032
Passivo não circulante	-	-	743	349

21. OUTROS PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
Provisão para compensação ambiental	3.297	3.002	4.153	3.779
P&D (ANEEL) a pagar	4.224	3.465	4.225	3.465
Garantias financeiras prestadas	623	1.375	623	1.375
Outras contas a pagar	2.729	1.749	6.599	2.485
Total	10.873	9.591	15.600	11.104
Apresentados como:				
Passivo circulante	8.252	7.170	12.798	8.683
Passivo não circulante	2.621	2.421	2.802	2.421

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de setembro de 2021 o capital social da Companhia subscrito e integralizado está representado por 307.533.269 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal (218.370.694 em 31 de dezembro de 2020).

O Capital social da Companhia está distribuído conforme quadro de acionistas a seguir:

Acionistas	% do Capital Social	Quantidade de ações ordinárias	
		2021	2020
Statkraft Investimentos Ltda.	81,31	250.048.809	177.552.601
FUNCEF - Fundação dos Economistas Federais	18,69	57.484.461	40.818.093
	100,00	307.533.270	218.370.694

Em 14 de janeiro de 2021 a Companhia aprovou a subscrição de 59.012.693 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, distribuídas entre os subscritores da seguinte forma: (i) Statkraft Investimentos Ltda: 47.981.975 ações; e (ii) FUNCEF - Fundação dos Economistas Federais: 11.030.718 ações. A subscrição dessas ações totaliza o preço de R\$ 370.000 e foi integralizada conforme descrição abaixo:

- (i) Em 5 de fevereiro de 2021 a Companhia recebeu aporte de capital no montante de R\$200.000 integralizado pelas suas acionistas Statkraft Investimentos Ltda e FUNCEF – Fundação dos Economistas Federais nos montantes de R\$162.616 e R\$37.384, respectivamente.
- (ii) Em 9 de junho de 2021 foi recebido o montante adicional de R\$170.000 integralizado pelas suas acionistas Statkraft Investimentos Ltda e FUNCEF – Fundação dos Economistas Federais nos montantes de R\$138.223 e R\$31.777, respectivamente.

Adicionalmente, em 24 de junho de 2021 a Companhia aprovou a subscrição de 30.149.883 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, distribuídas entre os subscritores da seguinte forma: (i) Statkraft Investimentos Ltda: 24.514.233 ações; e (ii) FUNCEF - Fundação dos Economistas Federais: 5.635.650. A subscrição dessas ações totaliza o preço de R\$170.000 e foi integralizada na proporção da participação acionária pelos acionistas no dia 5 de agosto de 2021.

b) Dividendos

O lucro líquido de cada exercício social, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado.
- 5% do saldo, após a apropriação da reserva legal, serão destinados para pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas.

A movimentação do saldo de dividendos no passivo e patrimônio líquido da conta de Dividendos a pagar pode ser assim demonstrada:

	Controladora e consolidado
	<u>30.09.2021</u>
Em 1º de janeiro de 2020	2.149
Pagamento de dividendos	(2.149)
Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos	<u>2.827</u>
Em 31 de dezembro de 2020	<u>2.827</u>
Reversão de dividendos obrigatórios	<u>(2.827)</u>
Em 30 de setembro de 2021	<u><u>-</u></u>

c) Reservas de lucros

Abaixo é demonstrado o detalhamento do saldo da reserva de lucros em 30 de setembro de 2021:

	Controladora e Consolidado
	<u></u>
Reserva legal (i)	9.388
Reserva de retenção de lucros (ii)	<u>151.475</u>
Total	<u><u>160.863</u></u>

(i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(ii) Reserva de retenção de lucros

Constitui a reserva de lucros com o saldo de lucros remanescentes não distribuídos no exercício para suportar investimentos futuros.

d) Ajuste de avaliação patrimonial

O saldo apresentado na rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial” refere-se aos ganhos ou perdas não realizados dos instrumentos financeiros patrimoniais mantidos ao valor justo, e mensurados por meio de outros resultados abrangentes, e representam a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo mensurado para a data de cada demonstração financeira, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos.

23. RECEITA LÍQUIDA

Abaixo a apresentação das receitas de acordo com CPC 47 - “Receita de Contrato” com cliente, desagregadas de acordo com o tipo de contrato.

	Controladora			
	Período findo em 30.09.2021	Período findo em 30.09.2020	Trimestre findo em 30.09.2021	Trimestre findo em 30.09.2020
Prestação de serviços	8.839	8.950	2.949	3.446
Tributos sobre a prestação de serviços	(1.104)	(1.052)	(368)	(405)
	<u>7.735</u>	<u>7.898</u>	<u>2.581</u>	<u>3.041</u>
Revenda de mercadorias	468	-	333	-
Tributos sobre a venda de mercadorias	(128)	-	(91)	-
	<u>340</u>	<u>-</u>	<u>242</u>	<u>-</u>
Fornecimento de Energia Elétrica				
Contrato de Energia de Reserva (CER)	-	-	-	-
Contrato de Compra de Energia Regulada (CCEAR)	73.443	9.398	24.250	8.272
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA)	-	-	-	-
Contrato Ambiente de Contratação Livre (ACL)	50.354	54.407	34.380	19.659
Contrato Bilateral Regulado (CBR)	104.203	67.454	48.143	22.553
Tributos sobre a venda de energia elétrica	(23.662)	(13.372)	(11.291)	(5.183)
	<u>204.338</u>	<u>117.887</u>	<u>95.482</u>	<u>45.301</u>
Outras Receitas				
Venda de créditos de carbono	172	-	172	-
	<u>212.585</u>	<u>125.785</u>	<u>98.477</u>	<u>48.342</u>

	Consolidado			
	Período	Período	Trimestre	Trimestre
	findo em	findo em	findo em	findo em
	30.09.2021	30.09.2020	30.09.2021	30.09.2020
Prestação de serviços	829	432	503	147
Tributos sobre a prestação de serviços	(159)	(46)	(77)	(15)
	<u>670</u>	<u>386</u>	<u>426</u>	<u>132</u>
Fornecimento de energia elétrica				
Contrato de Energia de Reserva (CER)	79.031	69.500	31.000	33.080
Contrato de Compra de Energia Regulada (CCEAR)	103.324	98.437	34.815	32.842
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA)	96.158	73.445	40.117	24.761
Contrato Ambiente de Contratação Livre (ACL)	73.059	72.190	41.283	26.784
Contrato Bilateral Regulado (CBR)	104.204	67.454	48.194	22.553
Tributos sobre a venda de energia elétrica	(31.408)	(26.903)	(14.180)	(9.487)
	<u>424.368</u>	<u>354.123</u>	<u>181.229</u>	<u>130.533</u>
Outras Receitas				
Venda de certificados de energia renovável	230	-	230	-
Receita Líquida	<u>425.268</u>	<u>354.509</u>	<u>181.885</u>	<u>130.665</u>

Outras informações contratuais são apresentadas na nota de contexto operacional destas demonstrações financeiras.

24. CUSTOS E DESPESAS

a) Custos do fornecimento de energia e serviços prestados

	Controladora			
	Período	Período	Trimestre	Trimestre
	findo em	findo em	findo em	findo em
	30.09.2021	30.09.2020	30.09.2021	30.09.2020
Compra de energia elétrica no mercado de curto prazo	(104.822)	(29.258)	(66.575)	(14.498)
Repactuação do risco hidrológico*	66.618	-	66.618	-
Depreciação e amortização	(36.677)	(33.632)	(12.226)	(11.561)
Salários e encargos sociais	(4.397)	(3.473)	(1.744)	(1.189)
Encargos setoriais	(7.954)	(2.720)	(2.876)	(1.381)
Seguros fianças e comissões	(2.540)	(1.791)	(883)	(746)
Serviços de terceiros	(299)	(142)	(126)	40
Outros	204	(224)	147	(168)
	<u>(89.867)</u>	<u>(71.240)</u>	<u>(17.665)</u>	<u>(29.503)</u>

	Consolidado			
	Período	Período	Trimestre	Trimestre
	findo em	findo em	findo em	findo em
	30.09.2021	30.09.2020	30.09.2021	30.09.2020
Compra de energia elétrica no mercado de curto prazo	(124.058)	(51.176)	(76.196)	(25.357)
Repactuação do risco hidrológico*	96.364	-	96.364	-
Depreciação e amortização	(76.688)	(77.407)	(25.583)	(25.827)
Salários e encargos sociais	(2.560)	(3.011)	(846)	(864)
Encargos setoriais	(15.730)	(11.508)	(5.694)	(4.632)
Seguros fianças e comissões	(9.214)	(7.432)	(3.648)	(2.417)
Serviços de terceiros	(727)	(6.952)	(269)	(2.163)
Outros	(906)	(950)	(479)	(436)
	<u>(133.519)</u>	<u>(158.436)</u>	<u>(16.351)</u>	<u>(61.696)</u>

* Com a aderência da repactuação do risco hidrológico conforme tratativas da Lei 14.052/2020, mencionadas nas notas explicativas 1.4 e 7, o Grupo reconheceu uma recuperação de custos na compra de energia elétrica nos montantes de R\$66.618 na controladora e R\$96.364 no consolidado.

b) Gerais e administrativas

	Controladora			
	Período	Período	Trimestre	Trimestre
	findo em	findo em	findo em	findo em
	30.09.2021	30.09.2020	30.09.2021	30.09.2020
Serviços de terceiros	(9.484)	(11.407)	(1.210)	(7.970)
Serviços de partes relacionadas	(1.451)	(36)	-	(34)
Salários e encargos sociais	(16.065)	(15.375)	(5.748)	(5.722)
Remuneração dos administradores	(6.634)	(6.661)	(1.906)	(1.879)
Encargos setoriais	(1.563)	(1.564)	(720)	(569)
Viagens e estadias	(497)	(893)	72	(13)
Aluguel	(474)	(753)	(115)	(292)
Impostos e taxas	(267)	(2.476)	(64)	(2.165)
Participação nos Resultados	(2.976)	(1.100)	(1.799)	(776)
Propaganda e publicidade	(444)	(425)	(24)	(79)
Depreciação e amortização	(2.497)	(1.894)	(832)	(665)
Estudos em desenvolvimento	(2.325)	(2.609)	(674)	266
Materiais	(900)	(301)	(233)	(301)
Outros	(1.584)	12	(437)	(586)
	<u>(47.161)</u>	<u>(45.482)</u>	<u>(13.690)</u>	<u>(20.785)</u>

	Consolidado			
	Período	Período	Trimestre	Trimestre
	findo em	findo em	findo em	findo em
	30.09.2021	30.09.2020	30.09.2021	30.09.2020
Serviços de terceiros	(19.961)	(17.120)	(5.165)	(7.997)
Serviços de partes relacionadas	92	(36)	125	(34)
Salários e encargos sociais	(29.651)	(23.918)	(10.690)	(9.137)
Remuneração dos administradores	(6.634)	(6.661)	(1.906)	(1.879)
Encargos setoriais	(1.624)	(4.791)	(759)	(1.265)
Viagens e estadias	(1.046)	(1.255)	(354)	(109)
Aluguel	(756)	(957)	(161)	(342)
Impostos e taxas	(1.553)	(2.920)	(369)	(1.995)
Participação nos Resultados	(3.032)	(1.288)	(1.879)	(871)
Propaganda e publicidade	(872)	(799)	(36)	(93)
Depreciação e amortização	(2.497)	(1.894)	(832)	(665)
Estudos em desenvolvimento	(4.781)	(4.431)	(1.961)	(2.064)
Materiais	(5.380)	(2.503)	(2.183)	(2.503)
Outros	(3.156)	(1.017)	(980)	195
	<u>(80.851)</u>	<u>(69.590)</u>	<u>(27.150)</u>	<u>(28.759)</u>

c) Outras (Despesas) Receitas

	Controladora			
	Período	Período	Trimestre	Trimestre
	findo em	findo em	findo em	findo em
	30.09.2021	30.09.2020	30.09.2021	30.09.2020
Lucros cessantes e danos materiais	4	36	-	-
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	2.188	56	161	(321)
Perdas com baixa de imobilizado	(196)	(249)	-	(229)
Reversão de provisão para perda em ativos	-	3.969	-	3.969
Provisão para perda ao valor recuperável de ativos	-	-	-	(3.969)
Outras receitas e despesas operacionais	837	(265)	482	(107)
	<u>2.833</u>	<u>3.547</u>	<u>643</u>	<u>(657)</u>

	Consolidado			
	Período	Período	Trimestre	Trimestre
	findo em 30.09.2021	findo em 30.09.2020	findo em 30.09.2021	findo em 30.09.2020
Lucros cessantes e danos materiais	7.700	40	332	2
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	6.974	(40)	1.100	27
Perdas com baixa de imobilizado	(210)	(2.143)	-	(2.187)
Reversão de provisão para perda em ativos	-	3.969	-	3.969
Provisão para perda ao valor recuperável de ativos	-	-	-	(3.969)
Outras receitas e despesas operacionais	858	(223)	478	(226)
	<u>15.322</u>	<u>1.603</u>	<u>1.910</u>	<u>(2.384)</u>

25. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora			
	Período findo	Período findo	Trimestre	Trimestre
	em 30.09.2021	em 30.09.2020	findo em 30.09.2021	findo em 30.09.2020
<u>Despesas financeiras</u>				
Com financiamentos	(24.733)	(17.603)	(8.876)	(6.429)
Comissão de fiança e garantias	-	(5)	-	-
IOF, multas e juros sobre tributos	(906)	(677)	(385)	(276)
Variação cambial passiva	(32)	(133)	(17)	(105)
Despesas financeiras sobre concessões a pagar	(22.690)	(3.139)	(4.280)	(3.139)
Juros sobre contrato de mútuo	(359)	(217)	(291)	15
Juros sobre arrendamento mercantil	(648)	(591)	(209)	(192)
Provisão para perda ao valor recuperável de ativos financeiros	(958)	(1.524)	(337)	(1.147)
Outras despesas financeiras	(723)	(329)	14	(146)
	<u>(51.049)</u>	<u>(24.218)</u>	<u>(14.381)</u>	<u>(11.419)</u>
<u>Receitas financeiras</u>				
Rendimentos de aplicações financeiras	9.110	4.150	4.935	2.057
Variação cambial ativa	32	300	30	22
Juros sobre contrato de mútuo	95	61	-	61
Outras receitas financeiras	298	27	278	(3)
	<u>9.535</u>	<u>4.538</u>	<u>5.243</u>	<u>2.137</u>
	<u>(41.514)</u>	<u>(19.680)</u>	<u>(9.138)</u>	<u>(9.282)</u>

	Consolidado			
	Período findo em 30.09.2021	Período findo em 30.09.2020	Trimestre findo em 30.09.2021	Trimestre findo em 30.09.2020
Despesas financeiras				
Com financiamentos	(24.733)	(22.307)	(8.876)	(3.429)
Comissão de fiança e garantias	-	(13)	-	-
IOF, multas e juros sobre tributos	(1.031)	(856)	(482)	(283)
Variação cambial passiva	(151)	(352)	(17)	(253)
Despesas financeiras sobre concessões a pagar	(22.690)	(17.260)	(4.280)	(10.563)
Juros sobre contrato de mútuo	(359)	(217)	(291)	15
Juros sobre arrendamento mercantil	(955)	(853)	(309)	(276)
Provisão para perda ao valor recuperável de ativos financeiros	(958)	(1.524)	(337)	(1.147)
Outras despesas financeiras	(1.688)	(4.182)	(190)	(3.536)
	<u>(52.565)</u>	<u>(47.564)</u>	<u>(14.782)</u>	<u>(19.472)</u>
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	14.409	8.895	7.612	2.957
Variação cambial ativa	285	1.382	179	76
Juros sobre contrato de mútuo	95	61	-	61
Juros e correções monetárias sobre provisão para contingências	8.814	-	-	-
Outras receitas financeiras	307	14	285	(2)
	<u>23.910</u>	<u>10.352</u>	<u>8.076</u>	<u>3.092</u>
	<u>(28.655)</u>	<u>(37.212)</u>	<u>(6.706)</u>	<u>(16.380)</u>

26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Para o período em curso

Para fins de apuração de impostos, a controladora SKER, assim como sua controlada Monel Monjolinho Energética S.A. até a data de sua incorporação na Companhia, optaram pela apuração do resultado tributável observando o regime do lucro real. As demais empresas controladas optaram pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidentes sobre o resultado tributável.

A apuração de IRPJ e CSLL para as controladas optantes pelo lucro presumido pode ser assim apresentada:

	Consolidado			
	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	30.09.2021	30.09.2020	30.09.2021	30.09.2020
Base de cálculo presumido	209.809	206.000	209.809	206.000
Presunção do lucro tributável - %	8%	8%	12%	12%
IRPJ e CSLL	16.785	16.480	25.177	24.720
Outras receitas	23.892	2.730	23.892	2.730
Base de Cálculo	40.677	19.210	49.069	27.450
Alíquotas aplicáveis - %	25%	25%	9%	9%
Total	<u>(10.169)</u>	<u>(4.803)</u>	<u>(4.416)</u>	<u>(2.471)</u>
Outros efeitos em tributos	(90)	456	(71)	230
Dedução adicional IRPJ	162	162	-	-
IRPJ e CSLL no resultado	<u>(10.097)</u>	<u>(4.185)</u>	<u>(4.487)</u>	<u>(2.241)</u>

b) Saldos patrimoniais de imposto renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias para fins fiscais, prejuízos fiscais, dos ajustes de variação do valor justo financeiros e podem ser demonstrados da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
Diferenças temporárias advindas de combinação de negócios	(33.071)	(35.925)	(33.071)	(35.925)
Diferenças temporárias sobre ajuste ao valor justo de investimentos	(29.314)	(11.411)	(29.314)	(11.411)
Diferenças temporárias sobre depreciação, amortização e provisões	12.596	12.596	12.776	12.776
Diferenças temporárias sobre repactuação do risco hidrológico	(22.650)	-	(22.650)	-
Prejuízos fiscais recuperáveis	29.314	17.196	29.314	17.196
Saldos tributos diferidos ativo (passivo)	<u>(43.125)</u>	<u>(17.544)</u>	<u>(42.945)</u>	<u>(17.364)</u>

Para fins de apresentação do balanço patrimonial, a Companhia apresenta os saldos de impostos diferidos passivos líquidos dos saldos de impostos diferidos ativos, exceto se não tiver o direito legal executável para compensação ou se a realização dos ativos e passivos não for simultânea. A Companhia realizou estudo de recuperabilidade de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais, que serviu de base para o reconhecimento dos saldos acima apresentados.

A expectativa de realização do total de impostos diferidos nas controladas se estende até o prazo de cada concessão ou autorização, e na controladora no período de 2020 a 2025, cujas diferenças temporárias são registradas com base na expectativa de lucros tributáveis futuros.

27. SEGUROS

a) Seguros de responsabilidade dos administradores (D&O)

A Companhia é segurada na responsabilidade de seus administradores em apólice com vigência até 31 de dezembro de 2021.

b) Seguros de riscos operacionais

A Companhia também possui seguro contratado para os riscos operacionais de suas usinas, visando a cobertura para eventuais danos materiais e lucros cessantes, conforme valores de indenização adequados a continuidade de suas operações.

Lucros cessantes	478.788
Danos materiais	2.556.532
	<u>3.035.320</u>

c) Seguro de responsabilidade civil

Adicionalmente, a Companhia possui seguro de responsabilidade civil tendo suas usinas como cosseguradas. A cobertura do seguro compreende o reembolso dos dispêndios incorridos na reparação de danos materiais causados a terceiros, ações emergenciais empreendidas com o objetivo de minorar ou evitar tais danos, assim como os prejuízos financeiros causados, inclusive lucros cessantes. Os danos materiais são indenizáveis no limite de R\$22.355.

d) Seguro “Performance Bond”

Em janeiro de 2020, a Companhia contratou Seguro Garantia na modalidade de Construtor, como garantia de indenização, até o valor de R\$75.000, dos prejuízos e/ou multas resultantes do inadimplemento do tomador (Statkraft), referente às obrigações assumidas na outorga de concessão ou autorização dos empreendimentos participantes do Leilão de Geração n. 04/2019-ANEEL, durante a fase de execução das obras de construção ou implantação. Tais apólices foram contratadas para os projetos inscritos no referido leilão e possuem vigência até 01/04/2025, em conformidade com as exigências contidas no Edital para o Leilão e os manuais para aporte de garantias.

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas não possuem quaisquer outras operações com instrumentos financeiros que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 e de 30 de setembro de 2021.

A Companhia e suas controladas operam com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, aplicações financeiras, contas a pagar a fornecedores, financiamentos, debêntures, concessões a pagar e mútuos com partes relacionadas.

28.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria do Grupo Statkraft, segundo ainda as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da mesma. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco global bem como para áreas específicas como risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos, e investimento de excedentes de caixa.

a) Risco de mercado

Considerando que o Grupo não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia não são, substancialmente, afetados pelas mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco associado é oriundo apenas da possibilidade de o Grupo incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que venham aumentar as despesas financeiras relativas às debêntures emitidas pelo Grupo indexadas à CDI. Substancialmente, os demais passivos do Grupo não apresentam riscos de taxas de juros que possam afetar de forma relevante o fluxo de caixa, pois os mesmos estão expostos à juros pré-fixados.

b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de o Grupo não vir a dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas periodicamente pela área de Tesouraria.

c) Risco de crédito

O risco de crédito da Companhia está atualmente concentrado nos contratos de venda de energia no mercado regulado (ACR), cabendo uma pequena parcela da energia vendida no mercado livre (ACL). Os contratos regulados são padronizados, incluindo os mecanismos de garantia neles previsto. Por outro lado, as contrapartes no mercado livre passam por criteriosa avaliação de crédito feita pela Companhia onde é definida a classificação de risco, garantias requeridas e limites para operação. Atualmente, a Companhia possui em sua carteira no mercado livre somente contrapartes com excelente avaliação de crédito.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros (não derivativos) do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados.

	Controladora	Consolidado			
	Menos de um ano	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre três e cinco anos	Mais de cinco anos
Em 30 de setembro de 2021:					
Fornecedores nacionais	8.200	42.620	-	-	-
Financiamentos	226.068	232.278	324.828	71.482	335.073
Partes relacionadas	66.373	67.410	-	-	-
Concessões a pagar	14.468	14.468	27.138	38.012	32.003
Dividendos a pagar	-	-	-	-	-
Provisão para remoção de imobilizado	-	-	-	-	11.532
Em 31 de dezembro de 2020:					
Fornecedores nacionais	102.926	124.009	-	-	-
Financiamentos	82.413	82.413	501.035	51.000	-
Partes relacionadas	57.940	58.972	-	-	-
Concessões a pagar	11.537	11.537	35.177	26.893	22.980
Dividendos a pagar	2.826	2.826	-	-	-
Provisão para remoção de imobilizado	-	-	-	-	10.866

A Companhia entende não haver riscos significativos de liquidez.

d) Risco de vencimento antecipado do financiamento

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritiva, presentes nos contratos de financiamento do Grupo (nota explicativa nº 17), as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. A Administração monitora regularmente estes índices financeiros, com o objetivo de tomar as ações necessárias para garantir que os contratos de financiamentos não tenham seu vencimento antecipado.

e) Análise de sensibilidade

A seguir, quadro ilustrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os efeitos sobre as variações monetárias, bem como sobre as despesas financeiras apuradas sobre o cenário projetado para 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, caso tais variações nos componentes dos riscos identificados ocorressem.

Simplificações financeiras foram efetuadas no isolamento da variabilidade do fator de risco em análise. Como consequência, as estimativas apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser apurados nas próximas informações financeiras intermediárias. O uso de diferentes hipóteses e/ou metodologias pode gerar um efeito material sobre as estimativas apresentadas a seguir.

Metodologia utilizada

A partir dos saldos dos valores expostos, conforme demonstrado na tabela a seguir e assumindo que os mesmos se mantenham constantes, apurou-se o diferencial de juros para cada um dos cenários projetados.

Na avaliação dos valores expostos ao risco de taxa de juros, consideramos apenas os riscos para as informações financeiras, ou seja, foram isolados e excluídos os fatores de juros prefixados por não apresentarem riscos às informações financeiras intermediárias por conta de variações nos cenários econômicos.

O cenário provável está baseado nas expectativas da Companhia, que por sua vez estão em linha com as projeções demonstradas no relatório Banco Santander S.A., na data de 1º de outubro de 2021, para cada uma das variáveis indicadas. As taxas de juros estão em linha com as projeções demonstradas no relatório Focus do Banco Central do Brasil - BACEN, na data de 31 de dezembro de 2020. Adicionalmente, as variações positivas e negativas de 25% e 50% foram aplicadas sobre as taxas projetadas para 30 de setembro de 2021.

Fator de risco para mudança na taxa de juros (consolidado)

	Fator de risco	Valores expostos em 2021	Valores expostos em 2020	-50%	-25%	Cenário provável	25%	50%
Aplicações financeiras	CDI	470.119	229.367	19.275	28.912	38.550	48.187	57.825
Aplicações financeiras restritas	CDI	8.951	-	367	550	734	917	1.101
Empréstimos e financiamentos	CDI	(193.311)	(228.233)	(7.926)	(11.889)	(15.851)	(19.814)	(23.777)
Empréstimos e financiamentos	IPCA	(368.388)	-	(15.657)	(23.485)	(31.313)	(39.141)	(46.970)
Impacto líquido	CDI	285.759	1.134	11.716	17.574	23.432	29.290	35.148
Impacto líquido	IPCA	(368.388)	-	(15.657)	(23.485)	(31.313)	(39.141)	(46.970)

f) Estimativa do valor justo

Considera-se que os saldos das contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores, financiamentos e debêntures, concessões a pagar, demonstrados a valor contábil, menos a perda ("impairment"), quando aplicável, venham a estar próximos de seus valores justos.

A tabela abaixo classifica os instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- (i) Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- (ii) Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- (iii) Informações para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

Consolidado	Em 30 de setembro de 2021			Em 31 de dezembro de 2020		
	Nível 2	Nível 3	Saldo total	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Ativo						
Aplicação financeira restrita	8.951	-	8.951	-	-	-
Investimentos ao valor justo (*)	-	93.133	93.133	-	40.476	40.476
Total do ativo	8.951	93.133	102.084	-	40.476	40.476

(*) A Companhia possui investimentos nas empresas Ceran - Companhia Energética Rio das Antas S.A. na ordem de 5% e Dfesa - Dona Francisca Energética S.A. na ordem de 2,12%, nas quais não tem influência significativa e são registrados a valor justo nos respectivos montantes de R\$83.092 e R\$10.041 (R\$35.282 e R\$5.194 em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia preparou os fluxos de caixa futuros para a avaliação do valor de seu investimento considerando como fim a data de finalização do contrato de concessão. Existe a possibilidade de prorrogação do prazo de concessão desta Companhia investida por mais 20 anos após o encerramento do primeiro período de concessão, entretanto é necessário à autorização de terceiros para a renovação da concessão. Assim a possível prorrogação pode acarretar valores diferentes dos atuais registrados.

g) Instrumentos financeiros por categoria (consolidado)

	Consolidado			
	Ao valor justo por meio do resultado	Ao custo amortizado	Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Total
30 de setembro de 2021				
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	664.141	-	-	664.141
Contas a receber de clientes	-	86.279	-	86.279
Repactuação do risco hidrológico	-	3.897	-	3.897
Aplicação financeira restrita	8.951	-	-	8.951
Investimentos ao valor justo	-	-	93.133	93.133
Propriedades para investimento	19.092	-	-	19.092
	692.184	90.176	93.133	875.493

	Consolidado			Total
	Ao valor justo por meio do resultado	Ao custo amortizado	Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	
<u>31 de dezembro de 2020</u>				
Ativos, conforme o balanço patrimonial:				
Caixa e equivalentes de caixa	235.645	-	-	235.645
Contas a receber	-	64.280	-	64.280
Repactuação do risco hidrológico	-	4.552	-	4.552
Investimentos ao valor justo	-	-	40.476	40.476
Propriedades para investimento	19.092	-	-	19.092
	<u>254.737</u>	<u>68.832</u>	<u>40.476</u>	<u>364.045</u>

	Consolidado		
	Ao valor justo por meio do resultado	Ao custo amortizado	Total
<u>30 de setembro de 2021</u>			
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Fornecedores	-	42.620	42.620
Financiamentos	-	963.661	963.661
Partes relacionadas	-	67.410	67.410
Concessão a pagar	-	111.621	111.621
Provisão para remoção de imobilizado	11.532	-	11.532
	<u>11.532</u>	<u>1.185.312</u>	<u>1.196.844</u>

	Consolidado		
	Ao valor justo por meio do resultado	Ao custo amortizado	Total
<u>31 de dezembro de 2020</u>			
Passivo, conforme o balanço patrimonial:			
Fornecedores	-	124.009	124.009
Financiamentos	-	634.448	634.448
Partes relacionadas	-	58.972	58.972
Concessão a pagar	-	96.587	96.587
Provisão para remoção de imobilizado	10.866	-	10.866
	<u>10.866</u>	<u>914.016</u>	<u>924.882</u>

29. OUTROS RISCOS OPERACIONAIS

a) Risco hidrológico

Risco decorrente de possível período de escassez de chuvas. De acordo com a regulamentação brasileira, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras não depende diretamente da energia efetivamente gerada, e sim da quantidade de energia elétrica e potência efetivamente comercializada por elas, limitada à energia assegurada, cuja quantidade é fixa e determinada pelo poder concedente, constando da respectiva autorização e suas alterações subsequentes emitidas pelo mesmo.

As diferenças entre a energia gerada e a energia assegurada são cobertas pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, cujo principal propósito é mitigar os riscos hidrológicos assegurando que todas as usinas participantes recebam pela quantidade comercializada da energia assegurada, independentemente da quantidade de energia elétrica por elas efetivamente gerada.

Tendo em vista que o MRE está suscetível a déficit de energia (geração do MRE inferior a garantia física do MRE) foi criado o Fator de Ajuste da Garantia Física, ou "Generation Scaling Factor - GSF", que reduz a garantia física de todas as usinas pertencentes ao MRE. Deste modo, as usinas precisam comprar energia no curto prazo, valorada ao PLD, para honrar seus contratos de fornecimento de energia.

Com o intuito de mitigar/extinguir esta exposição a Lei nº 13.203/15 sancionou a repactuação do risco hidrológico a qual as usinas PCH Esmeralda, PCH Santa Rosa e PCH Santa Laura aderiram e repactuação na modalidade de proteção de 100% extinguindo assim o risco de GSF.

Com a finalidade de compensar os efeitos adversos do risco de GSF, a Lei nº 14.052/2020 proveu compensação aos participantes do MRE em forma de extensão da concessão, às quais as usinas hídricas do Grupo aderiram.

Além do mais, é possível a saída e regresso de usinas do MRE (dentro dos prazos e para determinadas usinas), onde as usinas não participantes destes mecanismos devem produzir mensalmente a garantia física alocada para o mês em questão. Verificando esta possibilidade a empresa adotou a estratégia de saída e regresso das usinas de seu portfólio do MRE. Atualmente todas as usinas hídricas encontram-se no MRE, exceto a PCH Moinho sobre a qual existe a expectativa de retorno ao mecanismo em julho de 2022.

b) Risco da não prorrogação da autorização ou concessão

A Companhia possui autorizações e concessões para exploração dos serviços de geração de energia elétrica. Caso sua prorrogação não seja deferida pelos órgãos reguladores ou a mesma ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser reduzidos. Não há garantia de que as autorizações e concessões hoje outorgadas à Companhia serão, por ocasião de seu vencimento, prorrogadas pelo poder concedente.

30. PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIOS

A Companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada. As principais ações se referem processos trabalhistas, tributários e cíveis. Os valores provisionados são:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
Processos trabalhistas	825	874	860	874
Processos fiscais	2.133	5.112	2.133	5.112
Processos cíveis	23.669	24.028	23.691	32.230
	<u>26.627</u>	<u>30.014</u>	<u>26.684</u>	<u>38.216</u>

A movimentação dos saldos provisionados é assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2020	30.014	38.216
Adição	63	93
Atualização	(197)	(185)
Reversão	<u>(3.253)</u>	<u>(11.440)</u>
Em 30 de setembro de 2021	<u>26.627</u>	<u>26.684</u>

Contingências possíveis

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Processos investigativos

- (a) Como parte do processo de integração ao Grupo Statkraft, após a aquisição pelo Grupo do controle majoritário da Companhia SKER, em 13 de julho de 2015, o Grupo realizou uma investigação interna relacionada a Companhia e suas subsidiárias, sendo que o verificado durante a mesma foi informado às autoridades competentes durante o exercício de 2016 e, no estágio atual, não é possível prever o resultado final.
- (b) A Companhia e diversos outros réus são Parte em ação civil pública ajuizada pela Associação Nacional Independente dos Participantes e Assistidos da FUNCEF (“ANIPA”) que tem por objetivo reconhecer supostos prejuízos causados aos participantes da citada Associação por má administração dos recursos pela FUNCEF. O montante requerido na ação é de R\$8,2 bilhões, inexistindo individualização de valores por réu. Neste momento, fase inicial de instrução processual, não é possível estimar se haverá qualquer impacto para a Companhia, tampouco o valor aproximado de condenação, caso haja. Desta forma o processo remanesce classificado com a avaliação de risco possível, e ilíquida.

A Companhia é ré, entre outros, na ação civil pública cumulada com ação por ato de improbidade administrativa ajuizada inicialmente pelo Ministério Público Federal, e atualmente pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina (em razão de declínio de competência), em virtude de supostos atos de improbidade administrativa na obtenção das licenças ambientais de instalação de usinas eólicas do Parque de Água Doce, no valor histórico de R\$1,3 bilhão. Esta ação judicial tem avaliação de perda possível indicada pelos seus patronos, sendo, contudo, ilíquida para a fase processual em que se encontra o processo.

Os demais passivos contingentes com probabilidade de perda considerada possível são apresentados a seguir:

	Consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020
Trabalhistas	2.480	1.895
Fiscais	69.918	69.918
Cíveis	2.160	1.537
	<u>74.558</u>	<u>73.350</u>

31. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido disponível aos acionistas pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o período. A Companhia não tem categorias de ações ordinárias com potenciais com efeitos diluidores e por isso o resultado do lucro por ação básico e diluído são os mesmos.

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2021	30.09.2020	30.09.2021	30.09.2020
Lucro atribuível aos acionistas ordinários da Companhia	187.975	93.162	187.975	93.162
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	278.120	218.371	278.120	218.371
Lucro por ação	<u>0,67588</u>	<u>0,42662</u>	<u>0,67588</u>	<u>0,42662</u>

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 15 de outubro de 2021, a Companhia firmou um Acordo de Leniência com o poder público federal para um dos casos denunciados nos processos investigativos da qual faz parte, conforme nota explicativa nº 30 (a) e pagou R\$18.019 em multas e ressarcimento de vantagens indevidas obtidas antes da aquisição do controle acionário pela Statkraft. Como fruto do acordo, a Companhia implementará melhorias no seu sistema de conformidade, de forma a assegurar que a Companhia continue a operar no País de acordo com os mais elevados padrões éticos, com tolerância zero para a corrupção. No atual estágio, não é possível prever o resultado final para os outros casos relatados.